



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS**

GABRIEL ULBRICHT FERREIRA

**PRESSIONANDO CONTRA AS AMARRAS: EXPERIÊNCIAS E
PERCEPÇÕES DE JOVENS DESEMPREGADOS DE SÃO PAULO
DIANTE DA HEGEMONIA NEOLIBERAL**

**CAMPINAS
2025**

GABRIEL ULBRICHT FERREIRA

**PRESSIONANDO CONTRA AS AMARRAS: EXPERIÊNCIAS E
PERCEPÇÕES DE JOVENS DESEMPREGADOS DE SÃO PAULO
DIANTE DA HEGEMONIA NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

ESTE TRABALHO CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO GABRIEL ULBRICHT
FERREIRA, E ORIENTADO PELO
PROF. DR. RICARDO LUIZ COLTRO
ANTUNES

**CAMPINAS
2025**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Adriana de Araujo Neitzel - CRB 010393

F413p Ferreira, Gabriel Ulbricht, 1998-
Pressionando contra as amarras : experiências e percepções de jovens desempregados de são paulo diante da hegemonia neoliberal / Gabriel Ulbricht Ferreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Neoliberalismo. 2. Juventude. 3. Desemprego. 4. Setor informal (Economia). 5. Empreendedorismo. I. Antunes, Ricardo, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: Pressing Against Its Bonds : Experiences and Perceptions of young workers in São Paulo Facing Neoliberal Hegemony

Palavras-chave em inglês:

Neoliberalism

Youth

Unemployment

Informal sector (Economics)

Entrepreneurship

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]

Bárbara Geraldo de Castro

Ruy Gomes Braga Neto

Data de defesa: 14-03-2025

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 8. Trabalho decente e crescimento econômico

ODS: 10. Redução das desigualdades

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-6593-8620>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6008086120381681>

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que, mesmo por um instante, me permitiram intervir em seu cotidiano e conhecer suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Ao refletir sobre os agradecimentos ao longo de dois anos de mestrado, não posso deixar de pensar como o meu “eu” de hoje se distingue do meu “eu” de dois anos atrás, e isso, em grande parte, graças ao instituto que tive o privilégio de realizar meu mestrado. Portanto, agradeço a toda comunidade da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mais especificamente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), por tantos aprendizados em um período curto de tempo.

Especialmente, meu sincero agradecimento ao meu orientador, o professor Ricardo Antunes, por sua generosidade e humildade que são ímpares, principalmente para alguém de tamanha reputação. O Gabriel de 19 anos de idade e que decidiu cursar Ciências Sociais após tomar contato com o livro *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*, realizou seu sonho de orientação no mestrado, e hoje tem a honra de fazer parte de tantos orientandos e orientandas que contaram com a oportunidade de se desenvolver como pesquisador(a) ao lado do professor Ricardo.

Além disso, do mesmo modo que Ricardo Antunes sempre defendeu o coletivo, seu grupo de pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT) também me recebeu de braços abertos, me proporcionando não somente crescimentos intelectuais, mas relações de amizade que, certamente, levarei para a vida toda. Dentre um grupo tão querido e diverso, agradeço a Murillo van der Laan, Mariana Roncato, Patrícia Rocha Lemos, Flavio Lima, Adriano Parra, Luci Praun, Marco Gonsales, Agnus Lauriano, Victória Vilas Boas, Daniela Schwerz e Vinícius de Oliveira.

Ainda no que diz respeito à Unicamp, agradeço a oportunidade de ter cursado disciplinas ministradas por professores tão competentes intelectualmente e ao mesmo tempo generosos para com minhas dúvidas e inquietações. Em especial, agradeço a professora Bárbara Castro, com quem tive minha primeira aula no mestrado e, a partir de suas disciplinas sobre Seminário de Dissertação, Sociologia do Trabalho, e cursos de metodologia, pude aprender tanto. Sem dúvidas, uma das professoras que mais admiro, com a humildade de ter me auxiliado na documentação para o comitê de ética e com a honra de contar com sua presença em minha banca de dissertação.

Agradeço ao professor Jesus Ranieri, o qual tive a honra de fazer o curso de sociologia do trabalho III, e do qual me gerou tantas inquietações e reflexões acerca da importância do trabalho na sociedade capitalista. Além disso, pude trabalhar com o

professor na disciplina de Sociologia de Marx oferecida para a graduação, o que possibilitou desenvolver minhas habilidades didáticas e, com a generosidade do professor, ministrar uma aula sobre ideologia em Marx. Também agradeço ao professor Fábio Querido, por suas aulas fantásticas sobre teoria sociológica, e que despertaram um interesse ainda maior pela sociologia e pela obra de autores como Walter Benjamin.

Além do corpo docente da Unicamp, sou muito grato a outros professores e professoras que, sem qualquer compromisso institucional, me proporcionaram tantos aprendizados e oportunidades ao longo desses dois anos. Em especial, agradeço ao professor Ruy Braga, da Universidade de São Paulo (USP), por aceitar fazer parte de minha defesa e oferecer valiosas pistas sociológicas desde minha qualificação.

Também agradeço ao professor Rafael Grohmann, da Universidade de Toronto, por sua extrema generosidade em nossos diálogos, mais especificamente ao longo do curso que ministrou sobre a resistência de trabalhadores em plataformas digitais, além dos ótimos momentos que compartilhamos juntos no sétimo congresso da International Network on Digital Labor.

A vida de mestrando também me permitiu oportunidades generosas em conhecer professores de outros países, do qual pude nutrir boas relações. Por isso, agradeço ao professor Gabriel Garbar, da *Pace University* (Nova York), com o qual trabalhei ao longo de um semestre como monitor, em sua disciplina de *Academic Writing* ministrada no Centro de Ensino de Línguas da Unicamp (CEL). Para além de uma relação profissional, hoje nutrimos uma grande amizade da qual sou extremamente grato.

Também gostaria de agradecer a Veena Dubal, professora de direito da Universidade da Califórnia, Irvine, que conheci quando estive em Brasília, por sua humildade em ouvir minhas inquietações sobre um possível doutorado no exterior, e por me indicar contatos acadêmicos em Berkeley.

Ainda agradeço, imensamente, a generosidade e humildade da professora Gretchen Purser, da *Syracuse University*, que não somente atendeu meu pedido de discutir interesses de doutorado, como também leu e sugeriu para publicação internacional um artigo meu que diz respeito a alguns dos resultados dessa pesquisa. Sem dúvidas, suas sugestões e ensinamentos contribuíram de forma significativa para os resultados dessa pesquisa.

Obviamente, o término dessa dissertação não teria sido possível sem o apoio de familiares e amigos com quem tive a honra de compartilhar os últimos dois anos. Sendo assim, agradeço a minha querida mãe Angela Ulbricht, por seu apoio incondicional em

tudo que faço, e aos meus dois irmãos Rebecca Ulbricht e Renan Ulbricht, que sempre estiveram comigo desde que me lembro. Também reconheço as valiosas amizades que vieram ao longo de minha trajetória acadêmica, em especial aquelas que permaneceram desde a graduação, do qual agradeço a Caroline Lins, Larissa Moreira, Júlia Mendes, Isabelle Santos, Bruna Alanis, Gabriel Mafa, Eduardo Lazarini e Ingrid Medita.

Não posso deixar de agradecer, também, as amizades especiais que fiz ao chegar na Unicamp. Em especial, a Renata Falavina Cardoso, por nossas longas discussões sobre marxismo, mas que sempre foram alinhadas a muitas risadas e companheirismo na árdua trajetória acadêmica, e do qual pudemos compartilhar o XVIII congresso da ABET juntos. Ainda sobre esse congresso, agradeço por ter conhecido Cinthya Bastos, que se tornou uma das minhas grandes amizades durante os últimos anos, com seu olhar e escrita únicos para com uma sociologia sempre crítica.

Agradeço aos meus amigos da pós-graduação, pelas ricas discussões que tivemos desde o primeiro semestre. Em especial, a Jonas Ferreira de Castro, por nossa grande amizade sincera e necessária, capaz de compartilhar não somente bons momentos, mas também longos (e às vezes cansativos) ditados populares sobre a vida. A Miranda Benez, que foi a primeira da turma que conheci e fiz amizade ao celebrarmos nossa vinda para Unicamp juntos. A Aline Schmidt, por nossas discussões militantes sempre muito valiosas, de grande aprendizado, para além da amizade carinhosa que nutrimos. A Beatriz Ramos, por tantas risadas e crescimento intelectual que a mesma me proporcionou com seu olhar atento ao movimento internacional de mulheres, e ao Gabriel Figueiredo, também pelas risadas e por uma amizade que estendeu meu apreço pelas obras de Walter Benjamin.

Também agradeço, com todo meu coração, aos trabalhadores e trabalhadoras que participaram dessa pesquisa, que tiraram o pouco de tempo que tinham no seu dia corrido para compartilhar comigo suas vivências, experiências e histórias em um mundo do trabalho caótico, sob ruínas da precarização inerente ao capitalismo. Essa pesquisa só foi possível graças a esses jovens trabalhadores(as), que me ensinaram que ser sociólogo só faz sentido na medida em que possamos criar um vínculo com aqueles que movem o mundo.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A teoria fica como uma piscina estagnada, se ela é divorciada do seu fluido vital – a pesquisa empírica – que, paradoxalmente, também ameaça sua própria existência. A vitalidade de uma tradição teórica depende de ela ser continuamente desafiada e, a partir disso, encontrar engenhosas estratégias de sobrevivência

Michael Burawoy

o diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem à experiência

E.P. Thompson

São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais da vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via unicamente empírica

Karl Marx & Friedrich Engels

RESUMO

Partindo de entrevistas qualitativas e de uma abordagem etnográfica, a presente dissertação tem como objetivo compreender, através das narrativas de jovens trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego na cidade de São Paulo-SP, de que maneira suas percepções em mundo do trabalho precário se relacionam, ou não, com a tendência ideológica do neoliberalismo em individualizar problemas estruturais ao capitalismo. Considerando a etnografia feita ao longo de seis meses no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), também foi problematizada a virada neoliberal em uma instituição pública do município paulista, que passou a impulsionar recursos intimamente ligados aos valores do empreendedorismo, ao “auto emprego” e ao chamado Microempreendedor Individual (MEI). Não obstante, as entrevistas realizadas com jovens que frequentam o Centro revelaram uma preferência por trabalhos estáveis e/ou auxílios tradicionais, em oposição às alternativas promovidas pela virada neoliberal atualmente em curso, de tal forma que os resultados dessa pesquisa enfatizam a necessidade de se considerar as experiências dos sujeitos como sendo capazes de suscitar distintas consciências sobre suas condições sociais e ambições futuras. Além disso, foi dada especial atenção ao tema do empreendedorismo, chegando à conclusão que, antes de ser uma alternativa plenamente almejada, a possibilidade de empreender surge como último recurso aos trabalhadores diante de um mundo do trabalho sob as ruínas da precarização e, no caso do Brasil, com histórica ausência de auxílios sociais consequentes. Por fim, concluo que a virada neoliberal no CATE e as diferentes maneiras como os trabalhadores mobilizam suas narrativas acerca da exploração do trabalho, empreendedorismo, autonomia e informalidade, nos revelam que a atual face do neoliberalismo, para além de simples ideologia, se comporta enquanto hegemonia, mas uma hegemonia com rachaduras e fendas, que podem ser restauradas ou efetivamente rasgadas diante das múltiplas, ainda que contraditórias, agências daqueles que lutam e se viram, diariamente, para sobreviver.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Juventude; Desemprego; Informalidade; Empreendedorismo.

ABSTRACT

Relying on qualitative interviews and ethnographic research conducted in the city of São Paulo, this dissertation aims to understand, through the narratives of young unemployed workers, how their perceptions in a precarious world of work are related—or not—to the neoliberal ideological tendency of individualizing structural problems inherent to capitalism. Drawing on six months of ethnographic fieldwork at the Center of Employment and Entrepreneurship Support (CATE), this study also examines the neoliberal shift within a municipal public institution, which has increasingly promoted values and resources tied to entrepreneurship, self-employment, and support mechanisms aimed at so-called individual micro-entrepreneurs (MEIs). The interviews conducted with young workers who frequented the Center reveal a discrepancy between their aspirations for stable employment and the ongoing neoliberal shift. The findings of this research emphasize the need to consider workers' experiences as capable of shaping varied understandings of their social conditions and future ambitions. Moreover, special attention was given to the theme of entrepreneurship, concluding that, far from being a fully desired alternative, the possibility of entrepreneurship emerges as a last resort for workers struggling in a world of work ravaged by precarization and, in Brazil's case, with historical absence of substantial social support. Ultimately, this study concludes that the neoliberal shift at CATE and the diverse ways workers articulate their narratives about labor exploitation, entrepreneurship, autonomy, and informality reveal that neoliberalism, beyond being a mere ideology, operates as a hegemony. However, this hegemony is marked by cracks and fissures that may either be repaired or decisively ruptured by the multiple, though often contradictory, agencies of those who struggle daily to survive.

Keywords: Neoliberalism; Youth; Unemployment; Informality; Entrepreneurship

SUMÁRIO

Introdução	13
<i>Da terra ao céu</i>	13
Capítulo 1 - Perdendo-se pela grande São Paulo	20
1.1 O desemprego representado pelas estatísticas oficiais	22
1.2 Primeiros contatos	25
1.3 Quando desemprego revela raça	28
1.4 Quando desemprego revela gênero	30
Capítulo 2 - Da solidariedade aos valores empreendedores: a virada neoliberal e sua influência no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo	34
2.1 A acumulação flexível e o “novo tipo” de trabalhador	34
2.2 A consolidação histórica do neoliberalismo	38
2.3 A persistência neoliberal no Brasil	41
2.4 O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo enquanto síntese de múltiplas determinações	45
Capítulo 3 - A ideologia neoliberal e a questão do empreendedorismo	52
3.1 Sobre a ideologia	52
3.2 As particularidades da ideologia neoliberal	54
3.3 O aporte teórico por trás da conduta neoliberal e a questão do empreendedorismo	55
Capítulo 4 - Narrativas laborais: experiências de jovens trabalhadores nas ruínas do neoliberalismo	61
4.1 Considerações metodológicas	61
4.2 Perfil dos entrevistados	64
4.3 Transições informais e oposições aos valores neoliberais	65
a) <i>“A gente meio que fazia um pouco de tudo”</i>	66
b) <i>“Por que eu não posso só ter um trabalho normal? De uma pessoa normal?”</i>	70
4.4 Dois lados da mesma narrativa: desemprego e trabalho plataformizado	74
a) <i>“No aplicativo é você por você”</i>	75
b) <i>“Ciclismo é coisa de rico”</i>	82
4.5 O ideal empreendedor diante de coerções patronais e ausência de perspectivas	87
a) <i>“Mano... e não é que eu fui atropelado?”</i>	87
b) <i>“Se eu tiver minha própria empresa, eu acho que eu vou conseguir ter uma vida estável (...) uma vida boa”</i>	94
4.6 Discussão Final	100
Conclusões	106
Bibliografia	111
Anexos	118
I. Roteiro de entrevista	118
II. Aprovação do comitê de ética	120

Introdução

Da terra ao céu

Pode-se dizer que dois acontecimentos influenciaram diretamente a forma que este trabalho está organizado. Antes de adentrá-los, é preciso ressaltar que os resultados dessa pesquisa estavam sendo formulados de forma, digamos, mais monótona. A ideia era começar introduzindo o problema de pesquisa, seguido de um longo contexto histórico que remontaria do capitalismo industrial do século XIX até os dias atuais, para então tratar de questões teóricas. Somente após uma longa exposição teórica e histórica é que seriam demonstrados os resultados empíricos de campo, recolhidos durante seis meses de pesquisa.

No entanto, como disse anteriormente, dois fatores deixaram a organização dessa pesquisa de “ponta-cabeça”. O primeiro, foi uma exposição sobre o método de Marx pelo meu orientador, o professor Ricardo Antunes, que buscou demonstrar como não faz sentido partir do abstrato teórico para o concreto, mas sim do concreto representado para o abstrato, e novamente de volta ao concreto, agora como resultado, e não como ponto de partida representado (Marx, 2011a).

Tal exposição dialoga com o incômodo que eu estava sentindo ao seguir um roteiro que começava pelo contexto histórico, seguido da teoria e, por fim, resultado de campo. Tudo parecia muito artificial, monótono e estagnado. Desse modo, resolvi retornar às breves páginas introdutórias dos Grundrisse (2011a) de Marx para entender como elaborar e compreender os dados de minha pesquisa, em que ficou claro que precisaria partir da sociedade real que se debruçava em minha frente.

O segundo fator que mudaria (ainda mais drasticamente) minha percepção sobre minha própria pesquisa foi tomar contato com os trabalhos do sociólogo radical de Berkeley, Michael Burawoy, que possui uma vasta obra que preza por um marxismo crítico e reflexivo, aliado à etnografia. Tal abordagem etnográfica, contudo, não se isola em seu campo empírico, mas busca extrair o que há de “universal” nos casos particulares de determinado campo, que reflete, ainda que localmente, temas históricos e globais em andamento (Burawoy, 1998).

Ou seja, busquei fazer jus a uma sociologia empírica que não se contentaria em isolar-se nos prédios universitários, mas que optasse por um contato ativo e constante com a sociedade que se propõe entender, visando tornar os problemas sociais algo

público, e cultivando, assim, uma disposição crítica (Burawoy, 2005). Não fazia mais sentido, na minha cabeça, continuar no caminho anterior (Contexto histórico, teoria, empiria), pois parecia faltar uma conexão efetiva, um entrelaçamento que ligasse todo o cenário histórico existente com o que encontrei em seis meses de pesquisa etnográfica. Anteriormente, a teoria estava um tanto deslocada, como se pairasse no céu para, só depois, descer à terra.

Portanto, era preciso seguir o exemplo de Marx e Engels (2007): enquanto alguns se propõem descer do céu à terra, aqui se tentaria ascender da terra ao céu. Era preciso que eu rompesse com a forma como estava concebendo minhas análises, partindo de discussões teóricas que pareciam “cair do céu”, e que faziam jus a uma espécie de gravidade que, constantemente, nos puxa à essa forma de exposição. Para isso, busquei partir de minhas anotações etnográficas feitas ao visitar a capital de São Paulo.

Ao longo de seis meses, conduzi uma etnografia que consistiu em visitas mensais ao Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), com o intuito de entrar em contato com uma juventude trabalhadora em busca de emprego, auxílios ou formalizações envolvendo a condição de microempreendedor individual (MEI). Embora o objetivo inicial de minha pesquisa fosse entrevistar esses jovens e analisar suas concepções e narrativas laborais, o próprio trabalho de campo promoveu uma inquietação particular: como uma instituição pública e sustentada pela prefeitura de São Paulo buscaria promover valores empreendedores para seus visitantes, muitos em condições extremamente vulneráveis?

Sendo assim, no primeiro capítulo dessa dissertação, começo com relatos etnográficos no que tange minhas primeiras idas à São Paulo, em que busquei “me perder” pela capital paulista visando captar o movimento incessante de um espaço urbano tão característico ao capitalismo, esbanjando riqueza e miséria de forma contrastante e contraditória. Além disso, acabo por problematizar a forma como o desemprego é tratado pelas estatísticas e instituições oficiais, ressaltando minha proposta qualitativa de entender as reais implicações do desemprego para a juventude trabalhadora de São Paulo. O que uma abordagem qualitativa poderia nos revelar acerca do desemprego? Uma categoria tão porosa e tão complexa da realidade social?

Mais ainda, embora minhas entrevistas ainda não tivessem começado, a própria observação do modo de funcionamento do CATE revelou um perfil específico de classe trabalhadora que frequentava a instituição em termos de raça e gênero. Em paralelo a

essas observações, meu contato com a gerência do Centro também revelou formas de administração e relação com funcionários que dizia respeito a um processo maior no mundo do trabalho, de flexibilização.

Não por acaso, após meus primeiros contatos com o CATE, o segundo capítulo propõe fazer um breve resgate histórico das principais transformações que tomaram as relações de trabalho nos últimos anos, principalmente no que tange a acumulação flexível e ao neoliberalismo, para assim entender como a atual existência do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo se comporta enquanto uma síntese, mas uma síntese de múltiplas determinações histórico-sociais e que marcaram as próprias mudanças institucionais do CATE ao longo de sua criação.

Após a análise acerca do modo de funcionamento do CATE e das influências políticas que incidiram sobre essa instituição, ressalto a existência de uma espécie de *virada neoliberal* que tomou forma no Centro, este que foi da “Solidariedade” (termo que inicialmente compôs sua nomenclatura) ao “Empreendedorismo”, carregando, portanto, uma espécie de ideologia neoliberal que penetrava com mais voracidade dentro das instituições públicas.

Mas o que seria essa ideologia no neoliberalismo? Certamente, pela minha orientação marxista, eu havia acumulado uma certa formação teórica do tema, e que já influenciava minha maneira de enxergar o termo “empreendedorismo” no nome do Centro. Afinal de contas, para a tristeza dos empiricistas que afirmam a necessidade de se fazer pesquisa sem qualquer viés teórico, creio que qualquer sociólogo consequente sabe que isso é impossível, e que a própria ideia de uma neutralidade teórica é, em si, uma posição ideológica.

Obviamente, isso não significa que nossas pré concepções teóricas são suficientes, muito pelo contrário, e aqui recorro a outra lição de Burawoy: apesar de todos nós utilizarmos teorias sociais ou mapas cognitivos para entender a realidade, a teoria fica estagnada se divorciada de seu fluido vital, a pesquisa empírica (Burawoy, 2014). Ou seja, se por um lado eu carregava comigo teorias acerca da ideologia, elas precisariam ser efetivamente tensionadas com o trabalho empírico aqui conduzido, no sentido de ampliá-la conforme novos elementos surgem e desafiam sua própria existência enquanto teoria explicativa da realidade social.

Sendo assim, no terceiro capítulo, procuro expor o acúmulo teórico acerca do que eu inicialmente entendia enquanto ideologia neoliberal, considerando, inclusive, as obras de economistas como Hayek e Mises que, direta ou indiretamente, influenciaram

o modo que políticas neoliberais foram elaboradas e aplicadas historicamente. Além disso, busquei entender a questão do empreendedorismo dentro da narrativa neoliberal, e como ela busca se naturalizar e se justificar, principalmente considerando sua forte presença no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo.

Não obstante, concluo o terceiro capítulo afirmando categoricamente que, se pararmos na exposição teórica sobre ideologia, nada estaria feito. Ainda faltava o que considero o aspecto mais fundamental dessa pesquisa: entender de que maneira tal ideologia se apresenta na realidade e nas trajetórias concretas de jovens trabalhadores da capital paulista. Apenas constatar a existência de uma predisposição ideológica neoliberal seria o suficiente para entender o emaranhado social que entrelaça as múltiplas vivências dentro um mundo do trabalho precário? Claramente não.

Dessa maneira, se um dos meus principais objetivos de pesquisa estava em entender de que forma jovens desempregados compreendem sua condição de desemprego, e se essa compreensão se alia ou não aos aspectos ideológicos do neoliberalismo, então eu deveria olhar atentamente à dimensão local desses sujeitos, suas narrativas e trajetórias laborais. Ressalto novamente que isso não significa não possuir formulações teóricas anteriores, mas sim tensioná-las sem resguardo, com o intuito de ampliar a teoria diante dos resultados empíricos.

Portanto, o último e mais fundamental capítulo dessa pesquisa se propõe a discutir e analisar as 14 entrevistas que conduzi com jovens em situação de desemprego, e que frequentaram o CATE entre novembro de 2023 e junho de 2024. Ao longo das informações acerca de gênero, raça e idade dos entrevistados, também expus o motivo de suas visitas ao centro, que surpreendente não se relacionavam com qualquer proposta empreendedora patrocinada pela instituição, mas sim uma busca por empregos formais e auxílios tradicionais. Apenas aqui, já era possível compreender que a ideologia neoliberal de condenar auxílios estatais ou empregos regulados não tomava conta da subjetividade dos trabalhadores “num piscar de olhos”.

Sendo assim, visando entender essa discrepância entre o que o CATE oferecia em sua virada neoliberal e as expectativas dos trabalhadores que o visitaram, busquei dar a devida atenção para suas experiências e vivências, estas que despertaram consciências específicas sobre os mais variados tópicos sociais. Para isso, analisei com maior profundidade seis das 14 entrevistas, que ao meu ver emblematicamente sintetizam elementos que apareceram em quase todas as entrevistas.

Primeiramente, através do caso de duas jovens trabalhadoras que frequentavam o Centro em busca de emprego com carteira assinada (Isabella e Laura¹), discorro acerca das transições informais ao adentrar o mercado de trabalho brasileiro, e que marcou *todas* as entrevistas desta pesquisa, em maior ou menor medida. Além de ser um elemento que constitui grande parte da juventude brasileira, a informalidade na trajetória de ambas as entrevistadas (aliada a assédios patronais e baixos salários) resultou em uma clara consciência em defesa de empregos formais, organizações coletivas e auxílios assistenciais, em contraposição a qualquer tendência mais individualizante ou que condena a intervenção estatal por parte da narrativa neoliberal.

Posteriormente, a partir do depoimento de outros dois jovens trabalhadores (Gustavo e Juan), busquei discutir um fator que apareceu de modo considerável nas entrevistas: a relação entre trabalho plataformizado e desemprego, e como ambos se alternam na trajetória desses dois trabalhadores. Aqui, foi possível captar um tema advindo do depoimento dos próprios entrevistados, a questão da *autonomia*, que foi questionada por ambos após realizarem trabalhos exaustivos como entregadores de aplicativo, somado às experiências negativas com patrões e baixas condições salariais, em que tanto Juan quanto Gustavo mobilizaram com uma clara consciência acerca do antagonismo entre o patrão e o trabalhador.

Porém, me chamou a atenção o fato de que os dois entrevistados estavam apostando em uma nova alternativa em suas vidas para sobreviver em um mercado de trabalho precário e sem maiores perspectivas: a alternativa empreendedora. Desse modo, o choque entre minhas elaborações anteriores acerca do empreendedorismo e como tal concepção, de fato, se apresenta nas narrativas dos trabalhadores, não demorou para acontecer.

Como o leitor verá, a ambição empreendedora não interpela os trabalhadores de um dia para o outro, mas floresce nas ruínas de um mundo do trabalho precarizado, o que ficou ainda mais evidente a partir de outros dois depoimentos, feitos por Leonardo e Mathias. Assim como os outros dois entrevistados que já trabalharam como entregadores de aplicativo, Leonardo também vivenciou essa experiência em sua vida, porém a mesma foi interrompida no mesmo dia, quando um ônibus o atropelou e o impossibilitou de continuar sendo entregador. Após o acidente e as inúmeras relações conflituosas que teve com seus patrões, Leonardo contempla no empreendedorismo uma

¹ Todos os nomes usados nesta pesquisa são fictícios, com o intuito de proteger a privacidade dos trabalhadores e trabalhadoras aqui entrevistados.

possibilidade de se tornar independente, evitando tanto o conflito patronal (do qual tinha clara consciência) quanto o desemprego.

Mathias, por sua vez, apresenta tanto um desgosto em relação aos seus superiores de trabalhos passados quanto à própria figura do Estado, a qual jamais quer se tornar “dependente”. Seu sonho de vida estava em se tornar um empreendedor de sucesso no ramo musical, no entanto, sua narrativa mesclou o ânimo de falar sobre seu maior sonho com a melancolia de uma vida marcada por bicos, incertezas financeiras e atritos familiares, o que o distanciava de sua grande ambição.

Após apresentar esses depoimentos que foram humildemente concedidos por essas trabalhadoras e trabalhadores mediante consenso entre entrevistador e entrevistado, proponho fazer uma discussão geral dos casos e, assim, “puxar” com maior clareza os elementos teóricos que o campo empírico respaldou. Mais ainda, busquei tensionar minhas formulações iniciais sobre ideologia neoliberal com as múltiplas formas de agência que encontrei através do trabalho de campo, formas essas que, antes de mostrarem total adesão ou resistência a valores neoliberais, foram marcadas pela contradição.

Isso foi bem evidenciado em trajetórias que celebravam a possibilidade de empreender ao mesmo tempo que denunciavam a exploração do trabalho e a figura despótica do patrão, além da ausência de autonomia nas plataformas digitais. Portanto, o leitor verá que a ambição empreendedora que emana dos jovens aqui entrevistados floresce em uma realidade marcada por desemprego, precarização e ausência de auxílios assistenciais, o que me levou a concluir que, antes de uma ambição plenamente “libertadora”, o empreendedorismo surge diante da viração que a classe trabalhadora brasileira historicamente esteve submetida (Abilio, 2017), buscando formas de sobreviver em um mundo do trabalho sob ruínas.

Por fim, concluo esse trabalho de uma forma um tanto incomum. Normalmente, conclusões são mais breves e são formuladas a partir do que foi exposto ao longo da pesquisa. Obviamente, minha conclusão vai dialogar com os resultados dessa pesquisa, contudo, ela também apresenta uma última discussão que, ao meu ver, só poderia ser feita na conclusão e após o longo trajeto empírico: a necessidade de entendermos o neoliberalismo enquanto hegemonia e não mera ideologia. No entanto, tal hegemonia encontra-se permeada por fissuras e rachaduras, e que podem ser expandidas, remendadas ou efetivamente rasgadas a depender da consciência e agência advindas das experiências daqueles que lutam para sobreviver dentro do capitalismo.

Como ressaltou Burawoy (2004), dar voz e estabelecer uma relação mútua entre pesquisador e participante é o dever de qualquer sociologia que preze pela defesa daqueles que movem o mundo, se opondo tanto à tirania do Estado quanto do mercado, e compreendendo que qualquer ideologia hegemônica, por mais forte e implacável que seja, não está isenta da pressão daqueles que pressionam contra suas amarras.

Capítulo 1 - Perdendo-se pela grande São Paulo

Não encontrar o caminho em uma cidade pode ser algo pouco interessante e banal. Isso requer apenas ignorância – nada mais. Mas perder-se em uma cidade – assim como alguém se perde numa floresta – requer um aprendizado bem diferente (Tradução do autor)

Walter Benjamin. A Berlin Chronicle.

Em minhas primeiras viagens de campo a São Paulo, cidade que visitei diversas vezes ao longo desta pesquisa, busquei seguir o conselho do velho Benjamin (1978) com o intuito de me perder pelo centro da capital paulista, observando atentamente o meu entorno e tentando captar o movimento incessante de uma cidade emblemática ao capitalismo contemporâneo. Como pesquisador, procurei me inserir no espaço de São Paulo, um local marcado por consideráveis devaneios da vida urbana (Benjamin, 2018).

Antes de estar plenamente orientado, eu queria sentir o “calor próprio” de um ambiente urbano frenético, e que parecia refletir primorosamente o arquétipo fantasmagórico do capitalismo, com uma espécie de multidão corriqueira, “sem rosto”, e tão indiferente ao seu entorno conforme é guiada pela tirania do relógio, em virtude do senso de imediatismo e insistência que Thompson (1998) tão bem ressaltou a respeito do modo de ser do capitalismo. Sendo assim, por mais que eu estivesse rodeado por diversas pessoas, todas pareciam correr contra o tempo. Eu já não me sentia pertencente a um coletivo, mas sim diante de uma espécie de dissociação social (Simmel, 2005).

Em pleno século XXI, São Paulo se configura enquanto um dos maiores centros corporativos e financeiros da América do Sul, sendo a cidade mais populosa do Brasil e uma das mais influentes globalmente, ficando em décimo sétimo lugar entre as cidades mais ricas do mundo². Contraditoriamente, a cidade que abriga elevados índices de IDH em algumas de suas localidades (tal como na região de Moema), também reflete, por outro lado, uma gritante desigualdade social (como na região de Grajaú). Além disso, o aumento no número de moradores de rua³ contrasta com os enormes edifícios financeiros que representam a riqueza da cidade, concentrada nas mãos de uma ínfima minoria.

Ao analisar a classe operária inglesa do século XIX, Engels (2008) elucidou as contradições das grandes cidades capitalistas em desenvolvimento: se por um lado

² Mais informações sobre a importância econômica de São Paulo podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

³ Mais informações sobre o aumento da população de rua em São Paulo podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

esbanjavam maravilhas técnicas e geográficas, tais “maravilhas”, por outro lado, só eram possíveis mediante a miséria de um enorme contingente de trabalhadores, que se sacrificavam diariamente para consolidar o espaço urbano ao mesmo tempo que dele eram marginalizados. São Paulo parece seguir veemente essa dinâmica no século atual, em que a atomização de seus residentes produz a imagem contraditória de uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes, mas tão solitários e isolados entre si, por mais que sejam “animais sociais”⁴.

Conforme eu caminhava por São Paulo, notei que passava por regiões mais movimentadas, como a Rua 25 de Março, considerada um dos maiores centros comerciais da América Latina, e pela Praça da República, local histórico da capital paulista. Os espaços urbanos, com suas vitrines, anúncios e conglomerados de mercadorias pareciam se “auto anunciarem”, como se tivessem vida própria (Benjamin, 2018). Particularmente, ao notar alguns homens usando placas enormes de anúncios comerciais em torno de seus corpos, com seus rostos cansados e tentando chamar a atenção de algum cliente, não pude deixar de lembrar do que Marx (2013) ressaltou acerca da reificação dos sujeitos, que se tornam “coisas” enquanto as mercadorias se tornam sujeitos. Aqueles homens pareciam “meros suportes” ao capital⁵.

Como aponta um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA),⁶ São Paulo também seria a cidade mais desigual do Brasil no que tange ao acesso ao emprego, tendo em vista, dentre outros fatores, a própria dificuldade de se deslocar pela cidade, com uma relação claramente desigual entre centro e periferia, e com grande parte das oportunidades de emprego concentradas no centro. Nesse cenário, a maior parte da população trabalhadora (que está localizada aos arredores da capital) passa horas se deslocando até chegar em seu local de trabalho (isso se encontram trabalho), repetindo um trajeto exaustivo ao longo da semana. Foi o que pude notar conforme utilizava o sistema de metrô da cidade: o cansaço cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores que tentavam dormir durante alguns minutos antes de chegarem aos seus destinos, ainda que constantemente atentos quanto a seus pertences, pelo medo de serem furtados.

⁴ “O ser humano é, no sentido mais literal, um *Zoon Politikon*, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade” (Marx, 2011a, p.55).

⁵ “Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. (...) as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, e que as pessoas se defrontam uma com as outras como suportes [*Träger*] dessas relações” (Marx, 2013, p.159-160)

⁶ Mais informações acerca da desigualdade empregatícia de São Paulo estão disponíveis [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

Em virtude de tantos contrastes em apenas uma única paisagem, São Paulo me pareceu a escolha certa no sentido de promover uma observação empírica do que busquei captar ao longo dessa pesquisa: as trajetórias, percepções e experiências de jovens desempregados em um mundo do trabalho marcado pelo neoliberalismo. Diante de uma classe trabalhadora tão diversificada e heterogênea em termos de gênero, raça, sexualidade, etnia, nacionalidade etc. são muitos os que não conseguem trabalho e acabam nas fileiras do desemprego, principalmente em um contexto pós-pandemia (Antunes, 2022).

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 74% dos paulistanos perderam ou deixaram o trabalho em menos de um ano em 2022, sendo 22% jovens entre 18 a 24 anos⁷. No caso de São Paulo, é evidente que há um peso estrutural de uma elevada rotatividade no mercado de trabalho, resultando em instabilidade e dificuldade de inserção para grande parte da classe trabalhadora paulista (Brandão; Watanabe; Ferreira; Montagner, 2006).

Não obstante, como veremos ao longo desta pesquisa, o foco de análise não esteve em elaborar ou constatar dados estatísticos e quantitativos acerca do desemprego, uma vez que busquei captar o que não encontrava nos *surveys* ou nos modelos estatísticos mais “abrangentes”. Prezei, assim, por uma análise qualitativa e abordagem etnográfica que me aproximasse dos indivíduos reais que viviam a condição de estar desempregado ou desempregada, assim como as interpretações e narrativas próprias acerca de suas trajetórias laborais. Antes, contudo, será importante nos atermos acerca da forma e dos limites em como as estatísticas oficiais tratam do desemprego.

1.1 O desemprego representado pelas estatísticas oficiais

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 195 milhões de empregos estavam em vias de desaparecer mundialmente já no segundo trimestre de 2020, além de cerca de 1,6 bilhão de pessoas na informalidade (OIT, 2021). Mesmo após o fim da pandemia, o mercado de trabalho permaneceu com elevados índices de informalidade e desemprego, principalmente quando consideramos o sul global. No caso do Brasil, persistem os casos de desempregados entre a juventude brasileira, somando-se ao quadro geral na América Latina e no Caribe de jovens sem

⁷ Mais informações sobre porcentagem dos jovens podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

emprego, na informalidade e que, em 2020, contabilizavam cerca de 9,4 milhões de desempregados e 30 milhões informais⁸.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego diz respeito às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos), mas que não estão trabalhando, embora estejam disponíveis e tentando encontrar trabalho⁹. Atualmente, contabiliza-se cerca de 7,5 milhões de indivíduos desempregados pelo país. Porém, logo de início, é preciso que problematizemos a questão dos dados estatísticos oficiais, não no sentido de questionar sua veracidade numérica, mas sim no que diz respeito às suas definições acerca do que seria estar desempregado, tendo em vista que tal condição é mais porosa do que aparenta ser em um primeiro momento.

É comum que muitos associem as estatísticas oficiais com uma certa neutralidade axiológica e metodológica, uma vez que os instrumentos por trás da construção desses dados são pouco examinados no que tange aos seus efeitos práticos (Ruppert, 2007). Contudo, os próprios métodos que usamos em nossas pesquisas também refletem a vida social que permite sua existência, podendo, inclusive, implicar em formas de poder e dominação (Savage, 2013), na medida em que, ao priorizar uma forma de análise, estão sujeitos a ocultar contradições ou elementos indesejáveis.

Nesse sentido, questiono aqui os possíveis resquícios de uma ciência positivista por trás de métodos quantitativos acrílicos¹⁰, que se propõem analisar a sociedade com um “olhar de fora”, de forma “neutra”. Na verdade, toda forma de catalogar a população, essa representação caótica do todo (Marx, 2011a), tende a promover divisões específicas, agrupando determinados indivíduos e deixando outros de fora (Ruppert, 2007), buscando generalizações e homogeneidades que, quase sempre, não correspondem ao contraditório e complexo emaranhado da realidade social.

No caso do IBGE, é possível notarmos que, ao lado dos 7,5 milhões de desempregados no Brasil, existem outros 3,3 milhões de indivíduos no desalento, isto é, pessoas que “gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuram trabalho por acharem que não encontrariam”, além de 66 milhões de pessoas consideradas fora da força de trabalho (compreendendo desde estudantes, “donas de

⁸ Mais informações sobre esses dados podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em 11/11/2024.

⁹ Mais informações sobre o desemprego no Brasil segundo o IBGE podem ser encontradas [aqui](#). Acessado em 05/11/2024

¹⁰ “Isso contesta a hegemonia de métodos quantitativos positivistas, que se tornaram hegemônicos ao longo dos últimos 50 anos e estão associados à proliferação de dados codificados e padronizados, notadamente aqueles associados com amostras de surveys, incluindo censos, contas e registros.” (Savage, 2013, p.06 - Tradução do autor).

casa”, etc.) e outros tantos indivíduos subocupados, definidos por “insuficiência de horas trabalhadas”, mas que “gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar”.

Ora, a maneira como os grupos foram constituídos pelas estatísticas oficiais claramente produzem uma forma específica de conceber a força de trabalho no Brasil. Primeiramente, como ressaltou Pais (2016), há uma dificuldade evidente nas estatísticas oficiais em captar a totalidade dos indivíduos sem emprego, resultando em uma espécie de “desemprego oculto” que não aparece nos censos oficiais¹¹. Se considerarmos a população desalentada, por exemplo, até que ponto podemos separá-la totalmente dos desempregados? Já que muitos desalentados assim ficaram por desistirem de encontrar trabalho? Ou, ainda, quantos daqueles com “insuficiência de horas trabalhadas” podem, na realidade, estar transitando constantemente entre desemprego e informalidade?

Ao lado do desemprego, elevou-se também o número de trabalhos precários, informais, *part-time*, e de subcontratação (Antunes, 2009). Não por acaso, Benanav (2019) afirma que o atual mundo do trabalho, antes de ser caracterizado por um massivo desemprego, é antes marcado por uma contínua ampliação do subemprego, extremamente difícil de ser medido, mas que acomete grande parte da classe trabalhadora, principalmente se levarmos em consideração a realidade do Sul Global, historicamente marcado por relações de trabalho informais e inseguras (Agarwala, 2018).

Ou seja, um trabalhador que só trabalha na medida em que é chamado, ou que vive de bicos informais em restaurantes nos finais de semana, estaria mais próximo de um emprego formal e estável ou do desemprego propriamente dito? O que as estatísticas quantitativas¹² podem deixar escapar no que tange às relações cinzentas e imbricações desses grupos rigidamente separados pelos censos oficiais? Essa e outras perguntas orientaram a forma metodológica em que minha pesquisa foi conduzida, visando ir além das estatísticas quantitativas com o intuito de compreender, a partir de suas próprias

¹¹ “Indo mais longe, poderíamos dizer que as estatísticas oficiais têm o condão de fazer desaparecer misteriosamente dos registros de desemprego muitos desempregados” (Pais, 2016, p.27).

¹² Apesar dos apontamentos críticos aqui feitos a respeito das abordagens quantitativas, não desconsideramos, de forma alguma, pesquisas quantitativas que se mostram críticas acerca dos dados oficiais, e que buscam entender o problema do desemprego de modo mais abrangente. Particularmente, destaco o movimento de alguns estudiosos em mobilizar o valioso conceito de superpopulação relativa de Marx (2013), jogando luz ao obscuro e poroso cenário da informalidade e desemprego no capitalismo contemporâneo. Agradeço, especialmente, a minha amiga Renata Falavina, que me presenteou com ricas discussões acerca do tema.

narrativas e experiências, a realidade de jovens que enfrentaram o desemprego e a informalidade.

Sendo assim, depois de me perder pela floresta urbana de São Paulo, resolvi me reorientar em busca do meu local de pesquisa: o centro de apoio ao trabalho e empreendedorismo (CATE). É nessa instituição que buscaria, com toda a delicadeza do mundo, conhecer e conversar com jovens trabalhadores entre 18 e 29 anos da capital paulista, interrompendo seu cotidiano inquieto e intervindo, nem que seja por um instante, em suas vidas.

1.2 Primeiros contatos

Como dito anteriormente, a pesquisa empírica aqui realizada ocorreu através de visitas periódicas ao Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), instituição municipal sustentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Ao longo de seis meses e através de uma abordagem etnográfica, realizei visitas periódicas ao CATE, mais especificamente em sua sede localizada no centro de São Paulo, com toda a turbulência frenética em torno desse ambiente urbano. Ao visitar o CATE pela primeira vez, lembro de ficar intrigado com sua aparência, uma vez que, apesar de ser um órgão municipal que opera de forma semelhante a qualquer outra instituição pública (retirar uma senha e esperar para ser chamado), sua estética era permeada por escritas nas paredes externas sobre a possibilidade do empreender, um tanto semelhante à forma como *Startups* privadas tentam produzir um ambiente mais “descontraído” (Zanon, 2019).

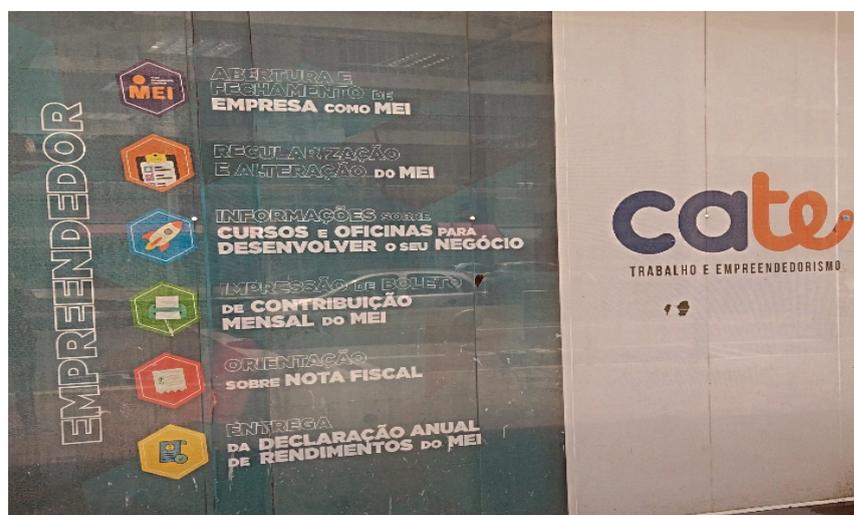


Imagem 01 - Parede externa do CATE, promovendo serviços relacionados ao empreendedorismo.

Minhas visitas ao Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo começaram em novembro de 2023 e se estenderam até junho de 2024. Ao longo desse período (com exceção do mês de janeiro), realizei em torno de uma a duas visitas mensais na instituição, permanecendo ali, na maioria das vezes, das 9h da manhã até as 17h da tarde, apenas com uma pausa para almoço entre meio-dia e 13h.

Em minha primeira visita, fui abordado por um dos funcionários da instituição, que buscou saber o motivo da minha visita, para então me direcionar da melhor forma possível a depender de meus objetivos. Sendo assim, me apresentei enquanto estudante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e disse que meu objetivo na instituição estava em realizar entrevistas com jovens em situação de desemprego ou informalidade para uma pesquisa em andamento. Após ouvir minha resposta, o rapaz afirmou que, como meu pedido era um caso excepcional, eu deveria falar com o gerente da instituição, e logo me direcionou para encontrá-lo em sua mesa. Porém, quando cheguei à mesa do gerente, o mesmo estava ocupado conversando com outro jovem funcionário, que aparentemente estava recebendo algum tipo de “bronca” em virtude de seu desempenho.

Quando o gerente me avistou, pediu para que eu esperasse por um momento, e que logo me atenderia. Ao sair de perto da sua mesa e esperar para ser atendido, percebi que conseguia ouvir minimamente o conteúdo da conversa entre o gerente e seu funcionário. Nesse momento, entendi melhor o que Burawoy afirmou acerca dos cientistas sociais precisarem ser atentos ao realizarem etnografias em ambientes com membros de “alto escalão”.

Conforme escutava a conversa entre o gerente e o jovem funcionário, o primeiro chamava a atenção do rapaz acerca de seu péssimo desempenho no Centro, enfatizando a necessidade de “vestir a camisa da empresa” e exigindo uma “maior determinação” por parte do funcionário. O gerente se referia ao rapaz em questão enquanto “um cara inteligente”, mas que a situação estava um tanto “feia” para ele. Em um determinado momento, o gerente afirmou que não se tratava de qualquer discriminação, mas apenas notava uma falta de foco por parte do funcionário, que “deu uma relaxada”. O uso do termo “discriminação” não foi por acaso, já que o funcionário era um jovem negro.

Mais adiante, o gerente começou a incentivar a competição entre o rapaz e outro trabalhador do CATE que, segundo ele, estava fazendo um trabalho excepcional. “Vamos ver se você é melhor que o fulano”, disse ele, e após uma conversa sobre flexibilização, foco e “fidelidade à empresa”, o funcionário deixou a mesa do gerente

um tanto cabisbaixo. Alguns minutos se passaram, e o gerente me chamou para conversar sobre minha intenção de entrevistar jovens que frequentavam a instituição.

Conforme o informava acerca de minha pesquisa, o gerente se demonstrou bem tranquilo e simpático a minha presença (diferentemente de sua conversa anterior), e logo em seguida me contou um pouco mais sobre o modo de funcionamento do CATE, instituição que, segundo ele, está sempre lotada, principalmente por pessoas de baixa renda e imigrantes de diferentes países. Também disse que a instituição é comprometida em ajudar a população a adentrar no mercado de trabalho, contando, inclusive, com dias específicos para atender minorias, como pessoas trans e outros membros da população LGBTQIAP+.

Foi interessante notar que, as informações sobre uma suposta inclusão social no CATE vieram após eu afirmar que era estudante de sociologia na Unicamp, de tal maneira que isso pode ter influenciado o discurso do gerente a partir de então, demonstrando um aspecto mais “inclusivo” por trás do CATE. Desse modo, não pude deixar de recordar acerca da dinâmica empresarial flexível em mesclar discursos sobre vestir a camisa da empresa com a tendência de captar algumas pautas sociais. Apesar de ser uma instituição municipal, o CATE aparentava dispor de uma dinâmica um tanto quanto empresarial.

Depois de nossa breve conversa, o gerente se mostrou tranquilo com a possibilidade da minha pesquisa, uma vez que deixei claro que não atrapalharia o funcionamento da instituição e apenas conversaria com jovens que aceitassem serem entrevistados. No entanto, fui informado de que só poderia estar frequentando o interior do CATE sob permissão da prefeitura de São Paulo. A partir daí, precisei esperar alguns dias até a autorização municipal chegar, conforme havia solicitado via e-mail com uma carta do meu instituto em anexo, evidenciando a existência de minha pesquisa. Alguns dias passaram, e minha autorização estava aprovada.

Completamente livre para transitar pelo primeiro andar da instituição, comecei a realizar observações de campo mais atentas. Em termos de atendimento, o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo funcionava como qualquer outra instituição pública mais tradicional, no sentido de observarmos pessoas chegando e logo sendo encaminhadas para retirar uma senha e esperar seu número de chamada ser anunciado por um painel eletrônico. Vale ressaltar que algumas empresas públicas e privadas, em parceria com o CATE, usavam o segundo andar da instituição para fazer processos

seletivos de emprego, não por acaso, as datas de processos seletivos eram as mais desejadas por trabalhadores em busca de trabalho.



Imagem 02 - trabalhadores e trabalhadoras esperando do lado de fora para serem atendidos no CATE em um dia de processo seletivo para vaga empregatícia

Em alguns dias específicos, era praticamente impossível transitar dentro da instituição, principalmente nos dias de processos seletivos, com pessoas de pé fazendo fila até sair para o lado de fora, conforme demonstra a imagem anterior. Não por acaso, nesses dias eu também ficava do lado de fora, visando conhecer e entrevistar alguns trabalhadores que esperavam horas até serem atendidos e, por isso mesmo, não tinham muito o que fazer, com minha entrevista sendo uma forma de “passar o tempo” para alguns deles.

Contudo, mesmo antes da realização das entrevistas, questões específicas já se mostravam mais ou menos evidentes no que diz respeito ao perfil de trabalhador que eu encontrei ao longo de minhas visitas periódicas ao Centro, principalmente no que diz respeito à raça e gênero.

1.3 Quando desemprego revela raça

Em oposição às formulações que diziam que a classe trabalhadora estava diminuindo, ou que o trabalho estava chegando ao “fim”, o que presenciamos nos dias atuais é uma classe trabalhadora em expansão, marcada por uma considerável heterogeneidade em sua composição (Antunes, 2018), sendo diversificada em termos de

raça, gênero, sexualidade, geração, etnia etc. Desse modo, são muitos aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para encontrar qualquer possibilidade de existência.

No que diz respeito aos trabalhadores em situação de desemprego, essa heterogeneidade também é evidente. Apesar de pairar sobre a classe trabalhadora como um todo, o desemprego não deixa de ser socialmente seletivo (Guimarães, 2002), com as chances de emprego desigualmente distribuídas entre os diferentes grupos sociais que constituem a classe trabalhadora. Foi isso o que pude notar em minhas visitas periódicas ao Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, posto que as pessoas que visitavam a instituição eram, em sua grande maioria, pessoas negras e de baixa renda, além de um considerável número de imigrantes¹³.

Desse modo, as desigualdades no que tange o acesso às oportunidades dentro do mundo do trabalho também são refletidas na própria condição do desemprego, resultando, inclusive, em novas desigualdades entre os desempregados (Damaske, 2021).

A perda do emprego e o desemprego tanto reproduzem as desigualdades existentes quanto geram novas desigualdades ao longo do período em que as pessoas permanecem desempregadas. Isso significa que aqueles que possuíam mais antes de perderem o emprego tinham uma proteção maior contra as dificuldades do desemprego e que algumas dessas diferenças preexistentes se tornam ainda maiores durante esse período devido à forma como o desemprego é vivenciado. (Damaske, 2021, p.07 - Tradução do autor)

No que diz respeito às particularidades de emprego e desemprego no Brasil, Lélia González (2020) já enfatizava que, se por um lado, o subproletariado tem rosto majoritariamente negro, com a força de trabalho negra confinada em empregos de menor qualificação, intermitentes e de pior remuneração, por outro lado a população negra também compõe massivamente os altos índices de desemprego.

Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemônico. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essas populações. E, “coincidentemente”, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira. (González, 2020)

¹³ Devido aos limites deste trabalho, não adentrei em discussões acerca da clara presença dos imigrantes tanto nos índices de desemprego quanto de informalidade na capital paulista. Contudo, a presença de imigrantes no CATE demonstra a importância de estudos focados na população migrante e suas dificuldades de inserção no mercado brasileiro.

As análises de Gonzáles acerca da questão negra parecem continuar refletindo o mundo do trabalho no Brasil, uma vez que pretos e pardos são maioria entre desalentados, desempregados e informais¹⁴. Quando em comparação aos desempregados brancos, a população negra em situação de desemprego encontra dificuldades aliadas à opressão no que diz respeito às suas possibilidades tanto em adentrar quanto em permanecer no mercado de trabalho (Hasenbalg, 2005). Evidentemente, tal cenário está estruturalmente relacionado ao modo como o capitalismo brasileiro se consolidou, carregando sequelas coloniais e escravistas até os dias atuais, diante de um regime racializado que acaba por moldar fronteiras que atribuem ou negam recursos a determinados indivíduos (Braga, 2023).

Desse modo, a questão racial se mostrou de forma gritante em meu trabalho de campo, dialogando com outra pesquisa que realizei em 2022 na instituição Casa do Trabalhador, localizada em São Carlos-SP (Ulbricht, 2022). Tanto na capital de São Paulo quanto na cidade interiorana de São Carlos, a elevada presença de pessoas negras em situação de desemprego fez-se evidente. Desse modo, embora não seja o foco deste trabalho, é necessário que novas pesquisas sejam feitas no sentido de se aprofundar na questão de raça, informalidade e desemprego no Brasil, considerando as experiências e vivências únicas da população negra.

1.4 Quando desemprego revela gênero¹⁵

Quando, em 2022, realizei minha primeira pesquisa acadêmica na cidade de São Carlos visando captar o desemprego entre os jovens do município, também captei uma clara evidência de desigualdade de gênero, uma vez que pude presenciar muitas mulheres¹⁶ em situação de desemprego (Ulbricht, 2022). Não por acaso, meu trabalho de campo em São Carlos pareceu confirmar o fato de grande parte dos trabalhadores desempregados serem do gênero feminino e majoritariamente negras, se relacionado

¹⁴ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), além de serem afetados pelo desemprego, a população preta e parda são maioria com rendimento até dois salários mínimos. Mais informações podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em 05/11/2024.

¹⁵ Para essa pesquisa, optei por trabalhar a questão de gênero dentro da binariedade “masculino” e “feminino”. Com isso, não pretendo, de forma alguma, negar a existência de identidades não-binárias que, quando consideradas, podem revelar novos e importantes aspectos dentro do mundo do trabalho. No entanto, reconheço os limites deste trabalho que impossibilitam captar complexidades maiores acerca da diversidade de gênero.

¹⁶ É importante ressaltar que, ao me referir às mulheres, também estou considerando mulheres trans que encontrei tanto em minha anterior pesquisa em São Carlos quanto na atual pesquisa na capital de São Paulo.

diretamente com o próprio perfil da classe trabalhadora brasileira, composta, em sua grande maioria, por trabalhadoras pretas e pardas (Cacau; Parks; Assis, 2021).

Não obstante, no que diz respeito a minha pesquisa empírica no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, a presença de mulheres desempregadas estava mais “balanceada” em relação a dos homens desempregados em termos numéricos, de tal forma que a questão de gênero não se destacou numericamente. Obviamente, isso não exclui o fato de muitas trabalhadoras estarem frequentando o CATE, tendo em vista que, ao “descartar” trabalhadores, o capitalismo flexível impõe dificuldades ainda maiores às mulheres no que tange suas possibilidades de retornar ao mercado de trabalho.

Dentre tais dificuldades, estão aquelas que envolvem o trabalho da reprodução social que majoritariamente são feitos por mulheres (Bhattacharya, 2023). Como demonstra Damaske (2020), muitas trabalhadoras não conseguem sair do desemprego em virtude da dificuldade de encontrar empregos que possibilitem uma conciliação mínima com o cuidado de seus filhos e do ambiente familiar, gerando desempregos prolongados e com alta dificuldade de serem rompidos, além de reforçar papéis tradicionais de gênero para com o ambiente doméstico. Mais ainda, a situação da mulher no mercado de trabalho é marcada por uma maior recorrência de demissão¹⁷ e carência de postos de trabalho (Hirata, 2018), com seu nível de remuneração permanecendo inferior em comparação ao dos trabalhadores homens até os dias atuais.¹⁸

No que diz respeito ao meu trabalho de campo no CATE, embora o número de mulheres parecesse ser relativamente semelhante aos dos homens que frequentavam a instituição, um aspecto se destacou: grande parte das mulheres que visitavam o CATE estavam acompanhadas de seus parceiros, sendo recorrente cenas em que os mesmos mandavam e desmandavam nas ações de suas companheiras, no sentido de dizer para onde ir, o que fazer, o que não fazer, e até mesmo falarem por elas quando suas senhas eram chamadas. Não por acaso, encontrei dificuldades evidentes no sentido de fazer contato com algumas dessas mulheres, posto que a figura de seus companheiros produzia um efeito de desconforto, como se não fosse “adequado” falar com elas ao menos que a mediação fosse feita por seus parceiros. Ou seja, a dominação masculina e o silenciamento dessas trabalhadoras mostraram-se evidentes.

¹⁷ Aqui, é emblemático o assédio que mulheres sofrem durante e após período de gestação, com muitas sendo demitidas em virtude de “gastos” envolvendo licença à maternidade. Mais informações disponíveis [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

¹⁸ Mais informações sobre remuneração inferior aos homens podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

Contudo, embora eu pensasse que minha posição enquanto pesquisador homem pudesse gerar um certo desconforto para as trabalhadoras no momento em que eu, de repente, as abordassem no sentido de pedir por uma entrevista, eu pude notar um desconforto mais evidente advindo dos homens em situação de desemprego. Se voltarmos às análises de Goffman (1963) acerca da questão do estigma, o autor já evidenciava o potencial sentimento de “desgraça” na vida de trabalhadores desempregados, que sentiam-se sem credibilidade diante da sociedade.

No caso do estigma por trás do desemprego, Goffman trabalha com o depoimentos de trabalhadores que ficaram sem emprego durante a Grande Depressão de 1929, ressaltando o quão humilhante era carregar o título de “desempregado”, sentindo-se inferior, não comparável ao cidadão comum, e tratado de modo diferente inclusive por seus conhecidos. Já que não trabalhava, sentia-se “sem valor”.

Se alinharmos o peso do trabalho na sociedade capitalista com a questão de gênero, alguns estudos evidenciam que homens trabalhadores sentem uma espécie de “peso moral” pela falta de emprego, em que arranjar qualquer trabalho que o distancie do ambiente doméstico se torna prioridade para muitos (Damaske, 2020). Nesse sentido, falar sobre a condição de desemprego é algo que parece incomodar especialmente trabalhadores homens. Isso ficou evidente quando, entre os desempregados que se recusaram participar de minhas entrevistas, alguns deles demonstraram um claro desconforto ao serem reconhecidos frequentando o CATE¹⁹.

Como ressaltou Burawoy (1998), as resistências formais ou informais de pessoas ao serem estudadas mais de perto revelam princípios, valores, e capacidades de afastar algo considerado “desvantajoso”. Claro que isso não significa um “comportamento geral” do gênero masculino, mas sim uma tendência socialmente estabelecida e que pode, como qualquer outra tendência, ser desafiada pelas experiências particulares dos indivíduos, de tal forma que outros trabalhadores entrevistados nessa pesquisa se sentiram, por outro lado, extremamente confortáveis e no direito de apontar o que estavam vivenciando ao longo de suas trajetórias particulares.

No caso das mulheres entrevistadas, a grande maioria se demonstrou confortável em falar de sua condição, muitas em um claro tom de desabafo no sentido de evidenciar suas realidades. Ao meu ver, isso pode refletir uma resistência contra a tendência social

¹⁹ Particularmente, lembro-me de um jovem trabalhador que, quando questionado por mim acerca da possibilidade de ser entrevistado, o mesmo recusou e afirmou que “estava muito bem comparado a muitos outros que estavam no CATE”. Ao meu ver, o modo como isso foi dito reforça uma espécie de comportamento defensivo face à condição do desemprego.

em silenciar as vivências das mulheres, que muitas vezes são socializadas em uma realidade que as ensinam a aturar as mais desafortunadas das experiências em silêncio, como algo normal de qualquer mulher que deve, “naturalmente”, sacrificar-se pelo bem-estar comum. Desse modo, gosto de acreditar que, talvez, minhas entrevistas tenham dado a algumas trabalhadoras uma possibilidade (ainda que mínima) de exporem suas condições de vida e seus tormentos, mesmo que apenas por um instante.

Para além do perfil dos trabalhadores que frequentavam o CATE, uma outra questão chamou a minha atenção: como uma instituição pública, que opera no centro urbano de uma das principais capitais do Brasil, ganhou uma tonalidade mais direcionada ao empreendedorismo? E de que forma se normalizou essa demanda por mais flexibilidade exigida pela própria gerência da instituição para com seus funcionários? No capítulo a seguir, veremos que, naquele micro espaço localizado no centro de São Paulo, havia elementos que diziam respeito a processos sociais mais amplos, a forças externas específicas.

Capítulo 2 - Da solidariedade aos valores empreendedores: a virada neoliberal e sua influência no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

De acordo com Burawoy (1998), nenhuma etnografia pode permanecer isolada unicamente em seu local empírico, posto que o próprio cotidiano é atravessado por forças históricas e sociais de maior envergadura. Isso se mostrou evidente em minha pesquisa etnográfica no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, uma vez que, visando compreender o aspecto micro de uma instituição no centro de São Paulo em sua totalidade, tornou-se necessário mover-se em direção às forças histórico-sociais externas que incidiram sob a forma de operacionalizar políticas públicas no Brasil das últimas décadas, com o intuito de compreender os “macrofundamentos” por trás dos “microprocessos”, e observando como as últimas conformam e são conformadas pelos primeiros (Burawoy, 1998).

Não por acaso, as mudanças e transições no mercado global forçam qualquer etnografia local a olhar para extensões globais, o que requer não apenas enquadramentos teóricos para sua interpretação, mas também uma análise histórica do que aconteceu nos últimos no que diz respeito à dinâmica de um capitalismo mundialmente configurado (Burawoy, 2014), é o que buscarei fazer a partir de um breve resgate histórico de acontecimentos imprescindíveis ao mundo do trabalho contemporâneo, para, após “recolher” essas múltiplas determinações, entendermos a síntese que configura a existência concreta do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo.

2.1 A acumulação flexível e o “novo tipo” de trabalhador

O fato do Centro de Apoio ao Trabalho conter o termo “empreendedorismo” em sua nomenclatura e apresentar uma postura mais flexível para com seus funcionários nos revela, ainda que em um contexto micro, um movimento mais amplo que marcou as últimas décadas do mundo do trabalho. Na verdade, se voltarmos a década de 1970, após um considerável período de acumulação de capital sustentada sobre as bases estabelecidas pelo keynesianismo-fordismo, o capitalismo encontrou-se em uma profunda crise estrutural, ocasionando uma queda no nível de produtividade do capital que, por sua vez, acentuou a tendência decrescente de suas taxas de lucro (Antunes, 2009).

A rigidez dos mercados sob a ótica fordista já não se alinhava com a competição internacional de países recém-industrializados, ao lado de uma contínua financeirização e globalização da economia (Chesnais, 2000). Mais ainda, o choque nos preços do petróleo mediante decisão da OPEP em 1973 também fez com que grandes empresas considerassem novas formas de investimentos tecnológicos e energéticos (mais flexíveis e dinâmicos), de tal forma que presenciamos uma dispersão geográfica para zonas de controle de trabalho mais barateado, paralelamente a fusões e absorção de empresas (Harvey, 1990).

Nesse contexto, no que concerne às formas técnicas de organização, é emblemática a consolidação do Toyotismo no Japão, que buscava adaptar o capitalismo às condições específicas da realidade japonesa, a partir de um ideal de maior flexibilidade e polivalência tanto para a produção quanto para os próprios trabalhadores, agora submissos a diversas gamas de trabalho. Através da concepção “*Just in Time*”, as demandas da produção diferenciadas e variadas eram pensadas visando o menor desperdício possível, além de produtos mais diferenciados se comparado à produção fordista, de caráter mais homogêneo (Coriat, 1993).

Se, na época fordista, o capitalismo “fabricou” um tipo de trabalhador disciplinado diante de uma racionalização e psicologia social específicas, designado a cumprir uma única função embrutecedora dentro do aparato maquinico-industrial (Gramsci, 2007), agora, na era flexível, as empresas japonesas começavam a teorizar abertamente sobre novos comportamentos aos trabalhadores, vistos como “colaboradores da empresa”, reavivando um sentimento de “pertencimento empresarial” através da participação dos círculos de qualidade e de qualificação da empresa, que ocorriam, normalmente, fora da jornada de trabalho usual (Basso, 2018). Aqui, já podemos presenciar a tendência do capitalismo flexível em borrar ainda mais a separação da esfera laboral e esfera pessoal²⁰, algo ainda mais evidente nos dias atuais.

Por outro lado, a agência e o caráter ativo da classe trabalhadora (cada vez mais massificada pelas grandes indústrias taylorista-fordistas) começam a questionar a ausência de autonomia em um trabalho demasiado rígido, mecanizado e sem sentido (Antunes, 2009). Desse modo, em um contexto de ausência de qualquer controle social

²⁰ “A fim de obter a autoiniciativa da força de trabalho, o método toyotista se mobiliza até para oferecer aos operários um reconhecimento ‘ideal’ de sua importância para a vida e o sucesso da empresa” (Basso, 2018, p.117)

da produção, a luta de classes se acirrou, com boicotes e resistências ao trabalho sob a ótica fordista, a partir de ondas de greves e outras formas de lutas coletivas.

Também não podemos desconsiderar o questionamento de novos segmentos que se incorporavam, cada vez mais, à classe trabalhadora: mulheres, negros e imigrantes que não estavam incluídos no “perfil ideal” sindical predominante branco do operário padrão. Sendo assim, é possível notar a existência de múltiplas determinações no que compreende à crise capitalista de 1970 e a oposição dos trabalhadores perante um mundo racionalizado, burocratizado e rigidamente estabelecido (Antunes, 2009).

A partir dos anos 1960 o fordismo como um regime de acumulação racializado foi sabotado ‘por cima’ pelo abandono das gerências do compromisso de distribuição aos trabalhadores dos ganhos de produtividade, além de desafiado ‘por baixo’ por um ciclo de rebelião das bases cujos setores mais insatisfeitos eram justamente formados por mulheres e negros. (Braga, 2023, p.28)

Em meio a esse cenário, um forte processo de reestruturação produtiva ganha forma visando se contrapor à rigidez fordista e alavancar a flexibilização das relações produtivas e de trabalho, em direção a chamada acumulação flexível²¹.

Torna-se prática comum entre as empresas a eliminação de unidades produtivas, mediante o “enxugamento” de postos de trabalho (liofilização organizacional), além do avanço na desregulamentação de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores, destronando a concepção de que o *Welfare State* traria um futuro estável e conciliável entre as classes, na medida em que um evidente cenário de incertezas e inseguranças pairava sobre a classe trabalhadora.

Como ressaltou Sennett (2006), o capitalismo flexível passa a bloquear, ainda mais, a “estrada reta” de carreiras planejadas, mediante novos controles e técnicas produtivas, das quais podemos destacar a terceirização, o trabalho intermitente, de alta rotatividade e sem qualquer garantia, além de uma ética de trabalho que não mais tolerava organizações sindicais, clamando por saídas individuais isoladas (Harvey, 1990). É nesse contexto que surge um “novo tipo de trabalhador”, mais flexível, polivalente, e que precisaria se adequar aos imperativos categóricos da irracionalidade e inconstância do capitalismo.

²¹ “A acumulação flexível (...) é caracterizada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se baseia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (Harvey, 1990, p.147 - Tradução do autor).

Mais ainda, se por um lado presenciamos o avanço da precarização, do enxugamento de postos de trabalho e de relações informais a nível mundial, por outro lado o desemprego volta a ser manchete nos jornais, juntamente às longas jornadas de trabalho para aqueles que continuavam empregados (Basso, 2018). Ou seja, concomitantemente à precarização dos postos empregatícios restantes, o flagelo do desemprego se tornou mais evidente, refletindo a incerteza do mercado que se traduz pelo recurso sistemático às demissões, aos contratos temporários e às terceirizações (Pignoli, 2006), paralelamente ao enfraquecimento de proteções trabalhistas e retrocesso de auxílios aos desempregados.

Nas décadas desde o início dos anos 1970, à medida que as taxas de desemprego primeiro aumentaram e depois teimosamente se recusaram a cair, os governos promoveram o enfraquecimento das proteções do mercado de trabalho e reduziram os benefícios para os desempregados. As políticas de ‘workfare’, que obrigam os desempregados a retornar ao trabalho, substituíram os sistemas passivos de assistência à renda como a principal resposta institucional à perda de emprego. (Benanav, 2019, p.123 - Tradução do autor)

Para além de mudanças objetivas nas relações de trabalho, configuram-se novas formas subjetivas em conceber a classe trabalhadora, visando, principalmente, o apagamento de qualquer identidade classista. Segundo as concepções dominantes, não haveriam mais trabalhadores, mas sim colaboradores e parceiros (Antunes, 2018), que supostamente estariam em uma relação horizontal com seus patrões (Sennett, 2006), e com o sucesso financeiro dependendo apenas do esforço e sucesso individual de cada um para atingir melhores salários e condições empregatícias.

Apesar do avanço de trabalhos mais flexíveis, incertos e sem proteção social no Norte Global, é preciso ressaltar que, no que tange a realidade de países da periferia do capitalismo (como o Brasil), a existência de trabalhos estáveis e proteções sociais aos desempregados sempre foram nulos ou extremamente escassos, com inúmeros trabalhadores sendo historicamente forçados a "saltar" entre trabalhos variados, de curta duração e mal remunerados.

Além disso, a informalidade nunca foi uma anomalia se analisarmos o capitalismo em sua configuração mundial, posto que tal fenômeno sempre existiu enquanto fator essencial para a dinâmica global de acumulação de capital, ainda que mais concentrado em países do Sul global (Agarwala, 2018). Não por acaso, o antigo modelo do *Welfare State* ficou fortemente restrito aos países de “capitalismo avançado”,

de tal forma que a maioria das nações estavam totalmente excluídas do compromisso social democrata (Antunes, 2009).

No que concerne à sociedade brasileira, a condição de pleno emprego relativo e as políticas de seguridade social patrocinadas pelo Estado nunca foram uma realidade para grande parte dos trabalhadores, sendo o Brasil historicamente marcado por um elevado índice de desemprego e informalidade (Oliveira F, 2003), além de ocupações desprotegidas e intermitentes.

Em países como o Brasil, a questão do desemprego se coloca de maneira particularmente crítica. Ora, nesse tipo de contexto, nem a estruturação do mercado de trabalho generalizou a relação salarial estável como a forma dominante de uso do trabalho, nem a produção em massa se sustentou num movimento de extensão da cidadania e de proteção social na forma de um *welfare* público, socialmente eficaz na proteção do trabalho. (Guimarães, 2002, p.101)

Sendo assim, o capitalismo brasileiro esteve prioritariamente voltado a atender os interesses de uma burguesia nacional que, além de se comportar de modo autocrático (Fernandes, 1976), colabora ativamente com os interesses do mercado financeiro global. A divisão internacional do trabalho estava delineada de tal forma que a reestruturação produtiva em países como o Brasil se deu nos marcos de uma condição subalterna e de total dependência (Antunes, 2009), “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (Oliveira F, 2003), de modo desigual, ainda que combinado, para lembrar Trotsky.

Posteriormente, principalmente a partir da década de 1980 e ao lado das consequências da acumulação flexível, somou-se o advento do neoliberalismo enquanto projeto político-econômico dominante no cenário mundial²², configurando práticas específicas e no que tange a ligação intrínseca entre Estado e mercado.

2.2 A consolidação histórica do neoliberalismo

Se, anteriormente, em resposta à crise capitalista liberal de 1929, os holofotes econômicos foram direcionados às teorias que prezavam por uma maior intervenção estatal na economia para gerar novos postos de trabalho, a partir de 1970 o diagnóstico

²² Ao invés de mobilizar abordagens que isolam o político do econômico, este trabalho ressalta a necessidade de tratarmos economia e política de modo unitário, tal como propunha a crítica da economia política, e em oposição às concepções que esvaziam o capitalismo do seu conteúdo político e social (Wood, 2003).

parece ter sido o inverso, uma vez que os ensinamentos de economistas neoclássicos, em especial autores como Milton Friedman, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, começaram a influenciar mais abertamente as soluções propostas pelos governos capitalistas. Apesar de suas diferenças, os representantes da economia neoclássica se pautavam, invariavelmente, em um individualismo extremado e na defesa doutrinária do *laissez-faire* (Hunt e Lautzenheiser, 2013), exaltando um suposto movimento “autossuficiente” do mercado e condenando qualquer forma de intervenção estatal em questões econômicas.

Quando consideramos o cenário político-econômico das principais potências capitalistas nas últimas décadas do século passado, a ascensão de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos são emblemáticas para caracterizar o avanço do neoliberalismo, transformado na diretriz central na forma de conceber a administração econômica (Harvey, 2008). Em seus governos, presenciamos medidas que buscaram dismantelar ou reverter qualquer compromisso do Estado de bem-estar social, além do avanço na privatização de empresas públicas²³ e retrocesso de auxílios destinados às camadas mais vulneráveis da população.

Dessa maneira, questões elementares como saúde e educação foram transferidas para a esfera de responsabilidade privada e individual. Não por acaso, teóricas feministas da chamada Teoria da Reprodução Social enfatizam a tendência do capitalismo neoliberal em privatizar ainda mais a esfera do cuidado dentro do ambiente doméstico, expandindo relações de trabalho marcadas pela mão-de-obra barata, o que se convém chamar de *mercantilização do care* (Bhattacharya, 2023).

Mais ainda, a partir dos anos 80, países como os Estados Unidos presenciaram episódios claros de desregulamentação do trabalho e ataques ao poder sindical (Basso, 2018), além do declínio dos salários e aumento do desemprego, esse último sendo manchete de notícias nacionais ao longo do governo Reagan. As práticas empresariais em demitir porções de trabalhadores para atender lucros a curto prazo (os chamados “*layoffs*”) tornaram-se, assim, cada vez mais comuns (Damaske, 2021). Não por acaso, Mézáros afirmou que o alto índice de desempregadas e desempregados constitui um dos elementos definitivos na atual fase do desenvolvimento histórico do capitalismo.

²³ “Essas empresas geridas pelo Estado tinham de ser adequadamente preparadas para a privatização, o que significa reduzir sua dívida e melhorar sua eficiência e suas estruturas de custo, mais frequentemente através da demissão de trabalhadores” (Harvey, 2008, p.70)

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra (Mészáros, 2006, p.31).

Contudo, é preciso entender de que forma o neoliberalismo se configura como um projeto político-econômico, no sentido de mesclar ainda mais a relação entre capital e Estado. Para isso, utilizaremos da definição de Harvey acerca desse fenômeno.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2008, p.12).

Por mais que muitos teóricos e simpatizantes do neoliberalismo afirmem haver uma certa “ineficiência” por parte das políticas públicas e, portanto, a necessidade de um “Estado mínimo”, é preciso ressaltar que, conforme demonstrou a história, o aparato estatal continua imprescindível para a economia capitalista, inclusive para garantir as imposições neoliberais visando um “clima favorável” ao mercado, seja constitucionalmente ou pela força.

No que tange a existência de políticas assistenciais, antes de uma abolição completa propriamente dita, parece ter ocorrido uma virada na forma de concebê-las e operacionalizá-las, posto que estas passam a ser legitimadas por aspectos morais que enfatizam o autoemprego e a responsabilidade individual de cada um no que diz respeito à sua posição no mercado de trabalho, mesmo que tal posição seja marcada por baixos salários e precarização laboral.

Autores como Purser e Hennigan (2018) chegam a afirmar que tal virada consolida uma abordagem paternalista-neoliberal no que tange a configuração de políticas públicas. Não por acaso, Van Oort (2015) examinou a forma em como programas voltados a auxiliar trabalhadores em sua busca de emprego nos Estados Unidos passaram a produzir uma espécie de “subjetividade neoliberal”: clamando por transformações individuais a partir de aspectos ideológicos que atribuem problemas sociais à fracassos pessoais.

Sendo assim, parece ocorrer uma espécie de simbiose mais evidente entre Estado e mercado, com instituições estatais incorporando os valores e o modo de agir empresarial, além do retrocesso da soberania nacional de cada país em prol dos ditames

de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, sempre prezando por um “clima favorável” de investimentos financeiros (Harvey, 2008), nem que para isso se sacrifique o bem-estar da população ou do meio-ambiente, afinal, tudo é válido para atender o “Deus mercado”.

É essa simbiose entre Estado e mercado que buscarei elucidar no tópico a seguir, mas dessa vez olhando mais atentamente a realidade do Brasil e o avanço neoliberal, para então fazermos o esforço de relacionar esse vasto contexto histórico com a existência do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, o campo de minha pesquisa empírica.

2.3 A persistência neoliberal no Brasil

No caso brasileiro, e no que diz respeito às suas práticas político-econômicas, o advento neoliberal ocorreu em um contexto de esgotamento do chamado “Estado desenvolvimentista”, baseado no tripé Estado-Capital estrangeiro-Capital nacional, tendo em vista o crescente endividamento interno e externo do país, aliado à redução de gastos e de investimentos públicos.

Com a vitória política de Fernando Collor à presidência, em 1990, os traços de uma política neoliberal se tornaram mais nítidos, sobretudo suas consequências sociais (Soares, 2001). Posteriormente, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao poder, o liberalismo econômico continuou predominante, com funções estatais sendo transferidas para a esfera privada, assim como os serviços públicos (Sallum JR., 2000). Essas políticas não surgiram abstratamente, mas intimamente ligadas às diretrizes mundiais estabelecidas pelo Consenso de Washington, que visava “exportar” o modelo neoliberal para os países latino-americanos²⁴.

A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absolvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites (Batista, 1994, p. 06).

²⁴ Vale ressaltar que o primeiro “laboratório” do neoliberalismo foi na América Latina, mais especificamente no Chile sob a ditadura militar de Pinochet. Não será competência deste trabalho adentrar em mais detalhes sobre esse episódio histórico, porém, é preciso ressaltar que Pinochet promoveu reformas neoliberais no Chile sob a orientação dos economistas denominados “Chicago Boys”, ao mesmo tempo que impôs uma ditadura que resultou na morte ou desaparecimento de milhares de pessoas.

Nesse sentido, o receituário dominante passa a ser aquele que está intimamente ligado aos mandos e desmandos das instituições globais, respaldadas pelo capitalismo financeirizado e sob tutela dos Estados Unidos. Não por acaso, durante os governos Collor e FHC, a figura do Estado passa a ser vista como demasiada rígida e burocrática, devendo “abrir caminho” às modernas teorias econômicas do livre mercado.

Apesar da agenda abertamente neoliberal dos anos 90, a posterior chegada de governos minimamente progressistas na América Latina (dos quais podemos destacar os governos Lula no Brasil e Kirchner na Argentina) fez com que muitos declarassem o fim do neoliberalismo, algo que teria ficado no passado, associado estritamente à década de 1990. Contudo, como demonstra as análises de Gago (2018) sobre a persistência neoliberal, não podemos simplificar a compreensão do neoliberalismo como sendo mera política de Estado, pois isso acaba por simplificar os reais efeitos do capitalismo neoliberal em determinada sociedade.

Nesse sentido, apesar de presenciarmos certa “renovação” do papel assistencial do Estado, tal renovação ocorre enquanto uma demanda de lutas sociais²⁵ que emergiram após anos de neoliberalismo aberto na América Latina. Nesse contexto, novos governos são eleitos com o intuito de amenizar desigualdades sociais latentes. Não obstante, em nenhum momento os interesses do mercado financeiro deixou de prevalecer, de tal forma que as políticas públicas anunciadas pelos governos ditos progressistas foram voltadas, majoritariamente, ao consumo e ao poder de compra dentro de um mercado financeirizado (Gago; Mezzadra; Scolnik; Sztulwark, 2014).

A mediação financeira toma como dispositivo predileto o endividamento massivo, que se veicula muitas vezes através dos próprios subsídios sociais que o Estado entrega aos chamados ‘setores vulneráveis’, permitindo a bancarização compulsiva daqueles que se supõem ‘excluídos’, financeirizando os próprios direitos sociais (Gago, 2018, p.10)

Ou seja, a própria configuração das políticas assistenciais não rompeu com a financeirização da vida tão cara ao neoliberalismo, a partir de uma inclusão social realizada por mediações financeiras e que continuam alinhadas a uma inserção subordinada da América Latina no capitalismo global (Gago, 2018).

²⁵ “En la última década las luchas populares y masivas, en sus distintas expresiones, obligaron a una reconfiguración institucional respecto de la matriz estrictamente neoliberal que se consolidó en los años del Consenso de Washington” (Gago; Mezzadra; Scolnik; Sztulwark, 2014, p.178).

No Brasil, temos como exemplo claro o programa aprimorado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) conhecido como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)²⁶, em que o governo buscou propiciar aos estudantes de baixa renda a possibilidade de financiar sua entrada ao ensino superior, para depois quitar suas dívidas ao adentrar o mercado de trabalho. Apesar de ser uma medida que, teoricamente, visa possibilitar acesso ao ensino superior público para jovens de condições socioeconômicas menos privilegiadas, o modo que tal inserção é feita ocorre em parceria com o capital financeiro, em que grande parte dos jovens se encontram endividados antes mesmo de adentrar o mercado de trabalho.

Outro exemplo importante estaria na modalidade de Crédito consignado, destinado a funcionários do setor público e também aos aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aqui, a relação entre governo e capital financeiro fica evidente ao estimular o endividamento da população através do empréstimo bancário, que buscará subtrair o valor do empréstimo mediante parcelas da receita salarial daquele que requisitou o crédito consignado. Tal modalidade surge como intuito de facilitar o empréstimo para um setor da sociedade que, muitas vezes, já se encontra endividado, buscando formas de empréstimos menos custosos.

Não é mérito deste trabalho questionar ou averiguar a efetividade destes programas, no entanto, propomos uma reflexão acerca da maneira que se lida com a desigualdade social do país. Longe de uma perspectiva que enfrente os problemas estruturais, os paliativos dos governos “progressistas” buscam formas de minimizar as desigualdades mediante o acesso ao consumo e a financeirização da vida dos trabalhadores, que posteriormente tendem a ficar endividados e coagidos a aceitar qualquer tipo de trabalho, qualquer que seja sua forma de regulação (Gago; Mezzadra; Scolnik; Sztulwark, 2014).

Desse modo, em oposição à “cidadania regulada” pela carteira de trabalho (Santos, 1979), a inclusão social e a própria condição cidadã passou a se dar por meio do acesso ao consumo financeiro. Tal constatação é emblemática para entendermos que, se por um lado observamos a criação de postos empregatícios, por outro lado tais empregos são, em grande parte, informais, terceirizados, e sem qualquer garantia mínima para os trabalhadores e trabalhadoras (Antunes, 2018). Aqui, o que é priorizado é inserir as camadas populares dentro da lógica do imperativo categórico do mercado, não importando como.

²⁶ Nota-se que o FIES foi formulado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, em 1999.

Portanto, é preciso questionarmos até que ponto houve uma efetiva ruptura com o neoliberalismo ao longo dessa “era progressista”, uma vez que o capitalismo financeiro continuou assiduamente operante, penetrando no cotidiano das classes populares e sendo continuamente respaldado por trabalhos informais e precarizados, além do endividamento via crédito. O que me parece evidente são medidas assistenciais no sentido de mitigar desigualdades através da financeirização social de setores populares, evitando qualquer enfrentamento estrutural às mazelas do capitalismo financeiro.

Desse modo, o assistencialismo²⁷ patrocinado por governos social-democratas e que não rompem com o capitalismo não só deixaram intactas as desigualdades estruturais ao capital, mas também configuraram uma nova forma de endividamento muito lucrativa ao capital financeiro. No que tange os anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil, é evidente que sua gestão foi marcada “mais pela continuidade do que pela ruptura com o neoliberalismo, ainda que sob a variante do social-liberalismo” (Antunes, 2018, p.222).

Se, por um lado, a eleição de governos mais progressistas pôde assinalar uma crise de legitimidade política neoliberal, por outro lado a ausência de um enfrentamento consequente às questões estruturais e a persistência da financeirização por meio de um assistencialismo raso acabou propiciando uma posterior guinada política à direita. Não por acaso, o receituário neoliberal voltou de forma ainda mais clara nos governos Temer e Bolsonaro, sendo emblemática a reforma trabalhista a partir da Lei n. 13.467/2017, com a máxima libeal de que eliminar direitos seria pressuposto para gerar empregos. Com isso, a já escassa rede de proteção ao trabalho foi ainda mais reduzida, em paralelo à atenuação da linha entre emprego formal e informal (Manzano; Krein e Abílio, 2024).

Vale ressaltar que, embora esse trabalho esteja sendo realizado no terceiro mandato de Lula, até o presente momento o receituário neoliberal não parece ter deixado de vigorar, ainda que com algumas tonalidades de inclusão social propostas pelo atual governo federal, este que não poupou alianças para ser reeleito, seja com o setor financeiro do capital, com o agronegócio ou com diversas outras camadas da burguesia brasileira²⁸. Não por acaso, dialogando com a forma neoliberal de

²⁷ Neste trabalho, o termo assistencialismo diz respeito às medidas assistenciais que entendo como viciantes, no sentido de promover ciclos de endividamentos e contínua financeirização da vida cotidiana, ao invés de um enfrentamento consequente às desigualdades sociais.

²⁸ Mais informações sobre o programa “Acredita” podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em 06/11/2024

assistencialismo, foi anunciado pelo atual governo Lula o programa “Acredita”, que busca oferecer crédito ou “microcrédito” para impulsionar o empreendedorismo nas camadas mais pobres da população.

2.4 O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo enquanto síntese de múltiplas determinações

A partir do que foi exposto anteriormente, esperamos ter deixado evidente que ainda faz sentido falar de neoliberalismo nos dias atuais, uma vez que, por mais que determinado governo seja eleito e reconheça os problemas sociais por trás do neoliberalismo, o *modus operandi* neoliberal continua operante no Brasil, mesclando-se com o escasso assistencialismo estatal e penetrando na forma de lidar com o acesso ao consumo, criação de empregos, e políticas públicas.

Desse modo, veremos que o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) não é uma instituição “estranha” ao seu meio, mas uma espécie de “síntese das múltiplas determinações” por trás de um longo processo histórico e social, capaz de refletir no cotidiano de milhões de trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade, e que buscam adentrar o mercado de trabalho de alguma forma quando procuram por assistência oferecida pelo CATE.

Notadamente, um dos elementos que mais me chamou a atenção na hora de escolher essa instituição como ambiente de pesquisa foi seu próprio nome: Centro de Apoio ao Trabalho e *Empreendedorismo*. Se voltarmos há alguns anos atrás, veremos que, ao ser criada em 2005, a partir do Projeto de Lei nº 141/05 proposto por um vereador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o nome da instituição era originalmente Centro de Emprego e *Solidariedade ao Trabalhador*.

Ao ser outorgado pela Lei nº 14.007, o Centro tinha como finalidade inicial “captar, cadastrar e oferecer aos desempregados vagas para empregabilidade, além de prestar serviços de cidadania à população”²⁹, informando aos desempregados às vagas disponibilizadas por empresas cadastradas no Centro, além de habilitar seguro-desemprego, concessão de microcrédito, expedição de documentos, dentre outras funções.

²⁹ Mais informações sobre o projeto de Lei nº 141/2005 podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em 06/11/2024.

Desse modo, o Centro surge a partir de uma concepção que alinha a promoção da cidadania mediante o acesso a empregos formais ou, em última instância, ao seguro-desemprego. Vale ressaltar que a instituição estava submetida a Secretaria Municipal do Trabalho, com José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sendo o prefeito da capital paulista naquela época.

Contudo, em novembro de 2009, mediante o decreto nº 50.995, optou-se por mudar o nome do Centro de Emprego e Solidariedade ao Trabalhador para Centro de Apoio ao Trabalho (CAT), conforme o quadro de cargos da Secretaria Municipal do Trabalho foi alterado e reorganizado, agora denominada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho. Aqui, é interessante notarmos a alteração das nomenclaturas, posto que se apaga os termos “solidariedade” e “trabalhador” em uma instituição e, em outra, se acrescenta a ideia do desenvolvimento econômico, isto é, *desenvolvimento de mercado*³⁰.

Além disso, se anteriormente o foco do Centro estava em proporcionar oportunidades de inserção em empregos formais ou promover o seguro-desemprego, agora se torna evidente o avanço de concepções que afirmam a necessidade de capacitar profissionalmente os trabalhadores, para que estes, *por sua conta e risco*, tenham sucesso na busca de um emprego através de suas próprias capacidades de “empregabilidade”, isto é, a ideia de que exista uma coleção de características que podem fazer alguém permanecer empregado ou não.

Ainda que de forma embrionária, já é possível notarmos a tendência de individualizar a possibilidade de alguém conseguir ou não um emprego, apagando a noção anterior do acesso ao trabalho enquanto uma espécie de dever para com a cidadania e dialogando com a virada neoliberal de individualização de problemas estruturais.

Finalmente, a partir do decreto nº 56.474, feito em 2015, o CAT passou a contar com seu termo *brand new*: empreendedorismo. Chegamos ao atual Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) que, diferentemente de suas “versões anteriores”, agora busca abertamente promover “ações de fomento ao empreendedorismo e autoemprego”³¹, evidenciando uma espécie de (oni)presença de tais concepções nas atuais configurações e discursos relativos às políticas públicas de emprego (Druck, 2021).

³⁰ Mais informações sobre o decreto de número 50.995 podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em 06/11/2024

³¹ Essa descrição do CATE pode ser encontrada [aqui](#). Acessado em 06/11/2024

Nota-se que, embora seu primeiro nome contava com “solidariedade ao trabalhador”, agora presenciamos uma virada definitiva em direção aos valores empreendedores propagados pelo neoliberalismo. Além disso, tanto a primeira mudança de 2009 voltada à empregabilidade quanto a de 2015 voltada aos valores empreendedores ocorreram no período em que Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT) ocupava o cargo de prefeito de São Paulo, o que não parece algo tão estranho na medida em que resgatamos o *modus operandi* dos governos federais ditos progressistas no Brasil, que não romperam com o avanço do neoliberalismo.

Desse modo, a prefeitura de São Paulo fez jus à tendência ao assistencialismo neoliberal que era promovida em âmbito nacional, em que modo de conceber o CATE (inicialmente denominado Centro de Emprego e Solidariedade ao Trabalhador) mudou drasticamente com o passar dos anos, incidindo diretamente nas formas de reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Bem assim, os sistemas de seguro-desemprego e os dispositivos de redistribuição de recursos dirigidos aos que estão em busca de trabalho são operacionalizados de formas distintas, apoiando-se em critérios de elegibilidade igualmente diversos e socialmente determinados. Do mesmo modo, é também variável o tipo de apoio institucional que cada sociedade oferece aos seus desempregados na procura de emprego (agências governamentais de emprego, políticas de luta contra o desemprego, pequenos anúncios, coletividades locais, redes informais etc.). Mesmo tomando em conta uma única sociedade, em diferentes momentos do tempo, tais formas também variam. (Guimarães, 2002, p.109)

Ora, mas não seria o CATE uma forma assistencial de lidar com o problema do desemprego? Já que temos o governo municipal como mediador e, por isso, se contrapondo ao receituário do neoliberalismo de menos influência estatal? Certamente, se olharmos o neoliberalismo em teoria, qualquer criação de políticas assistenciais seria como um “corpo estranho” ao receituário teórico neoliberal. Contudo, vimos que, na prática, o Estado se torna um instrumento imprescindível para a consolidação tanto de medidas políticas quanto do modo de vida tão caro ao capitalismo neoliberal.

Conforme ressaltou Druck (2021), o Estado no Brasil passou a atuar no sentido de propagar, incentivar e celebrar os valores do mercado³². Se, de um lado, presenciamos privatizações de setores estatais e enxugamento da máquina pública, do outro vemos que o que sobra dos serviços públicos está cada vez mais submerso na

³² “Há uma transformação radical do Estado, que passa não só a incentivar fortemente a concorrência de todos contra todos, como também se reestrutura internamente e em suas políticas, buscando trazer para a ação pública os valores da empresa privada” (Druck, 2021, p.48).

ótica empresarial. Ou seja, em oposição à clássica forma em que os recursos públicos eram operacionalizados, como se estivessem atuando “por fora” do mercado ou em busca de uma “cidadania geral”, o que vemos agora são as concepções e condutas mercadológicas se mesclando definitivamente com os recursos do Estado, além de celebrar saídas individuais para problemas notadamente sociais.

O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo se torna emblemático para entender essa simbiose entre valores empreendedores e políticas públicas, um movimento que historicamente ganhou forma desde o avanço neoliberal na década de 1990. Conforme ressalta o website da instituição³³, o CATE atua prioritariamente através de cinco pontos: formalização do Microempreendedor individual (MEI); oficinas de qualificação profissional; busca de vagas; Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e habilitação ao Seguro-Desemprego.

A ênfase particular à questão do MEI é importante, tendo em vista que a criação dessa categoria, em 2009, busca estimular a formalização de microempreendimentos e elevar a inclusão social daqueles trabalhadores considerados autônomos (Cifuentes e Ansiliero, 2024). Ou seja, a partir da formalização do chamado microempreendedor enquanto uma figura jurídica no Brasil, este poderia obter um registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), além do Número de Identificação de Registro de Empresas (NIRE-MEI), que facilitaria acesso ao sistema bancário/financeiro, paralelamente ao apoio técnico do próprio SEBRAE.

Não obstante, no decorrer de sua vigência, o MEI sofreu alterações no que diz respeito ao leque de atividades que poderia abarcar, com várias ocupações incluídas ao longo do tempo e clara ampliação do seu alcance (Cifuentes e Ansiliero, 2024). Dentro da condição de “pequeno empresário”, portanto, podemos encontrar diversos indivíduos nas mais variadas situações, muitos deles trabalhando informalmente e em condições adversas, seja vendendo produtos na rua (como é o caso de muitos vendedores ambulantes), ou pequenos negócios realizados de forma doméstica.

Não por acaso, alguns estudos ressaltam a progressiva normalização de relações precárias relacionadas à prestação de serviços, que agora se enquadrariam no chamado Microempreendedor individual (Corseuil; Neri; Ulyssea, 2014). Nesse sentido, parece evidente o movimento do Estado em tentar normalizar e regularizar a saída “empreendedora” em um contexto de desemprego e ausência de empregos formais, formalizando condições informais (Manzano; Krein; Abílio, 2024).

³³ Mais informações podem ser acessadas por [aqui](#). Acessado em: 05/11/2024

Mais ainda, o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo tem se especializado em realizar cursos que ensinam os indivíduos a criar ou melhorar seu negócio, além de qualificações profissionais. Tal movimento da própria instituição parece dialogar com os dados que Oliveira (2013) demonstrou acerca de metade dos filiados ao MEI (até julho de 2012) terem sido aqueles que compõem a parcela desocupada, inativa e informal da classe trabalhadora. De fato, o próprio perfil daqueles que visitam o CATE são, em sua grande maioria, trabalhadoras e trabalhadores em situação de desemprego, e que agora encontram o MEI como possível solução proposta pelo Centro.

Outro aspecto que me chamou a atenção é o fato de que, ao entrarmos nas páginas virtuais do CATE, desde seu próprio website até o perfil em redes sociais promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (responsável por divulgar atualizações sobre o CATE), podemos ler histórias sobre “dicas e inspirações” de pessoas que conseguiram gerar renda de alguma forma.



Imagem 03 - Página inicial do CATE (observa-se a predominância de recursos como ‘abrir seu próprio negócio’, cursos profissionalizantes e ‘dicas e inspirações’ sobre como gerar renda. Mais informações podem ser acessadas [aqui](#)).

Dentre essas histórias, estão aquelas das “Mães Empreendedoras”, com mulheres trabalhadoras que contam sobre os desafios de conciliar a condição de ser mãe e empreendedora ao mesmo tempo, e incentivando “você que é mãe, a se tornar uma mãe empreendedora”. Em outra postagem, podemos receber dicas sobre o que é *networking* (um dos grandes jargões corporativos), e de como lidar com essa palavra no mercado atual.

Tais exemplos evidenciam a virada na forma que o Estado se comporta diante dos indivíduos. Para além da forma assistencial mais clássica, mediante vagas empregatícias e/ou auxílios, o CATE celebra fortemente a possibilidade de abrir seu próprio negócio e aprender a “se virar” no mercado com dicas e inspirações.



Imagem 04 - Publicada pelo perfil do Instagram da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, a respeito de uma série de vídeos motivacionais promovidos pelo CATE, sobre mães que se tornaram empreendedoras. Mais informações podem ser obtidas na própria [publicação](#).

Se, anteriormente, a ideia do apoio estatal estava majoritariamente voltada para a garantia de auxílios ou seguros temporários, agora o que está em voga é a maneira como o Estado buscará dar dicas, cursos e oficinas aos indivíduos, que devem aprender a lidar com um mercado saturado, com poucos empregos, e que exigirá o dote empreendedor de alguma forma.

Em suma, os recursos estatais são criados e utilizados com o intuito de ajudar o indivíduo a empreender, consolidando uma espécie de virada neoliberal no setor público de São Paulo que sintetiza as mudanças político-econômicas mundiais das últimas décadas, celebrando a abordagem paternalista-neoliberal de lidar com os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora (Purser e Hennigan, 2018).

É esse o campo empírico de minha pesquisa, uma instituição sustentada pela prefeitura de São Paulo e que passa a promover os ideais empreendedores ao lado de alguns auxílios e recursos tradicionais aos desempregados. É nessa instituição que busquei conversar e entrevistar jovens trabalhadores visando entender, a partir de suas trajetórias, experiências e perspectivas, as configurações do atual mundo do trabalho em suas respectivas vidas.

Contudo, é preciso ressaltar que, para além de compreender a realidade desses jovens a partir de seus próprios depoimentos e narrativas, essa pesquisa teve como objetivo investigar se haveria ou não alguma relação na forma em como os indivíduos entendem sua condição com aquilo que eu chamava, logo no início desta pesquisa, de ideologia neoliberal. Desse modo, buscarei expor no próximo capítulo acúmulos teóricos iniciais realizados nesta pesquisa acerca do tema, acúmulos estes que, vale ressaltar, nunca estiveram isentos de serem questionados conforme o trabalho de campo avançava.

CAPÍTULO 3 - A ideologia neoliberal e a questão do empreendedorismo

Conforme essa pesquisa foi sendo elaborada, uma de suas propostas iniciais esteve em entender como, para além dos aspectos político-econômicos, o neoliberalismo poderia apresentar ou não um aspecto ideológico capaz de incidir nos discursos, valores e concepções dos trabalhadores em situação de desemprego e informalidade, conforme termos como o do “empreendedorismo” se faziam presentes no próprio local em que realizei minha pesquisa de campo.

Para responder essa questão, a pesquisa empírica é o terreno em que primordialmente caminhamos, posto que nenhuma constatação científica pode ser dada plenamente de modo apriorístico. Contudo, também não podemos observar a realidade social sem qualquer formulação teórica prévia, esta que, de uma forma ou outra, todos nós trazemos antes de adentrar o campo, seja ela consciente ou irrefletida³⁴. Porém, antes de nos refugiarmos em nossas teorias, é necessário impulsionarmos o tenso diálogo entre teoria e campo, capaz de resultar, inclusive, em novas reconstruções teóricas (Burawoy, 2014), uma vez que sistemas conceituais previamente estabelecidos podem desmoronar diante de novas problemáticas que insistem em impor sua presença (Thompson, 1978).

Nesse sentido, buscarei expor aqui o acúmulo teórico que realizei no início da pesquisa no que diz respeito a discussão clássica no marxismo acerca de ideologia, assim como a forma que essa pesquisa buscou entender esse conceito diante do neoliberalismo. É imprescindível ressaltar que, ao longo da pesquisa empírica, esse mesmo acúmulo teórico foi questionado, desafiado à luz da empiria, de tal forma que os resultados advindos do choque empírico e teórico serão parte integrante da conclusão deste trabalho.

3.1 Sobre a ideologia

Como ressaltou Löwy (2010) ao examinar a questão da ideologia, é inegável que sua complexidade conceitual está envolta de significados que diversas tradições de pensamento atribuíram, direta ou indiretamente, ao termo, acumulando contradições e paradoxos em suas diversas definições.

³⁴ “Sem a teoria para nos orientar, provavelmente perderíamos o rumo” (Burawoy, 2014, p.28).

Nesta pesquisa, me baseei nas formulações de Marx e Engels (2007) sobre a ideologia dizer respeito às ideias dominantes de uma determinada época, e que estão intimamente ligadas à sua classe dominante, em que tanto a produção de ideias quanto a própria consciência estão entrelaçadas com a atividade material dos indivíduos. Nesse sentido, não existe a possibilidade de ideias puras, “caídas do céu” ou naturalmente estabelecidas, posto que a própria consciência é um produto social³⁵.

É interessante notar que, para Marx e Engels (2007), a possibilidade do surgimento de ideias deslocadas da prática cotidiana ocorre a partir da cisão entre o trabalho material e espiritual, em que a consciência pode imaginar ser algo diferente da *práxis* existente, se entregando à formação da teologia, filosofia, moral etc. Na sociedade capitalista, essa cisão a partir da divisão social do trabalho ocorre enquanto expressão da propriedade privada dos meios de produção, que lança a maioria dos indivíduos em trabalhos assalariados, com sua atividade, agora à serviço do capital, se manifestando enquanto um poder estranho, contraposto aos próprios trabalhadores (Marx, 2010; 2013).

Não por acaso, tendo em vista as desigualdades sociais existentes, o processo ideológico parece ocorrer no intuito de justificar e naturalizar concepções que permitam legitimar relações de dominação, evocando uma falsa harmonia no seio social e ocultando contradições inerentes ao capital. Longe de se restringir à esfera da produção, a ideologia se estende para as múltiplas esferas da sociabilidade, tanto individual quanto coletiva (Gramsci, 1999).

Desde suas polêmicas com os chamados hegelianos de esquerda, Marx e Engels (2007) ressaltaram o suposto aspecto de universalidade por trás das ideologias, que buscam atribuir a valores historicamente estabelecidos uma roupagem natural, inerente à “natureza humana”. Se pensarmos esse caráter ideológico para uma sociedade de classes, os interesses de um grupo dominante estão passíveis de serem convertidos enquanto “interesses comuns” de todos os membros da sociedade, sendo apresentados enquanto única forma racional e universalmente válida de pensamento.

No entanto, longe de ser pura ilusão ou mera falsa consciência, a ideologia torna-se uma forma específica de consciência social, sendo materialmente ancorada e sustentada. Não por acaso, segundo Mészáros (2012), uma ideologia necessariamente produz uma espécie de racionalidade para sua efetiva sustentação.

³⁵ “O ‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria.” (Marx e Engels, 2007, p.34)

Os interesses desse discurso não devem ser articulados como proposições teóricas abstratas (das quais nada surgirá a não ser outras proposições teóricas abstratas da mesma espécie), e sim como indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (e não de ‘tipos ideais’ artificialmente construídos). (Mészáros, 2012, p.66)

Desse modo, me parecia evidente que, se há uma espécie de ideologia neoliberal, esta não ocorre de modo abstrato, mas está sustentada materialmente pelas condições e práticas sociais que perpassam a vida dos indivíduos reais. Mais ainda, era preciso identificar as particularidades do capitalismo neoliberal para que seu véu ideológico se tornasse mais compreensível.

3.2 As particularidades da ideologia neoliberal

Tendo em vista que o capitalismo é um modo de produção em constante renovação e transformação (Marx e Engels, 2010), a própria forma que seu elemento ideológico se manifesta pode variar com o passar do tempo, a depender de qual momento histórico estamos nos referindo. Apesar de continuar intimamente ligada ao modo de produção e reprodução do capitalismo, a ideologia neoliberal possui seus elementos específicos, visando dar sentido ao cenário político e econômico em que se manifesta (Carmo; Assis; Júnior; Teixeira, 2021).

Conforme dito anteriormente, vivemos em um capitalismo mais flexibilizado, com retrocesso e desmonte de políticas assistenciais anteriormente inspiradas pelo *Welfare State*, de modo que a individualização e atomização dos sujeitos se tornaram ainda mais evidentes. Nesse contexto, o discurso neoliberal parece naturalizar e justificar um cenário de competição generalizada entre os indivíduos, clamando por uma sociedade em que o sujeito deve “se alçar” enquanto criador de seu próprio destino se quiser sobreviver às tormentas incertas do mercado.

Não por acaso, autores como Dardot e Laval (2016) enxergam no neoliberalismo uma espécie de “nova razão do mundo”, uma forma de racionalização original de nosso tempo que ocorre no sentido de atomizar ao máximo cada indivíduo, e atribuir unicamente a ele a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Apesar das valiosas formulações de ambos os autores, entendo que, na verdade, essa “razão” sempre esteve presente no capitalismo enquanto tal, que desde o século XIX (como demonstrou Engels), buscou lançar os trabalhadores à sua própria sorte, sem qualquer garantia de estabilidade e segurança: “para os operários, a insegurança de sua vida, a necessidade de

viver cada dia com um salário sem saber o que lhe acontecerá na manhã seguinte – em suma, [é] aquilo que faz deles proletários.” (Engels, 2008, p.155).

Ou seja, a insegurança e a incerteza do dia de amanhã fazem parte da própria constituição da classe trabalhadora, submetida a um sistema baseado na irracionalidade do mercado, e sendo episódios como o *Welfare State* exceções esporádicas e, em sua maior parte, limitadas aos países do norte global. Tão logo uma crise sobrevenha, o breve período de bem-estar tende a cessar, e todas as garantias e direitos anteriormente conquistados pela luta dos trabalhadores encontram-se mais uma vez ameaçados, sendo o neoliberalismo a expressão atual desse movimento.

Conforme as décadas influenciadas pelo receituário neoliberal impulsionam ainda mais relações de trabalho submersas na precarização e na evidente ameaça de desemprego, esta última sendo uma espécie de “chicote moral da escravidão moderna” (Engels, 2007), observa-se um discurso cada vez mais competitivo e meritocrático direcionado aos próprios trabalhadores (Ferraz; Ferraz, 2022), capazes incidir sobre suas próprias concepções de mundo (Harvey, 2008).

Aqui, a célebre frase de Margaret Thatcher (1987) sobre “não existir essa coisa de sociedade, mas somente indivíduos”³⁶ vale como máxima universal³⁷. No entanto, a formação de uma concepção demasiada competitiva e meritocrática das relações humanas não surgiu num piscar de olhos, sendo antes fruto de um longo processo que envolvem, de um lado, desmontes de escassas proteções sociais e, do outro, formulações teóricas por economistas que buscaram dar um sentido positivo (e necessário) às ruínas do *Welfare State*.

3.3 O aporte teórico por trás da conduta neoliberal e a questão do empreendedorismo

Ao longo de seus vastos escritos e formulações, Gramsci chegou a discutir acerca da formação dos intelectuais que se alinham a determinados interesses políticos e econômicos, afirmando que determinada classe social está passível de produzir “camadas” de pensadores orgânicos no sentido de dar homogeneidade ao modo de se

³⁶ ““Estou sem moradia, o governo deve me abrigar!”— e assim eles jogam seus problemas sobre a sociedade. E quem é a sociedade? Ela não existe! Existem apenas homens e mulheres individuais, existem famílias, e nenhum governo pode fazer qualquer coisa senão por meio das pessoas— e as pessoas, antes de tudo, cuidam de si mesmas” (Thatcher, 1987 - Tradução do autor).

³⁷ “Somos governados por um regime profundamente antissociológico em sua essência, hostil à própria ideia de 'sociedade!'.” (Burawoy, 2005, p.07 - Tradução do autor).

interpretar questões sociais, e criando terrenos mais favoráveis a sua dominação mediante um “consenso geral” (Gramsci, 1982).

No que diz respeito às interpretações sobre a realidade social mobilizadas pelo arcabouço do neoliberalismo, nota-se o resgate e defesa estrita de concepções econômicas neoclássicas, nas quais o próprio discurso neoliberal passa a se ancorar. Dentre os notáveis economistas que contribuíram para impulsionar tais concepções, estão Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, assíduos defensores do individualismo e da propriedade privada enquanto fatores inerentes à “civilização humana”.

Segundo Hayek (1990), é impossível pensar a liberdade individual sem o mercado, este que não seria mais do que um ambiente de trocas “voluntárias” em que os indivíduos adentram por livre e espontânea vontade. Mises (1998), por sua vez, afirma que qualquer aspecto coercitivo que possa existir na sociedade capitalista advém unicamente do Estado, quando este interfere no movimento autorregulado do livre comércio.

Cada um age em benefício próprio; mas as ações de todos visam tanto à satisfação das necessidades dos outros quanto à satisfação das suas próprias. (...) Na operação do mercado, não há coerção nem compulsão. (...) Cada indivíduo é livre; ninguém está sujeito a um déspota. Voluntariamente, o indivíduo se integra ao sistema cooperativo. (...) O mercado é supremo” (Mises, 1998, p.258 - Tradução do autor).

Aqui, é interessante relembrarmos que, desde sua época, Marx (2013) já demonstrava as contradições das argumentações daqueles que enxergavam o capitalismo enquanto um sistema de “livre participação voluntária”. Ao se contrapor ao economista utilitarista Jeremy Bentham, que clamava pelo livre arbítrio dos trabalhadores em adentrar o mercado de trabalho, Marx ressalta que o aspecto aparentemente livre do trabalhador em vender sua força de trabalho na esfera da circulação logo se converte em coerção dentro da esfera da produção, em que o capitalista submete o trabalhador ao ritmo incessante do capital, uma vez que comprou sua força de trabalho e, como mercadoria, buscará utilizá-la até o limite (Marx, 2013). Ou seja, apenas quando se isola o terreno da circulação de modo superficial (cultuando suas aparências³⁸) é que o mercado aparenta ser um lugar voluntário.

³⁸ “A inconsciência acerca desse resultado de sua própria análise (...), enredou a economia política clássica, como veremos mais adiante, em confusões e contradições insolúveis, ao mesmo tempo que ofereceu à economia vulgar uma base segura de operações para sua superficialidade, fundada no princípio do *culto das aparências*” (Marx, 2013, p.609).

Ao insistir na mesma ótima fragmentária, os economistas neoclássicos continuam a conceber o Estado como algo “de fora” do mercado, como se o primeiro não fosse um produto operacionalizado para atender as necessidades do segundo, tal como buscamos demonstrar anteriormente ao analisarmos o avanço histórico do neoliberalismo, que foi capaz de incidir sobre instituições internacionais e Estados nacionais.

Além disso, ao longo de suas formulações econômicas, autores como Hayek (1990) delimitam sua clara oposição à existência de serviços públicos estatais, argumentando acerca dos malefícios de “empregos seguros” dos setores públicos em prol do espírito da livre iniciativa voltada ao lucro. A concorrência, segundo o autor, precisaria ser mais valorizada, posto que é o único sistema em que o enriquecimento dependeria unicamente do indivíduo.

Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários, mas também para os que não o são. Ninguém dispõe de poder absoluto sobre nós, e, como indivíduos, podemos escolher o sentido de nossa vida (Hayek, 1990, p.126).

As concepções de Hayek que ressaltam uma suposta ineficiência do setor público em promover o enriquecimento dialogam com os esforços constantes de políticas neoliberais em privatizar ou ao menos incorporar valores empresariais ao Estado, garantindo a flexibilidade e agilidade “necessárias” ao “cidadão-cliente” (Druck, 2021). Sendo assim, as concepções de ineficiência estatal e eficiência competitiva formuladas por Hayek parecem, de uma forma ou outra, influenciar na maneira como políticas de Estado incorporam os “dotes empresariais” em seus discursos e formulações atuais.

Não obstante, para além da volta apologética e dogmática ao *laissez-faire* concorrencial, nota-se ainda um processo de conceber o mercado de modo subjetivo (Dardot e Laval, 2016), no sentido de alinhar as concepções do mercado não somente às instituições, mas às próprias ações individuais, estas que seriam motivadas, ainda que indiretamente, por uma suposta predisposição empreendedora. Nesse caso, a obra de Mises (1998) denominada “*Ação humana: um tratado de economia*” promove um esforço evidente em encontrar predisposições “inerentes” aos seres humanos e seu modo de agir.

Logo de início, o título de sua obra já demonstra uma notável característica ideológica: a de abstrair qualquer elemento de historicidade em prol de uma *teoria geral da ação humana*. Se antes havia história, agora não há mais, o que há é o homem-universal de Mises que, visando melhorar sua própria condição de alguma forma, buscará empreender mediante suas próprias aspirações. O economista austríaco chega a delinear o que ele chama de uma teoria geral do agir humano: a praxeologia (Mises, 1998). Sendo assim, o exercício de universalizar uma determinada condição humana de modo a-histórico (típico das ideologias), é de fácil observação.

A praxeologia é uma ciência teórica e sistemática, e não histórica. Seu escopo é a ação humana como tal, independentemente de todas as circunstâncias ambientais, acidentais e individuais dos atos concretos. Sua cognição é puramente formal e geral, sem referência ao conteúdo material e às características particulares do caso real. Seu objetivo é o conhecimento válido para todas as instâncias nas quais as condições correspondem exatamente àquelas implícitas em suas suposições e inferências. Suas afirmações e proposições não são derivadas da experiência. Elas são, como as da lógica e da matemática, a priori. Não estão sujeitas à verificação ou falsificação com base na experiência e nos fatos. Elas são tanto logicamente quanto temporalmente anteriores a qualquer compreensão dos fatos históricos (Mises, 1998, p.32 - Tradução do autor)

Se Mises reconhece a existência da história de um lado, por outro ressalta que sua praxeologia é capaz de captar a ação humana em sua “essência”, independente das situações concretas, válida de modo apriorístico e acima da história, uma espécie de conduta universal que paira no ar.

Tal formulação parece dialogar com um dos elementos-chaves da própria forma neoliberal em conceber os indivíduos: enquanto empreendedores em potencial. Se, por um lado, observamos políticas macroeconômicas no sentido de individualizar a identidade dos trabalhadores tanto no ambiente corporativo quanto através da própria jurisdição (Dubal, 2017), por outro lado, parece haver uma dimensão antropológica difundida pelo neoliberalismo visando legitimar uma cultura específica, em que o sujeito deve se comportar enquanto empreendedor, um “empresário de si” (Dardot e Laval, 2016), ou, segundo Antunes (2006), um “déspota de si próprio”.

A concepção moderna do empreendedor se tornou mais conhecida mediante às formulações de Schumpeter (1997), que argumenta acerca da capacidade dos empreendedores em “criar e inovar”, enxergando a realidade para “além do senso comum”. Porém, para o economista austríaco, somente alguns poucos indivíduos seriam capazes de se tornarem empreendedores, o que parece ser tratado de modo distinto pela

ótica neoliberal, que difunde o “espírito empreendedor” a todos os membros da sociedade, como se fosse uma predisposição natural do ser (lembramos aqui das formulações de Mises em encontrar predisposições naturais aos indivíduos).

Sendo assim, o suposto dote empreendedor se generaliza ao mesmo tempo em que se individualiza. A partir de agora, cada sujeito, munido de um “espírito empresarial” em potencial, deve identificar oportunidades no mercado que lhe favoreçam, seja criando um negócio próprio ou garantindo sua empregabilidade de alguma forma (Dardot e Laval, 2016).

Notadamente, a generalização e universalização do empreendedorismo ocorre em um cenário de forte crise econômica, redução de postos de trabalho (impulsionada ainda mais pelas sequelas pandêmicas) e avanço do binômio informalidade-desemprego. Somente no Brasil, o número de abertura de microempreendedores individuais no país saltou de 28 mil em 2009 para 2,6 milhões em 2022, em que muitos indivíduos por trás desses números perderam seus empregos formais diante do cenário de recessão econômica, aliado a pandemia da covid-19³⁹.

Nesse sentido, é comum que veículos de comunicação apontem o empreendedorismo, a qualificação e a preparação individual como uma possíveis saídas à condição de desempregado(a), de tal forma que o desemprego (problema social e estrutural à produção e reprodução do capitalismo⁴⁰) passa a ser tratado de modo individual, como se os desempregados só estivessem em tal condição por não terem “se esforçado o suficiente”, não terem aproveitado “as oportunidades da vida” ou não terem “empreendido”. Todo esse aspecto discursivo-ideológico torna-se passível de ser assimilado pelos trabalhadores, gerando possíveis sentimentos de culpa, autodepreciação e auto responsabilização por um problema que possui raízes sociais (Mandelbaum e Ribeiro, 2017).

São esses alguns dos apontamentos teóricos acerca do possível aspecto ideológico do neoliberalismo que revisamos ao longo dessa pesquisa, que conta com a concepção do empreendedorismo enquanto elemento chave de sua narrativa, e fazendo-se presente, inclusive, em instituições públicas como o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo.

³⁹ Mais informações podem ser acessadas na seguinte [reportagem](#). Acessado em: 07/11/2024

⁴⁰ “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semidesempregada” (Marx, 2013, p.708).

Contudo, nada foi feito se pararmos por aqui. Por mais que o acúmulo teórico acerca do neoliberalismo pareça sustentar a hipótese de uma ideologia neoliberal, nenhum processo ocorre de modo fatalista, abstrato, ou apenas de cima para baixo. Longe de ser mera questão de “falsa consciência”, qualquer ideologia precisa estar apoiada, até certo ponto, pelo mundo que nossa atividade prática nos revela (Eagleton, 1997).

Sendo assim, de que maneira a atividade prática dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo podem apresentar ou não tais narrativas? Como as medidas sociais do Estado, o trabalho formal e a própria narrativa empreendedora aparecem para aqueles que navegam em um contexto de avanço neoliberal no Sul Global? Essas são inquietações que, ao meu ver, a teoria isolada jamais será capaz de responder. Somente investigando a existência prática dos indivíduos reais é que poderemos chegar a algum lugar, desafiando, inclusive, qualquer formulação teórica aqui apresentada.

A teoria fica como uma piscina estagnada, se ela é divorciada do seu fluido vital – a pesquisa empírica – que, paradoxalmente, também ameaça sua própria existência. A vitalidade de uma tradição teórica depende de ela ser continuamente desafiada e, a partir disso, encontrar engenhosas estratégias de sobrevivência (Burawoy, 2014, p.29)

Para isso, o último (e mais longo) capítulo dessa pesquisa colocará em atrito formulações teóricas prévias com as experiências concretas e percepções de 14 jovens trabalhadores que foram entrevistados ao longo da etnografia realizada no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo.

CAPÍTULO 4 – Narrativas laborais: experiências de jovens trabalhadores nas ruínas do neoliberalismo

O último capítulo dessa pesquisa terá como objetivo expor e analisar as entrevistas que foram conduzidas com 14 trabalhadores e trabalhadoras que frequentaram o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo entre novembro de 2023 e junho de 2024. Desse modo, a partir do depoimento concedido por esses trabalhadores, tratarei de elementos que apareceram de forma considerável ao longo das entrevistas, tais como informalidade, desemprego prolongado, carteira assinada, trabalho plataformizado e empreendedorismo.

Veremos que, as trajetórias dos trabalhadores que navegam um mundo do trabalho marcado por políticas-econômicas neoliberais, evidenciam o que Gago (2018) denominou de “Barroco Latino-Americano”— um conjunto entrelaçado envolvendo modos de pensar, lutar, trabalhar e interpretar a realidade que gera, por sua vez, *elementos inconciliáveis e em permanente recriação*. De fato, a esfera cultural e valorativa está repleta de diversas subjetividades contraditórias, que tentam, de uma forma ou outra, interpretar a realidade (Thompson, 1978).

Não por acaso, Thompson (1978) enfatiza a necessidade de considerarmos as experiências particulares dos trabalhadores, que podem moldar distintas formas de consciência acerca do social. Logo, antes de ser algo estático, a própria consciência dos trabalhadores está em um constante “fazer-se”⁴¹ e “refazer-se”. Desse modo, é importante que estudiosos do mundo do trabalho continuem examinando as percepções e narrativas dos trabalhadores que lutam, cotidianamente, para sobreviver.

4.1 Considerações metodológicas

O testemunho da experiência direta com o desempregado nos põe em contato imediato com uma realidade que não é simples representação ou ideia, pois não se trata de meras interpretações ou leituras sobre o desemprego (...). A experiência direta com o desempregado agrega à visão ‘teórica’, se assim podemos nos expressar, uma dimensão orgânica, o aspecto ativo de cada um dos implicados. (...) esse aspecto ativo da vida humana, o traço singular emotivo e ideativo que se traduz na experiência de vida de cada um, em cada movimento que realiza, em cada gesto que atualiza, em cada palavra que emite. (Mandelbaum; Ribeiro, 2017, p.54-55)

⁴¹ Me inspiro aqui no título original do livro de Thompson (2020), ‘The making of the English Working Class’.

A metodologia aqui utilizada com o intuito de entrevistar jovens trabalhadores se baseou em uma abordagem qualitativa, em que busquei elaborar um roteiro semi-estruturado⁴² que garantisse um aspecto mais aberto e de diálogo entre entrevistador e entrevistado, ainda que orientado por algumas perguntas-chaves, mas sem se prender a elas de modo mecânico e/ou linear.

Da mesma forma que busquei compreender os processos histórico-sociais externos por trás do CATE (partindo do “micro” ao “macro”), também propus usar aqui de pistas proporcionadas pelo estudo de caso ampliado, com o intuito de entender como as experiências, narrativas e trajetórias dessa juventude podem se relacionar com forças externas que compõem a totalidade social, assim como tentar responder minha pergunta de pesquisa inicial sobre a existência ou não de uma relação entre a subjetividade desses trabalhadores com a narrativa ideológica neoliberal. Tal resposta, obviamente, será apresentada nas conclusões dessa pesquisa.

Vale ressaltar que, dentre os princípios por trás do estudo de caso ampliado, está a necessidade de inserção do observador dentro do ritmo de vida dos entrevistados, nem que seja por um instante. Isso foi o que busquei fazer ao interromper o movimento incessante dos entrevistados que visitavam o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo em busca de emprego ou auxílio-desemprego. Nesse sentido, a partir da própria realidade exposta pela narrativa desses jovens, irei buscar ampliar o diálogo entre teoria e empiria, e tensionar as formulações anteriormente apresentadas no que tange a ideologia neoliberal.

Além disso, em oposição a uma ciência positivista que clama por um distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo, minha proposta ressalta a inevitável presença do pesquisador no mesmo espaço e tempo de seus entrevistados, gerando resultados únicos a partir do encontro etnográfico (Burawoy, 1998).

No que diz respeito ao uso das entrevistas, entendo que seu aspecto semi estruturado pôde melhor captar as concepções e interpretações dos jovens trabalhadores, permitindo compreender quais são e de que forma as interações, sentidos e encadeamentos lógicos são mobilizados pelos entrevistados, além de um “melhor

⁴² O roteiro utilizado poderá ser visto em anexo a este trabalho. Vale ressaltar que tanto o roteiro quanto a proposta de pesquisa foram analisados e aprovados pelo Comitê de Ética (CEP) da Universidade Estadual de Campinas, com o número de aprovação 6.561.637; – CAAE: 71160723.0.0000.8142.

entendimento das pressões, das escolhas, dos sistemas de valores nos quais as trajetórias se inscrevem” (Pignoli, 2006, p.193).

De que maneira eles descrevem, explicam as situações encontradas no mercado de trabalho? Como justificam suas escolhas, estratégias ou dificuldades? (...) De que maneira os indivíduos interrogados interiorizam, enfrentam ou reelaboram as normas de emprego dominantes? Como percebem suas próprias trajetórias? Como aproveitam e mobilizam, durante sua busca por emprego, os recursos disponíveis em seu meio econômico e social? Quais os eventos importantes que estruturam suas trajetórias profissionais? (Pignoli, 2003, p.195)

Sendo assim, por mais que seja fundamental adentrarmos o campo com teorias sobre a realidade social, serão os indivíduos reais em suas experiências e depoimentos reais que devem “chacoalhar” nossas formulações, possibilitando novas sínteses teóricas comprometidas em entender um mundo em constante transformação e movimento.

As 14 entrevistas aqui realizadas foram todas gravadas mediante consenso entre entrevistador e entrevistados, e posteriormente transcritas pelo próprio pesquisador. Buscarei expor com maior profundidade seis casos específicos que melhor sintetizam o que foi encontrado nessa pesquisa empírica, demonstrando elementos comuns de trajetórias juvenis no mercado de trabalho brasileiro.

Apesar de serem tratadas somente seis entrevistas, ressalto aqui que meu objetivo não esteve em criar uma amostra representativa de todos os jovens trabalhadores que vivenciaram a informalidade e o desemprego. Pelo contrário, minha abordagem teve como intuito aprofundar casos específicos, que foram moldados pelo tempo, espaço e contexto histórico-social das entrevistas (Burawoy, 2008). Mesmo não sendo uma amostra representativa, essa pesquisa lança luz às complexas formas nas quais os trabalhadores e trabalhadoras interpretam suas condições sociais.

4.2 Perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Raça⁴³	Gênero	Visitou o CATE em busca de
Ana	19 anos	Branca	Feminino	Emprego formal
Estela	19 anos	Branca	Feminino	Emprego formal
Gabriela	19 anos	Negra	Feminino	Emprego formal
Gustavo	26 anos	Branco	Masculino	Seguro-desemprego
Heitor	19 anos	Branco	Masculino	Emprego formal
Iago	24 anos	Negro	Masculino	Emprego formal
Isabella	22 anos	Negra	Feminino	Emprego formal
Juan	23 anos	Branco	Masculino	Emprego formal
Laura	20 anos	Branca	Feminino	Emprego formal
Leonardo	21 anos	Branco	Masculino	Seguro-desemprego
Claudio	20 anos	Branco	Masculino	Emprego formal
Thiago	19 anos	Negro	Masculino	Emprego formal
Mathias	24 anos	Negro	Masculino	Emprego formal
William	22 anos	Negro	Masculino	Seguro-desemprego

Tabela 01 - Perfil dos Entrevistados

⁴³ Ressalto, aqui, que os trabalhadores negros representados nessa tabela foram aqueles que se auto-identificaram enquanto pretos ou pardos.

Como demonstra a tabela acima, foram entrevistados nove trabalhadores do gênero masculino e cinco trabalhadoras do gênero feminino, com uma média de idade em torno dos 21 anos. Destes 14 indivíduos, seis se auto identificaram enquanto sendo pretos ou pardos e oito enquanto sendo brancos.

No que diz respeito aos motivos dos jovens trabalhadores aqui entrevistados estarem frequentando o Centro, é notória a clara ênfase na busca por empregos formais, tendo em vista que muitos deles estavam participando de processos seletivos para determinadas posições empregatícias. Como dito anteriormente, tanto empresas públicas como privadas se registram no CATE para conduzir processos seletivos no segundo andar da instituição. Além disso, três dos quatorze entrevistados visitaram o local na esperança de obter seguro-desemprego após perderem seus empregos.

Apesar do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo ter expandido seus serviços em direção a cursos formativos sobre como gerar renda e ao empreendedorismo, minhas entrevistas parecem evidenciar a possibilidade de alguns trabalhadores buscarem o CATE visando, principalmente, obter empregos formais ou auxílios assistenciais. Embora eu estivesse na expectativa de conversar com jovens em busca de se tornarem Microempreendedores Individuais, em busca de microcrédito ou à procura de cursos formativos, esse não foi o caso.

Pelo contrário, nenhum dos entrevistados afirmou que estava visitando o Centro em busca de dicas empreendedoras, microcrédito ou algo do gênero. Ainda sim, reconheço os limites dessa pesquisa, uma vez que muitos dos recursos empreendedores estão disponíveis mediante cadastro online, o que pode ser preferível para muitos.

Ainda sim, o que poderia explicar a oposição entre as expectativas desses trabalhadores que entrevistei (todos em busca de serviços formais) e a nova ênfase empreendedora que o CATE passou a promover? Como veremos adiante, as entrevistas qualitativas providenciaram pistas para responder essa questão, mediante as experiências e trajetórias dos entrevistados que, de uma forma ou outra, moldaram suas expectativas para com o Centro. É o que veremos a seguir.

4.3 Transições informais e oposições aos valores neoliberais

Neste tópico, tratarei de duas trajetórias distintas envolvendo jovens trabalhadoras da capital paulista, assim como de que maneira a informalidade marcou

suas transições ao mercado de trabalho e continuou persistindo por um tempo considerável. Para além dessas duas entrevistas, ressalto que *todos* os 14 jovens desta pesquisa afirmaram terem enfrentado alguma dificuldade de inserção laboral, com a informalidade sendo uma espécie de “rito de passagem” para uma juventude que se encontra em *constante inconstância*, sentindo-se à deriva diante da ausência de oportunidades empregatícias estáveis (Sennett, 2006; Wickert, 2006).

Além disso, estudos anteriores já demonstraram que a inserção de jovens brasileiros no mercado de trabalho é marcada pela constante alternância entre empregos precários e desemprego, comprometendo a futura trajetória profissional da juventude (Corseuil, Franca, Poloponsky, 2020). Mais ainda, a constante exigência de “experiência” para ocupar determinado cargo empregatício faz com que muitos desses jovens se adaptem a postos de trabalho de pior qualidade e, na maioria das vezes, marcados pelo flagelo da informalidade. Essa alta taxa de rotatividade envolvendo a juventude trabalhadora ficou ainda mais evidente com as sequelas da pandemia da COVID-19, que alavancou os índices de desemprego e precarização do trabalho no Brasil (Antunes, 2022).

Portanto, vejo como fundamental expor as narrativas e trajetórias de duas jovens trabalhadoras que entrevistei nesta pesquisa, e que sintetizaram situações vividas por grande parte dos jovens brasileiros, navegando entre as ruínas de um mercado de trabalho saturado, pós-pandêmico e precarizado. Apesar de sua heterogeneidade, a juventude parece carregar, cada vez mais, a informalidade e a inconstância enquanto traço comum de suas trajetórias laborais.

a) “A gente meio que fazia um pouco de tudo”

Isabella é uma jovem trabalhadora de 22 anos, e que atualmente reside em São Paulo. No momento de nossa entrevista, a mesma afirmou que, além de ter terminado o ensino médio, também fez alguns cursos formativos de inglês e informática, assim como um curso livre de teatro, tendo em vista que seu sonho era se tornar atriz futuramente. No entanto, tendo em vista as dificuldades financeiras que sua mãe enfrentava, Isabella começou a trabalhar desde cedo, e precisou adiar seus planos de cursar uma graduação em artes cênicas.

Desse modo, após fazer 18 anos e terminar o ensino médio, a possibilidade de continuar seus estudos foi interrompida pelo imperativo de ajudar sua família financeiramente, de tal forma que Isabella começou a entregar currículos em busca de trabalho. No entanto, sua ambição de conseguir um emprego formal ficou mais de 1 ano estagnada, já que não conseguia encontrar uma oportunidade de trabalho estável e sob regime de CLT.

Antes de eu conseguir esse [emprego] que fiquei um ano e pouco, nossa, eu estava procurando há muito tempo, entregando currículo, pesquisando na internet os sites e tudo, e nada. Eu saí da escola em 2018, e em 2019 eu fiz 18 anos e eu falei assim: vamo embora! Buscar CLT, sou de maior! E desde essa época eu fiquei procurando, mas eu fui conseguir realmente ficar num emprego fixo só em 2021!

As dificuldades de Isabella para conseguir um emprego com carteira assinada são evidentes. Não por acaso, ao analisar o cenário de desemprego juvenil em Portugal, Pais (2016) afirmou que a procura de trabalho para muitos jovens se assemelha a uma espécie de “loteria”, em que é preciso ter sorte para conseguir encontrar um emprego minimamente estável. Se transferirmos essa ideia para um país do Sul global (como o Brasil), essa “loteria” se mostra ainda mais excludente.

Isabella, que procurava um emprego CLT desde 2019, só conseguiu encontrá-lo efetivamente em 2021, quando começou a trabalhar como vendedora em uma pequena empresa, fazendo “um pouco de tudo”, uma vez que, segundo a entrevistada, precisou transitar entre a área de vendas (a qual foi originalmente contratada) e a área de administração.

Eu comecei como vendedora e depois fui para a área de administração. Aí como era uma empresa pequena, a gente meio que fazia um pouco de tudo... Nossa, “função” era o meu nome do meio! (...) às vezes eu tinha que fazer o papel de demitir gente! Então eu vi muita gente ser demitida com meus próprios olhos!

A experiência particular da entrevistada em precisar fazer “um pouco de tudo” em seu trabalho parece remeter ao caráter flexível que tomou conta do mercado, com poucos empregos de um lado e alta concentração de tarefas e funções para os poucos que permanecem empregados (Harvey, 1990; Antunes, 2009). Embora tenha sido formalmente contratada como vendedora, Isabella transitava por outras funções ao longo de sua jornada, chegando até mesmo a mediar demissões que começaram a acontecer com maior frequência, de tal forma que sua vez também chegaria, já que foi demitida há cerca de quatro meses antes de nossa entrevista, estando procurando trabalho desde então.

Eu fui demitida, mas assim, estavam tendo vários cortes de funcionários e eu fui nessa leva, fui junto. Teve bastante corte! Fiquei no trabalho acho que um ano e oito meses (...) era CLT, peguei férias e tudo, estava quase chegando na segunda férias! Aí que tristeza...

Desse modo, Isabella ficou desempregada a partir da “leva” de cortes de funcionários que sua empresa promoveu, estando em busca de um novo emprego há cerca de quatro meses. Não obstante, se voltarmos um pouco em sua trajetória profissional, veremos que, no período em que esteve procurando um trabalho registrado, Isabella chegou a trabalhar em outras atividades para garantir algum tipo de renda, todas elas, porém, sob a égide da informalidade.

Já trabalhei como vendedora em algumas empresas. Trabalhei muito em bufê, então não era CLT. Era aquele negócio que você trabalhava e ganhava um tanto por dia. Depois eu fui para a Yakult, trabalhei um tempo lá com vendedora, depois fui para outra empresa também como vendedora [único trabalho em sua trajetória como CLT], e agora estou aqui, procurando um emprego.

A partir desse depoimento, fica evidente que a transição de Isabella ao mercado de trabalho foi marcada, primeiramente, por trabalhos informais e irregulares. Sua experiência é emblemática em ressaltar que a informalidade não é uma condição estranha ou anômala ao mercado, mas cada vez mais constituinte e intrínseca ao próprio *modus operandi* do capitalismo (Agarwala 2018), sendo a juventude um setor amplamente afetado por elevadas taxas de informalidade e, nos piores cenários, pelo desemprego.

Dentre os trabalhos informais que foram realizados pela entrevistada, é particularmente interessante o emprego que teve como vendedora domiciliar (*Yakult Lady*) pela multinacional japonesa Yakult, em que Isabella tomou liberdade para nos contar os motivos de sua aversão a informalidade desde então, muito em virtude de sua experiência nesta empresa mundialmente conhecida, e que opera no Brasil há décadas.

Ao explicar sua experiência enquanto revendedora da Yakult, Isabella enfatizou sua função de comercializar alguns produtos da marca que recebia em sua casa, buscando revendê-los, principalmente, para pessoas próximas a sua residência. É curioso notar que, no website da Yakult, há um conto idílico de uma flexibilidade das *Yakult Ladies* que, supostamente, teriam maior tempo de descanso e lazer, além de ressaltar a possibilidade de gerar uma boa renda mensal⁴⁴.

⁴⁴ Mais informações em: <https://www.comercianteyakult.com.br/> acessado em 22/11/2024

Mais ainda, o website também afirma que esse trabalho pode servir como uma espécie de complementação de renda. Ora, se serve de papel complementar, isso implicaria que a vendedora possui outro tipo de trabalho. Ou seja, até que ponto haveria tempo “para sua família e sua saúde”? Essa é apenas uma das muitas contradições por trás do discurso da flexibilização que, inclusive, invoca o gênero feminino como sendo aquele “naturalmente” disposto a conciliar trabalho, família, tarefas domésticas etc., apagando o lastro social por trás da desigualdade de gênero (Castro 2019).

Não por acaso, enquanto esteve trabalhando como revendedora domiciliar, Isabella ressaltou que a ausência de uma renda fixa e a inconstância do seu pagamento a incomodava, já que precisava bater as metas de vendas para receber de forma minimamente satisfatória. Quando tal meta não era atingida, Isabella precisava tirar do seu próprio “bolso” para pagar os prejuízos.

Como era de “porta em porta”, você tinha que vender senão você não recebia. Era por venda, eles me davam um começo né, o material, aí eu vendia e trabalhava a partir daquilo. O que me sobrava de lucro era meu pagamento, e aí eu pagava os materiais. Era uma coisa meio de revendedor né. Então é complicado porque, às vezes, você não recebe nem o salário mínimo, às vezes você recebe muito pouco! Depende das suas vendas. Às vezes eu recebia 500 reais, às vezes recebia 700, às vezes eu voltava para 400, então era assim, dependia das vendas. Se, por exemplo, eu não chegasse na meta que é o que tem que pagar do boleto deles, aí eu tinha que tirar do meu bolso para pagar! Não tinha muito o que fazer.

A partir da experiência particular de Isabella, que reflete processos externos de flexibilização e transferência de responsabilidade aos trabalhadores, podemos notar como se configura o mercado para uma parcela da juventude que está dando seus primeiros passos no mundo do trabalho: empregos informais e com remunerações abaixo do salário de subsistência. Além disso, é como se, dialogando com os valores propagados pelo neoliberalismo, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso fosse constantemente transferida aos próprios trabalhadores.

Porém, apesar do discurso neoliberal buscar individualizar problemas estruturais ao capital e ressaltar supostas “vantagens” de um trabalho sem a “rigidez burocrática” da carteira assinada, as experiências pessoais de Isabella e sua trajetória árdua com a informalidade resultou em uma consciência específica da entrevistada contra o setor informal, além de um maior apreço ao trabalho com direitos garantidos. Não por acaso, quando perguntei se Isabella teria uma preferência entre um trabalho CLT ou informal, sua resposta foi rápida:

Eu prefiro carteira assinada, claro! A situação da carteira assinada traz um pouco mais de segurança, não é? Em questão de pagamento, em questão de direitos, em questão de tudo isso né. Você faz seu negócio bonitinho e você sabe que está dentro dos direitos. (...) Então passa essa segurança que você vai ter seus direitos e vai receber tudo bonitinho o que você tem que receber.

Não por acaso, o motivo de Isabella estar visitando o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo estava em participar de um processo seletivo para um trabalho formal, não lhe interessando os outros recursos proporcionados pela instituição no que diz respeito a microcrédito, recursos para empreender ou formalização de MEI. Ao meu ver, o interesse por auxílios tradicionais (como emprego formalizado) se deve à própria experiência de Isabella, marcada pela falta de segurança e evidente instabilidade em sua trajetória inicial ao mercado de trabalho.

b) “Por que eu não posso só ter um trabalho normal? De uma pessoa normal?”

Laura é uma jovem trabalhadora de 20 anos, e que também reside na cidade de São Paulo. Conforme afirmou ao longo de nossa entrevista, precisou trabalhar e estudar ao mesmo tempo desde que tinha 15 anos de idade, fazendo jus a inúmeros jovens brasileiros que, mesmo antes de atingir a maioridade, adentram o mundo do trabalho. Contudo, Laura encontrou constantes dificuldades em se manter em um emprego por muito tempo, saltando de emprego em emprego que eram, em sua grande parte, informais⁴⁵.

Meu primeiro emprego foi de telemarketing, depois eu trabalhei um tempo em uma loja de celular, outro tempo em uma hamburgueria, depois eu trabalhei no McDonald's, aí eu trabalhei em uma padaria, depois em uma cafeteria, aí depois eu trabalhei em outra cafeteria. Tô esquecendo alguma coisa? Acho que não. Três [empregos] eram de carteira assinada, o resto informal.

Novamente, nos deparamos com o fato de que planos de carreiras bem definidos parecem uma espécie de anomalia, incompatível com o atual capitalismo flexível de elevada informalidade (Sennett, 2006). Além disso, em alguns dos seus trabalhos anteriores, Laura afirmou que ainda encontrava problemas em se locomover por São Paulo, uma cidade enorme e de difícil mobilidade. No caso dos empregos informais, a mesma precisou gastar uma quantidade considerável com passagens de metrô para chegar até o local de trabalho, o que por sua vez gerava sentimentos de insatisfação, como se estivesse, segundo ela, “pagando para trabalhar”.

⁴⁵ “A precariedade de emprego (...) faz com que muitos jovens andem, como eles dizem, ‘aos saltos’: de trabalho em trabalho, passando pelo desemprego, num recorrente movimento ioiô” (Pais 2016, p.61).

Com o tempo disponível ao longo do dia após terminar o ensino médio, Laura tentou acumular alguns cursos formativos no intuito de melhorar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Porém, a constante instabilidade de não conseguir se manter em um emprego fixo fez com que a entrevistada não conseguisse tempo para se especializar. Não por acaso, em virtude da inconstância recorrente em sua vida, com empregos precários e desemprego se intercalando em sua trajetória, Laura se tornou favorável à ideia de políticas governamentais que possibilitassem algum tipo de auxílio para os desempregados, no intuito de promover uma garantia mínima de existência e possibilitar possíveis planejamentos pessoais.

Acho que o auxílio desemprego é um bom investimento, porque, se as pessoas não conseguem trabalhar, elas não conseguem viver basicamente. Vão viver do que? De ar? Então querendo ou não o governo não pode só pensar de forma geral: é importante ver que algumas pessoas precisam de auxílio para sobreviver.

A partir da compreensão de Laura sobre as pessoas só conseguirem viver na medida em que trabalham, podemos referenciar o que Marx (2010; 2013) formulou acerca da tendência capitalista em, primeiramente, transformar uma grande massa de indivíduos em proletariado para, só depois, possibilitar a existência destes mediante a venda da única mercadoria que lhes sobrou: sua força de trabalho. Ou seja, para se realizar minimamente como sujeito, o indivíduo deve, primeiro, ser trabalhador, isto é, deve estar inserido no movimento de reprodução do capital.

Além disso, diferentemente de modalidades quantitativas isoladas, que reduzem o desemprego a meras estatísticas numéricas, os ricos depoimentos daqueles que vivem a condição de estar desempregado nos possibilita entender o que, de fato, desemprego significa na vida dos trabalhadores e trabalhadoras: a ameaça efetiva de sua própria existência, diante de uma sociedade que, se formalmente afirma que todos são livres para fazerem o que bem quiserem, na prática reduz a maioria das pessoas dentro de um único binômio: vender sua força de trabalho ou perecer sob o desemprego.

No caso de Laura, que está navegando em um mundo do trabalho marcado por políticas econômicas neoliberais, seria de se esperar que políticas assistenciais fossem vistas por ela enquanto “ineficientes” ou “desnecessárias”, posto que o discurso dominante tende generalizar a concepção que enxerga auxílios estatais como gastos ineficientes (Druck, 2021). No entanto, em oposição ao ideário dominante, as experiências particulares de Laura acabaram por moldar uma concepção oposta,

favorável aos auxílios assistenciais, principalmente em momento de desemprego. Aqui, as experiências de Laura parecem desafiar (ou ao menos contrapor) qualquer discurso dominante que se pretenda “inquestionável”.

Além disso, em um determinado momento de nossa entrevista, perguntei a Laura sobre sua opinião acerca de organizações sindicais. Em um primeiro momento, imaginei que a ideia de sindicatos poderia parecer estranha aos jovens trabalhadores que participaram de minha pesquisa, tendo em vista o retrocesso sindical dos últimos anos a partir dos avanços de políticas neoliberais, e que resultaram na diminuição de organizações coletivas (Harvey, 1990).

Surpreendentemente, não somente no caso de Laura e com apenas algumas exceções, as respostas em relação às organizações sindicais foram, em sua grande maioria, positivas entre os jovens aqui entrevistados, no sentido de entender a importância de sua existência para a efetiva garantia de direitos sociais. No entanto, outro aspecto comum das respostas foi a forte ausência dessas organizações nos locais de trabalho, como demonstrou a própria experiência de Laura que, ao passar por inúmeras desavenças com seus patrões, não encontrou nenhum organismo coletivo para se apoiar. Apesar disso, a entrevistada ressalta a importância dos sindicatos, mesmo que nunca tenha participado de um ativamente. O que estava claro para Laura, é que ela odiava seus patrões.

Na real, eu odeio todos [os patrões], eu odeio muito! Mas eu sempre fiquei muito na minha, e quando eu não queria mais eu falava “tchau!”. Eu era meio incosequente, talvez eu ainda seja, talvez eu não queira ficar em um lugar que não me faz bem. As minhas experiências com chefes que eu tive são de pessoas que sempre estavam “cagando” para coisas que elas poderiam fazer bem melhor se se importassem minimamente.

E como você enxerga a presença dos sindicatos no ambiente de trabalho?

Eu acho legal! Mas sinceramente eu não conheço muito sobre, eu nunca vi nenhum, mas é uma iniciativa legal. Acho sempre bom as pessoas se juntarem para terem seus direitos!

Desse modo, se por um lado os valores neoliberais buscam retirar direitos e condenar a participação sindical enquanto algo indesejável e retrógrado (lembramos das políticas emblemáticas de Thatcher e Reagan que, posteriormente, foram exportadas para a América Latina), isso não significa, por outro lado, que tais valores contra organizações coletivas atinja os trabalhadores de modo instantâneo ou mecânico. Na realidade, as vivências negativas de Laura com seus patrões e a ausência de direitos na

informalidade parecem ter influenciado na formação de uma consciência favorável à organização coletiva.

Contudo, mesmo com tal consciência acerca do que o desemprego representa e sobre a importância coletiva dos sindicatos, o cenário de alta instabilidade e insegurança acabou por desmoralizar a perspectiva de futuro de Laura, afirmando que, se pudesse escolher, arriscaria tudo para “mudar de país” e tentar uma nova vida. Em um determinado momento de nossa conversa, Laura se demonstrou extremamente pessimista com seu presente e futuro. Mais ainda, mesmo com apenas 20 anos de idade, a entrevistada afirmou sentir que estava *condenada* a uma vida de dificuldades financeiras, envolta de incertezas e ansiedades, foi o que pude notar quando, ao se emocionar em nossa conversa, Laura afirmou que não sabia mais o que fazer.

Não sei o que fazer velho, eu já entreguei currículo em todos os lugares e nenhum lugar me chama, e os lugares que me chamam são uns negócios insalubres sempre, uns trabalhos difíceis sabe? Que inferno, por que eu não posso só ter um trabalho normal? de uma pessoa normal? É chato pra caralho isso, eu nunca consegui ter um emprego que eu realmente achasse bom, ou que realmente estivesse dentro das regras, da legalidade etc. Estou cansada pra caralho disso. Eu imprimo currículo com um dinheiro que nem posso gastar para, no final, nenhuma pessoa me chamar? Que nem eu já fiz milhares de vezes? De verdade, eu nem sei o que fazer. É difícil ver um lado bom nisso tudo, é difícil ver um futuro, eu sinceramente não vejo eu conseguindo ficar viva se minha vida for sempre assim, eu acho que eu não aguento. Não estou aguentando direito agora, estou quase surtando...

Entrevistar jovens em situação de desemprego requer uma sensibilidade específica por parte do pesquisador, no sentido de lidar com trabalhadores e trabalhadoras que, constantemente, mobilizam sensações de estarem condenadas, “sem valor”, e sem a perspectiva de qualquer tipo de futuro feliz. No caso de Laura, seus depoimentos carregavam o forte sentimento de uma juventude deixada à deriva, sem perspectivas (Wickert, 2006).

Mesmo tendo tantas experiências de trabalho, além de ser uma pessoa bem comunicativa, Laura sentia que sua vida estava condenada pelo desemprego e por trabalhos “insalubres”, impossibilitando qualquer planejamento futuro. Não por acaso, Mandelbaum e Ribeiro (2017) ressaltam a dessocialização passível de ocorrer com aqueles que enfrentam o desemprego, uma vivência de solidão, dialogando com as análises de Castel (2009) sobre o sentimento de impotência, pela crença de que não há o que fazer, ocasionando até mesmo em episódios de apatia, depressão e, no limite, desejos suicidas.

4.4 Dois lados da mesma narrativa: desemprego e trabalho plataformizado

Neste tópico, busquei elucidar um elemento que apareceu consideravelmente em minha pesquisa empírica: a relação entre desemprego e trabalho plataformizado enquanto dois lados de uma mesma trajetória individual. Aqui, entendo por trabalho plataformizado como sendo aqueles que, de alguma forma, estão mediados por plataformas digitais, que nos últimos anos transformaram tanto nossa forma de trabalhar quanto de consumir (Steinberg, 2019). Por ser um avanço tecnológico que ocorreu dentro do modo de produção capitalista, as plataformas digitais envolvem uma gama de atores, porém notadamente os trabalhadores e o próprio capital que, como veremos, possuem interesses normalmente opostos entre si (Woodcock, 2021).

Em um primeiro momento, contudo, as empresas de aplicativos aparecem sob a roupagem de uma “economia do compartilhamento” (Slee, 2019), com objetivo de estabelecer formas de compartilhar serviços como de hospedagem, locomoção, entrega, dentre outros. Nota-se, ainda, uma linguagem predominante “altruísta”, como se a economia compartilhada promettesse uma vida idílica, empreendedora, sem padrões e com o controle dos trabalhadores sob suas horas trabalhadas.

Bem-vindo à economia compartilhada, uma coleção nebulosa de plataformas online e aplicativos que prometem transcender o capitalismo em favor da comunidade. Os apoiadores argumentam que esse novo movimento econômico, alternativamente descrito como economia sob demanda, economia de plataformas ou *gig economy*, irá construir comunidades, reverter a desigualdade econômica, parar a destruição ecológica, combater as tendências consumistas, melhorar os direitos dos trabalhadores, empoderar os pobres e trazer empreendedorismo às massas. A economia compartilhada promete tanto um futuro idílico, sem padrões, onde os trabalhadores controlam sua renda e horários, quanto ser uma solução para todos os problemas da sociedade moderna. (Ravenelle, 2019, p.05 - Tradução do autor).

No entanto, estudos recentes demonstram a permanência da exploração do trabalho sob a égide das plataformas digitais (Antunes, 2018; 2023; Abílio, 2020; Dubal, 2017; Ravenelle, 2019; Woodcock, 2021), mediante controle algorítmico e subordinação dos trabalhadores ao ritmo frenético da economia digital (*gig economy*), que contrata seus trabalhadores de forma rápida e sem burocracias, mas ao mesmo tempo de modo informal, e desprovida de direitos elementares.

Nesse contexto, visando captar as percepções dos trabalhadores acerca do trabalho plataformizado, uma das questões que abordei no roteiro semi estruturado

buscou questionar os entrevistados acerca de sua opinião sobre os trabalhos por aplicativos. É importante ressaltar que grande parte das respostas disseram enxergar no trabalho de plataforma algo positivo, uma forma de evitar o flagelo do desemprego, em que muitos afirmaram só não estarem trabalhando com isso em virtude de, na maioria das vezes, não terem um meio de transporte adequado para realizar as funções requisitadas.

Mais ainda, alguns dos entrevistados carregavam em suas próprias trajetórias o fato de terem sido entregadores de aplicativo em um determinado momento de suas vidas, antes do desemprego. Nesse sentido, a partir dos depoimentos de dois ex-entregadores de aplicativo que aceitaram participar dessa pesquisa, buscarei evidenciar a forma como a condição do desemprego pode se intercalar com trabalhos plataformizados, principalmente em um cenário de alta informalidade e redução de postos empregatícios (Huang, Burtch, Hong, Pavlou, 2020).

Além disso, apesar da narrativa empreendedora ser frequentemente promovida pelas próprias plataformas digitais (Ravenelle, 2019), a experiência real dos jovens aqui entrevistados, combinadas com suas reflexões acerca da informalidade, revelam uma desconexão entre o ideal empreendedor defendido por eles e a realidade de trabalho promovida pelas plataformas digitais. Como veremos tanto neste tópico quanto no próximo, as ambições dos trabalhadores em se tornarem potenciais empreendedores emergem enquanto um esforço visando escapar tanto do assédio patronal encontrado em empregos “tradicionais”, quanto da própria ausência de autonomia vivenciada nos trabalhos plataformizados. Tal narrativa empreendedora floresce, portanto, sobre as ruínas de um mundo do trabalho precarizado.

a) “No aplicativo é você por você”

Gustavo é um jovem trabalhador de 26 anos que, desde sempre, morou na cidade de São Paulo. Particularmente, sua entrevista possui um lugar especial nessa pesquisa, posto que, ao contrário dos demais entrevistados, foi Gustavo que me abordou enquanto o mesmo esperava para ser atendido, perguntando se eu não queria comprar duas latas de energético que ele havia adquirido anteriormente em uma farmácia, mas que não iria consumir.

Embora eu tenha hesitado em comprar os dois energéticos num primeiro momento, Gustavo me disse que estava passando por uma situação financeira difícil em

razão do desemprego, e que precisava de “algum tipo de dinheiro” para ajudar com as despesas envolvendo sua filha pequena. Nesse sentido, após eu comprar os dois energéticos, perguntei se ele não teria interesse em participar de minha pesquisa, o que ele aceitou sem hesitar.

Desde o início, Gustavo se mostrou uma pessoa simpática, com boa vontade de conversar. Após alguns minutos de entrevista, sua esposa, que estava sendo atendida pelo CATE, apareceu. Ou seja, esse caso também teve a particularidade de contar com dois locutores, apesar da esposa de Gustavo ter falado muito pouco, como se estivesse pensando que a entrevista “era com ele”, e mesmo eu afirmando que ela poderia participar da mesma forma que seu marido.

Logo no início de nossa entrevista, Gustavo afirmou que tinha o ensino médio completo, contudo, quando perguntei se, em determinado momento, ele precisou estudar e trabalhar ao mesmo tempo, fui surpreendido por suas risadas (como se não fosse uma pergunta séria), seguida da seguinte resposta:

Porra... Sempre. Desde os 15 anos. Desde a oitava série. Quando eu fui para o primeiro [ano do ensino médio] eu arrumei um estágio, aí fiquei até o terceiro nesse estágio, fiquei 1 ano e 3 meses efetivado como logística né, virei conferente. (...) [Eu trabalhava] porque era uma necessidade, eu precisava pagar faculdade, precisava comer, precisava comprar roupa, precisava sair. Então eu nunca tive família para me ajudar. Então ou eu fazia, ou eu fazia Biel⁴⁶, entendeu? Então sempre foi uma coisa que me ensinou a correr atrás. Sabe, quando você tem um recurso garantido, às vezes você não se importa muito. Eu já tive que correr atrás. Que nem ela [a esposa], ela não tem família, é só eu e ela.

É importante ressaltar que Gustavo havia começado uma faculdade de, segundo ele, “tecnólogo em logística”, o que me fez pensar que talvez fosse um curso técnico. De qualquer modo, como outras entrevistas já haviam demonstrado, muitos dos jovens brasileiros compartilham da experiência comum de precisar estudar e trabalhar ao mesmo tempo e desde muito cedo (Abramo, Venturi, & Corrochano, 2020), particularmente em virtude de pressões econômicas pessoais e familiares. Como o entrevistado afirmou: “eu precisava pagar faculdade, precisava comer, precisava comprar roupa, precisava sair. Então eu nunca tive família para me ajudar”. Essa situação, segundo o próprio Gustavo, o ensinou a “correr atrás” de seus objetivos para garantir suas conquistas.

⁴⁶ “Biel” foi o apelido que Gustavo gentilmente me deu ao longo de nossa entrevista.

Mais adiante, também perguntei a Gustavo sobre sua trajetória de trabalho até chegar no momento atual de desemprego, em que seu último trabalho foi como motorista de aplicativo pela Uber, na modalidade *Uber Flash*⁴⁷. No entanto, há um mês antes de nossa entrevista, sua moto foi confiscada pela polícia em virtude de um retrovisor quebrado e um pneu careca.

O meu primeiro emprego foi em estágio em logística. (...) Saí do ensino médio e fui efetivado como auxiliar de logística (almoxarifado, expedição, recebimento), fiquei 1 ano e 3 meses registrado. Saí de lá fiquei 6 meses parado recebendo auxílio desemprego, e depois arrumei emprego de telemarketing, fiquei 2 anos e 8 meses. Saí desse emprego de telemarketing e fiquei na rua trabalhando de moto até então, até a moto ser presa. Fazia particular, *uber flash*, nunca trabalhei em empresa de motoboy. O primeiro aplicativo foi o Ifood. Que na pandemia o Ifood era o que tava aí né, ninguém saía de casa. E foi nessa época que eu dei uma estourada, estava fazendo 3 e meio [reais] por mês.

A partir de uma longa trajetória de trabalho alternada com 6 meses desemprego, Gustavo deixou a área do telemarketing e se tornou motorista de aplicativo, primeiramente em uma das maiores empresas de aplicativo operante no Brasil: a Ifood. Segundo o entrevistado, essa era a empresa que “estava lá” no período pandêmico. Seu depoimento exemplifica, assim, um processo mais amplo nas relações de trabalho que tomaram o período pandêmico, em que os trabalhos por aplicativo aumentaram consideravelmente⁴⁸ e um cenário de *lockdown* dos serviços e comércios presenciais (Antunes, 2022; 2023).

Além disso, em um contexto de elevadas taxas de desemprego, o trabalho por plataformas emergiu como uma “solução prática”, facilitando não somente a maneira de solicitar serviços pelos consumidores mas também enquanto uma forma dos trabalhadores obterem algum tipo de renda (Ravenelle, Kowalski, Janko, 2021), principalmente quando consideramos a ausência de qualquer seguridade social no Brasil, que não garantiu aos seus trabalhadores o privilégio do “fique em casa”.

Desse modo, embora Gustavo tenha conseguido arrecadar, segundo ele, cerca de 3500 reais por mês durante a pandemia, sua atividade ocorreu em meio ao fogo cruzado de realizar seu trabalho enquanto estava ameaçado por uma doença letal (Antunes, 2022). Quando perguntei, ainda, sobre sua jornada laboral pelo aplicativo, o

⁴⁷ Segundo a própria Uber, a modalidade *Uber Flash* permite a solicitação de viagens para o envio de artigos pessoais ou mercadorias pelo app da Uber. Com essa opção, “possibilitamos que usuários e empresas parceiras enviem artigos pessoais ou mercadorias, sem precisarem se deslocar”. Mais informações disponíveis [aqui](#). Acessado em: 25/11/2024

⁴⁸ “Durante a pandemia, as corporações globais plataformizadas desenvolveram vários experimentos, dos quais podemos destacar a intensificação do trabalho uberizado...” (Antunes, 2023, p.14).

entrevistado deixou claro que as formais 8 horas de trabalho não faziam sentido em sua vida, uma vez que normalmente trabalhava em torno de 12 horas por dia.

12, 14 horas. Mano, 8 horas esquece, é de 12 pra cima. É 8 horas trabalhada, mais 2 horas pra chegar no serviço e 2 pra chegar em casa. É 12. Brasileiro que trabalha só 8 horas é rico mano. (...) Sempre de 12 a 14, ou 10 a 12. No mínimo 10 horas. Vamos dizer assim: eu tinha uma meta. Final de semana, como pagavam mais, eu trabalhava um pouquinho menos. Pode ser que eu trabalhava 8, pode ser que eu trabalhava 9, mas sempre aquela meta que era de 200 reais. Batia aquela meta eu ficava um pouco mais, fazia um extra, ou eu já desligava [o aplicativo] e ia embora.

Considerando a experiência real de Gustavo, o conto idílico de uma economia compartilhada e “controlada” pelos trabalhadores tende a desaparecer, cedendo espaço a uma evidente exploração do trabalho por trás das plataformas digitais, capaz de configurar novos terrenos para extração de mais-valor (Antunes, 2018). Além disso, se por um lado os aplicativos prometem maior flexibilidade e a possibilidade de “ajustar a jornada de trabalho às suas necessidades”, o que de fato ocorre é um trabalho flexível que parece “não acabar” (Ravenelle, 2019), principalmente em um cenário em que muitos não possuem outra alternativa diante do desemprego e da ausência de proteções sociais (Ravenelle, Kowalski, Janko, 2021).

Em nossa entrevista, o conflito entre os interesses das plataformas digitais e os interesses dos motoboys como Gustavo ficou ainda mais evidente, já que eles sabiam que essa não era uma vida desejada a longo prazo.

Mano, muitos motoboys que eu encontrava na rua falavam: “essa vida aqui não dá”, é muito corrida, muita loucura né véi, transito, é cansaço, é risco de morte, de furto, de roubo, de sequestro. Então eu já vi muito motoboy parando, saindo do aplicativo para ir para uma empresa de motoboy, uma garantia. Porque no aplicativo os caras não querem saber não véi, foda-se você. Não tem aquela coisa de carteira assinada, sofreu um acidente você vai receber, não tem isso. No aplicativo é você por você.

Sendo assim, mediante as próprias experiências de Gustavo como entregador, o mesmo adquiriu a consciência de que seus interesses não são os mesmos que aqueles do aplicativo, que “não quer saber de você”. Mais ainda, as primeiras linhas do depoimento anterior deixam claro que muitos trabalhadores uberizados precisam lidar com problemas extremamente graves, compreendendo desde furtos, sequestro até risco de morte. Não por acaso, muitos desses trabalhadores desenvolvem uma espécie de

“trabalho defensivo” (*defensive labour*⁴⁹) para evitar custos físicos ou emocionais diante de tantos riscos e incertezas (Ladegaard, Ravenelle, & Schor, 2022).

Não por acaso, Gustavo presenciou alguns de seus colegas parando de trabalhar como entregador de aplicativos em virtude da falta de segurança, já que “no aplicativo é você por você”. Essa mudança é justificável diante da tendência das plataformas em despir direitos e garantias básicas de vida em prol do controle algorítmico incessante (Abílio, 2020). Contudo, apesar das claras dificuldades que enfrentou enquanto entregador, Gustavo afirmou que, no geral, acha uma boa oportunidade trabalhar com as plataformas digitais, ainda que com ressalvas.

Eu acho bom, dá um dinheiro, porém não tem segurança nenhuma. Não tem recursos, o máximo que você vai ter é um seguro ali da Uber, mas tem que pagar. Não é uma coisa que tipo: você sofreu um acidente e vai alguém te ajudar. Esquece. É bom, o valor é bem pago, porém é bem arriscado, em questão de vida e em questão de furto, que nem eu te falei, acidente, tudo isso.

Embora, segundo o entrevistado, o salário advindo do trabalho pelas plataformas seja visto enquanto “bem pago”, estudos e reportagens recentes demonstram a dificuldade enfrentada por muitos entregadores para conseguir um salário mínimo⁵⁰ (Antunes, 2018; Dubal, 2017; Ravenelle, 2019; Woodcock, 2021). No entanto, em uma realidade marcada por elevados índices de desemprego e ausência de proteção social, os trabalhos por plataforma se apresentam enquanto uma “rede de segurança” (*safety net*) para aqueles que são obrigados a escolher entre trabalho precário ou nenhum trabalho sequer (Ravenelle, Kowalski, Janko, 2021).

Nesse sentido, Gustavo continuaria trabalhando como entregador de aplicativo se ainda tivesse condições. Porém, uma vez que sua moto foi confiscada pela polícia, o entrevistado carece do meio de transporte necessário para fazer suas entregas. Desde então, Gustavo estava há cerca de um mês desempregado.

⁴⁹ “Alguns instalam câmeras para coletar dados e refutar críticas e reclamações negativas de clientes, além de monitorar os pagamentos para garantir que não sejam cancelados. Esses esforços cognitivos e emocionais de autoproteção equivalem ao que chamamos de trabalho defensivo. O termo captura o fardo sobre os trabalhadores que precisam se defender contra custos físicos, emocionais e econômicos para realizar suas tarefas principais...” (Ladegaard; Ravenelle; Schor, 2022, p.773 - Tradução do autor).

⁵⁰ Durante a pandemia da COVID-19, uma reportagem da BBC News demonstrou a situação que muitos entregadores de aplicativo em São Paulo enfrentam para conseguirem se alimentar. Para mais informações, acesse [aqui](#). Acesso em: 23/11/2024.

Ah, foi recente, vai fazer um mês agora. (...) Foi questão da apreensão da moto, e não ter dinheiro pra tirar ela, a questão das multas né? Que aplicaram. Foi mais questão financeira mesmo, nada com problema de justiça nem nada, habilitação tá em dia. (...) Já cheguei a ficar 6 meses desempregado [anteriormente].

Se voltarmos ao relato acerca de sua trajetória, veremos que o entrevistado já havia ficado desempregado anteriormente durante 6 meses, antes de trabalhar no setor de telemarketing e, posteriormente, como entregador por aplicativo. Porém, após ter sua moto confiscada, Gustavo voltou ao desemprego. Através de sua trajetória, fica evidente como desemprego, informalidade e trabalho plataformizado podem se intercalar mais de uma vez em uma mesma trajetória laboral, gerando uma espécie de *inconstância constante* na vida de milhares de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

No que diz respeito a primeira vez que ficou desempregado, Gustavo conseguiu auxílio desemprego para se manter minimamente estável durante os 6 meses, não por acaso, quando perguntamos sobre sua opinião acerca de medidas assistenciais governamentais, o mesmo defendeu sua importância, porém demonstrou um certo receio diante da figura do Estado.

Mano, eu acho que sempre deveria ter isso [auxílio], porém tudo o que eles fazem pra ajudar eles já roubaram duas vezes em cima. Essa é a verdade: se eles estão ajudando com 600 reais eles já roubaram 1200 reais de cada um. Você está pagando algo que você já gastou com o governo. Pra mim é isso, eu não sei se é.

Apesar de Gustavo enxergar o governo enquanto uma instituição que rouba de seus cidadãos em virtude dos altos impostos, entendemos que as suas experiências enquanto jovem trabalhador de baixa renda nos trazem questões específicas: as escassas medidas sociais direcionadas ao mais vulneráveis mal garantem sua sobrevivência, se chocando ainda com os altos níveis de tributação que incide, principalmente, na renda dos mais pobres. Além disso, o desgosto de Gustavo para com o Estado ficou evidente enquanto ele falava do modo violento que sua moto foi confiscada, retirando sua única possibilidade de sobrevivência e o lançando, novamente, aos bolsões de desempregados.

Desse modo, Suas percepções parecem enfatizar o crescente ressentimento advindo, principalmente, de trabalhadores informais para com autoridades estatais, para além da clássica oposição entre trabalhador e patrão (Agarwala, 2018). Nesse caso, enquanto os patrões estão “camuflados” pelo véu dos aplicativos e pelo controle digital

indireto, as autoridades estatais continuam, por sua vez, bem presentes no cotidiano dos trabalhadores e nos espaços públicos que estes habitam.

Mais ainda, diante do atual momento de sua vida em não encontrar trabalho e ter tido sua moto confiscada pela polícia, o entrevistado também se mostrou cético quanto à possibilidade de trabalhos com carteira assinada. Ao invés disso, outra alternativa lhe parecia mais desejada e viável: a possibilidade de empreender ao lado de sua esposa.

Aqui ó [ele aponta para esposa], ela vende água, salgadinho e tal, e ela faz torta e bolo. Mano, ó, muito bom! Eu falo pra ela direto: nosso sonho é abrir negócio de bolo, doce e salgado. Que é algo vai pra frente, aí ela desenrola. E ainda coloca uma menina pra trabalhar com ela. E aí: mão na massa!

A esposa diz logo em seguida: “e você fica de entregador?”

De entregador nada, vou ficar só na porta ali. Entregador vão ser outros. Tô fora!

A esposa diz: vai ficar só de patrão então? Aí não vale!

Só de patrão, só na contabilidade [Gustavo deu risada no final].

Sendo assim, apesar de as plataformas digitais frequentemente promoverem a ideia de uma “autonomia empreendedora” a partir de discursos como “trabalhar no seu tempo” e “ser seu próprio patrão”, as concepções de Gustavo sobre ser empreendedor não se alinham, de forma alguma, com o trabalho de plataforma. Não por acaso, quando sua esposa sugeriu que ele poderia ajudar no negócio familiar sendo o entregador, o mesmo exclamou: “Tô fora!”, como se fosse uma ideia impensável para ele. Por outro lado, a ideia de gerenciar um pequeno negócio de bolos, doces e salgados se tornou preferível, mesmo quando comparado a qualquer emprego com carteira assinada.

Sim, ter o próprio negócio. Se tiver condições financeiras sim, eu arriscaria. Eu falo pra ela: abrir um negócio não é fácil, tem gente que abre. E comida da 100% de lucro, se você gasta dois você vende a quatro. (...) Então se você estiver no ponto certo e no local certo é uma coisa que vai te levar a ganhar dinheiro.

A saída empreendedora emerge na narrativa de Gustavo na medida em que o próprio desmonte de garantia assistenciais por parte do Estado incide sobre sua vida, em paralelo ao desemprego e ausência de empregos estáveis. Paralelamente, o seu pessimismo quanto uma aposentadoria subsidiada pelo governo também se fez presente ao perguntarmos ao entrevistado se ele se imaginava com aposentadoria no futuro, o que

ele enxerga enquanto algo impossível, ao menos que tenha sucesso em seu próprio negócio.

Aposentadoria? Não! Esquece, esquece! A gente pode até se aposentar como nosso negócio próprio, fazendo ali um investimento. Mas se aposentar pelo governo mesmo? Esquece. Se aposentar com 80 anos? Morto!? Não dá mano, os caras querem que você trabalhe 65 anos.

Sendo assim, a partir das próprias vivências e percepções de Gustavo, fica claro que sua ideia de empreender não ocorreu de um dia para o outro, de modo automático ou interpelado passivamente de “cima para baixo”. Na realidade, o acúmulo de vivências negativas envolvendo tanto o Estado quanto um mercado de trabalho marcado por baixos salários e ausência de estabilidade parece ter deixado claro para Gustavo que seria preciso buscar outra alternativa.

Além disso, sua forma de enxergar o empreendedorismo não contempla os trabalhos por plataformas. Pelo contrário, as experiências diretas de Gustavo com a árdua realidade de entregador o levou a afirmar que as empresas plataformizadas “não estão nem aí para você”, e sendo preferível abrir seu próprio negócio de alimentos com sua esposa. É essa a aposta pessoal de Gustavo diante de um mundo do trabalho marcado pelo desemprego, informalidade e ausência de proteções sociais consequentes.

b) “Ciclismo é coisa de rico”

Juan é um jovem trabalhador de 23 anos e residente da cidade de São Paulo. Desde os 14 anos, precisou conciliar trabalho com seus estudos para ajudar sua mãe com as despesas de casa, o que não foi nada fácil considerando a dupla jornada de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Nesse sentido, chegou um momento em que o entrevistado precisou fazer uma difícil escolha: abandonar os estudos para trabalhar, uma vez que precisava atender às necessidades financeiras de curto prazo.

Teve um momento que eu tive que largar o estudo completamente, eu tinha 17 anos. Só trabalhava, não conseguia conciliar trabalho com estudo, porque eu trabalhava em restaurante, que foi uma das poucas áreas que eu consegui um emprego, por falta de estudo. Que engraçado né? Aí eu consegui parar, acho que foi ano passado, com 22 anos que eu tentei parar de trabalhar para seguir os estudos. Mas mesmo assim ficava muito na balança.

Como ressaltou Juan, ironicamente, quando precisou abandonar os estudos para trabalhar, não encontrou emprego com facilidade em virtude do ensino médio incompleto. O único trabalho que aceitou sua ausência de diploma escolar foi o de garçom, realizado de modo informal. Dialogando com as entrevistas anteriores, essa forma de vida precária, ainda muito cedo, caracteriza boa parte da juventude brasileira de baixa renda, em que não está determinado de antemão uma trajetória escolar linear em direção ao mercado (Abramo; Venturi and Corrochano 2020), sendo até mesmo problemático falar de uma “transição” para a vida adulta através do trabalho (Pais, 2016), já que muitos jovens trabalham antes mesmo de atingir maioridade, e principalmente em postos de trabalho informais.

Atualmente, embora esteja procurando um emprego com carteira assinada, Juan afirmou que nunca foi empregado sob regime de CLT. Na realidade, quando trabalhou um período no Habib's como jovem aprendiz⁵¹, a ideia era que fosse efetivado com carteira assinada futuramente. Contudo, sua efetivação nunca aconteceu.

Então, no Habib's era pra ser carteira assinada, mas eles acabaram não assinando. É que ali era muito caixa 02, muita coisa errada. Então eles deixaram um monte de funcionário sem assinar a carteira. Eles pegavam praticamente metade do salário pra eles e eu recebia outra metade.

Paralelamente às péssimas (e até ilegais) condições por trás de seu trabalho, Juan chegou a enfrentar dificuldades ao receber o pagamentos pelo seu expediente, afirmando que suas experiências laborais sempre tiveram um certo atrito envolvendo a figura do patrão, com inúmeros episódios de prolongamento de sua jornada laboral e roubo salarial, além de retirarem seu direito de almoço consideráveis vezes.

Com todos os patrões que eu tive foram muitos atritos, por direitos, às vezes por direito de almoço, de comer, de descansar, de uma folga. Desde compreender o funcionário, que está ali trabalhando 14, 16, 18 horas por dia ali pra eles, e eles tipo “cagarem”, mandar você chegar ainda mais cedo no outro dia. As vezes eles não pagavam, e às vezes pediam pra você chegar mais cedo, então era muito desgastante isso. E por isso tinha muita briga, já perdi muitos empregos por causa disso também, porque os caras preferem pegar pessoas que não têm conhecimento e explorar elas.

A consciência de Juan acerca da relação de exploração entre patrões e trabalhadores é evidente, tendo sido adquirida a partir de suas vivências enquanto jovem

⁵¹ A modalidade de Jovem Aprendiz é uma forma de inserir pessoas de 14 a 24 anos no mercado, e que buscam se capacitar de alguma forma. Apesar de ser o primeiro passo de muitos jovens brasileiros no mercado, tal modalidade abre espaço para relações de trabalho informais e de baixa remuneração, com a justificativa de serem somente “aprendizes”.

trabalhador informal, e que precisou se submeter a qualquer emprego que aparecesse em sua frente, perdendo, até mesmo, a oportunidade de continuar seus estudos, que só pôde retomar aos 22 anos.

Confrontado por uma realidade marcada por elevados atritos com seus patrões, Juan se sentiu atraído pela ideia de autonomia propagandeada pelas empresas de plataforma, de tal forma que começou a trabalhar como *bikeboy* para Ifood e Rappi, visando, principalmente, ter mais autonomia e se livrar da coerção patronal enfrentada em empregos mais tradicionais.

Não obstante, um aspecto de seu depoimento me chamou a atenção: por mais que grande parte dos *bikeboys* sejam jovens de baixa renda e que enfrentam o desemprego, Juan afirmou que o ciclismo constante exigido nesse tipo de trabalho seria “coisa de rico”, incompatível com a realidade de pessoas mais pobres.

Então, eu já cheguei a fazer Ifood e Rappi com Bike. Em relação a dinheiro eu acho até importante, só que assim, como a gente é pobre... Ciclismo é coisa de rico, tem que ter uma alimentação boa para você poder manter o ciclismo todo dia. Um entregador, se você fizer as contas, eles fazem tipo 50 km por dia! E se o cara não tem uma alimentação boa o desempenho dele não vai ser bom. E isso aconteceu comigo, eu comecei a pedalar muito para ir atrás de dinheiro, mas as condições alimentares não ia... dificuldade física, isso acabava também mexendo no desemprego do trabalho, da entrega. (...) Tinha que pedalar muito, todo dia.

Desse modo, mesmo trabalhando como *bikeboy* durante um determinado período, as dificuldades financeiras do entrevistado impediam que este pudesse se alimentar adequadamente e ter o desempenho necessário para realizar as inúmeras entregas diárias visando uma renda mínima. Apesar de seu forte depoimento, empresas como a Ifood afirmam que existem muitos “benefícios” em ser um *bikeboy*, uma vez que promoveria um mundo mais sustentável, mais agilidade por parte do entregador e maior inclusão àqueles que não possuem carteira de habilitação.

Ifood: As vantagens para quem faz entregas de bike são para os entregadores e para o meio ambiente. Para os parceiros da iFood, os benefícios vão incluir bem-estar, melhora na qualidade de vida e maior liberdade de movimento no trânsito, especialmente nas grandes capitais.⁵²

Tendo em vista tal discurso inclusivo e “sustentável”, típico das empresas de aplicativos que moldam um capitalismo idílico em suas narrativas (Ravenelle, 2019),

⁵² Mais informações disponíveis [aqui](#). Acesso em 25/11/2024.

está claro como a realidade vivida por Juan se contrasta e se opõe a narrativa pregada pela Ifood sobre seus “parceiros” entregadores.

De acordo com o entrevistado, um entregador deve pedalar quantidades desumanas para garantir um mínimo de sustento. Além disso, em oposição a qualquer “bem-estar” ou “melhoria na qualidade de vida”, Juan notou uma queda de desempenho por não suportar as dificuldades físicas que envolviam pedalar cerca de 50 quilômetros por dia, algo praticamente impossível para uma juventude de baixa-renda e que não possui, muitas vezes, um nível de alimentação requerido para o ciclismo diário.

O fato dos *bikeboys* precisarem pedalar inúmeros quilômetros para conseguir uma renda mínima também entre em choque com o discurso de maior flexibilidade de horários propagandeado pela plataforma, já que tal flexibilidade perde espaço para uma inflexível jornada extenuante, somado às excessivas sequelas físicas que não desaparecem de um dia para o outro (Gonsales, 2023).

Ao longo de nossa entrevista, Juan também havia me contado que um dos principais motivos de ter se arriscado como *bikeboy* foi a possibilidade de obter maior autonomia em suas atividades, sem a figura do patrão que, negativamente, marcou suas experiências laborais anteriores. Contudo, a ideia de ser um “autônomo” através de trabalhos por plataforma logo se mostrou falsa para o entrevistado, que notou como também ficava preso às jornadas excessivas de trabalho.

E também, o entregador acaba saindo de um confronto de trabalho, mas entra em outro! Ele é um autônomo, mas você fica meio que preso da mesma forma, você vê que os caras ficam 12 horas trabalhando, 14 horas. Aí você vê o pessoal cansado, trabalhador cansado. (...) O pessoal tenta sair mas acaba não saindo (...) A pessoa tem que pagar a gasolina, a pessoa tem que pagar a bike, a bike quebra, aí às vezes o dinheiro que a pessoa fez em um dia já gasta no dia mesmo. Aí acaba não compensando...

Desse modo, o depoimento de Juan acerca de sua realidade desafia a narrativa de “maior autonomia” difundida incessantemente pelas plataformas digitais. Mais ainda, as excessivas horas de trabalho relatadas tanto por Juan quanto por Gustavo evidenciam uma *tendência de regressão*: o retorno a uma era de exploração através de longas jornadas laborais (Ravenelle, 2019), semelhante ao período do capitalismo industrial do século XIX (Antunes, 2023).

Após inúmeras desavenças com patrões ao longo de sua trajetória informal e, mais recentemente, seu desencanto diante da idílica promessa de autonomia pelas plataformas digitais, Juan está buscando um trabalho CLT. Não obstante, ao nos contar sobre suas vontades para o futuro, o entrevistado afirma que enxerga o

empreendedorismo enquanto a melhor saída para uma vida mais tranquila e ideal, mesmo sabendo das dificuldades existentes em começar a empreender.

Eu já pensei, já comecei a empreender, mas eu acho que é [preciso] muita estrutura. Infelizmente tem que ter uma renda para você começar alguma coisa, tem que ter um lugar, tem que ter um espaço, um estudo, uma orientação de alguém. Então, tipo, você começar sozinho dá. Uma coisa é começar em casa, fazer pão, essas coisas. Mas se a pessoa não tem nada, não tem casa. Mas o empreender eu acho que é o ideal de muita gente que trabalha para os outros. Acho que esse é o ideal. É coisa que eu estudo também desde moleque, que é vendas, empreender. Já busco mais essa área, que é uma área que eu sei que tem uma saída ao invés de você ficar preso, trabalhando para os outros atoa.

É importante ressaltar que a concepção empreendedora de Juan, assim como a de Gustavo, também está deslocada das plataformas digitais, posto que suas experiências como *bikeboy* evidenciaram a dominação algorítmica. Mais ainda, o ideal empreendedor, segundo o próprio entrevistado, ocorre em contraposição a uma realidade de “ter que trabalhar para os outros atoa”, o que seria como viver uma vida sem um propósito real.

Além disso, Juan afirma que aprendeu a desenvolver habilidades relacionadas à venda desde quando era mais novo. No entanto, quando nos contou mais de sua experiência na área, o entrevistado estava se referindo ao momento em que trabalhou como vendedor de rua, vendendo produtos variados e com apenas 14 anos de idade.

Então, eu comecei vendendo [por conta própria] bala, água no semáforo, na rua, escolas, e aí às vezes eu vendia pão que minha mãe fazia também. Então foi muito isso, aí só depois eu comecei a trabalhar com vendas, porque era uma coisa que eu não precisava de CLT e nem ser contratado, eu só comprava o produto e vendia. Aí comecei a fazer isso com fones, carregadores, aí começou a levantar uma grana.

Tal condição de vendedor, a qual sabemos ser extremamente precária uma vez que envolve venda de produtos na rua ou em locais ilegais (como dentro dos metrô de São Paulo), era, no entanto, vista e internalizada por Juan como um caminho empreendedor a ser seguido. Apesar da condição informal, incerta e dificultosa das vendas ambulantes de rua, o fato de não estar “trabalhando para os outros atoa” valeria o esforço.

Ou seja, Juan parece abraçar as ambições empreendedoras enquanto uma possível alternativa a um mundo do trabalho precarizado e que, desde cedo, marcou sua trajetória pessoal. Mais ainda, suas concepções parecem mesclar uma consciência de

classe acerca da exploração patronal enquanto simultaneamente abraça o empreendedorismo enquanto alternativa viável, exemplificando a forma complexa e multifacetada que a consciência pode emergir das experiências da classe trabalhadora (Thompson, 1998).

4.5 O ideal empreendedor diante de coerções patronais e ausência de perspectivas

No tópico anterior, busquei demonstrar como trabalho plataformizado e desemprego podem fazer parte de uma mesma trajetória individual, aparecendo e re-aparecendo ao longo da vida de muitos jovens trabalhadores. Não por acaso, a primeira entrevista apresentada neste tópico contará com mais um jovem que já trabalhou como *bikeboy* na capital paulista, mas que teve um desfecho trágico no mesmo dia em que começou a realizar suas entregas. Além disso, embora a questão do empreendedorismo já tenha se manifestado fortemente no tópico anterior, aqui trataremos de outros dois casos sobre como jovens trabalhadores concebem a possibilidade de empreender.

Desse modo, em diálogo com o tópico anterior em considerar as próprias experiências e narrativas dos trabalhadores aqui entrevistados, será feita uma posterior reflexão no que tange a atual ascensão da retórica empreendedora - que parece ganhar terreno em um cenário de alta informalidade, desemprego, e baixos salários. Tal retórica encoraja os indivíduos a se tornarem empresários de si mesmos (Dardot e Laval, 2016), além de justificar a falta de emprego enquanto produto de escolhas pessoais e/ou carência de preparação individual (Purser e Hennigan, 2018).

a) “Mano... e não é que eu fui atropelado?”

Leonardo é um jovem trabalhador residente de São Paulo e que estava desempregado há apenas duas semanas antes de nossa entrevista. Apesar de ter apenas 21 anos, o mesmo já possui uma longa trajetória de trabalho, encontrando dificuldades em lembrar de todos os seus empregos.

Mano... Meu primeiro trabalho foi com 15 [anos], foi nos correios, registrado, daí depois eu sai do correio e entrei em um de garçom, num restaurante japonês, horrível! Muito ruim! É que você fica de pé absolutamente o tempo todo e eles te pagam mó mixaria! Aí você fica: caramba! Não dá almoço no local, não dá! Um restaurante que não dá almoço porque serve só comida japonesa? Ah vai se fuder! Dá comida japonesa pra nois almoçar tio! Cê tá

tirando. Não davam almoço! (...) Aí depois de dois anos eu arrumei esse serviço de garçom. (...) Horrível! Fiquei uma semana, e fui pra outro, uma padaria. Mano do céu, essa padaria me deu mó caô. Aí fiquei dois dias nessa padaria e falei: não, não vou, não aguento, não tem como! Eles estavam reformando, deixando bem chique memo! Aí mano, um monte de caixa de vinho no segundo andar. Aí me falavam: “desce todas!” E eu descia todas. “Coloca na prateleira!”, e eu colocava os vinhos todos na prateleira só pra ele ver como ficava mano! Pro chefe ver como ficava na prateleira! Nem era pra deixar! Tirei tudo lá de cima, coloquei na prateleira, aí ele: “pode subir tudo! Pode pôr na caixa de novo e subir tudo.” Aí eu falei: meu Deus! Eu fiz isso mas no outro dia não fui mais trabalhar! Falei: Não, deixa esse cara se fuder! Tá tirando, achando que eu sou palhaço...

Apesar de não termos chegado ao final da trajetória laboral de Leonardo, já é possível notarmos o forte atrito que o mesmo teve com patrões e gerentes ao longo de seus trabalhos, em que o entrevistado se sentiu à vontade para contar detalhadamente sobre momentos específicos desses empregos. Chama a atenção, ainda, o fato de Leonardo ter começado a trabalhar com apenas 15 anos de idade enquanto estudava, contrapondo, mais uma vez, o mito de uma juventude que só estuda para depois trabalhar.

Mais adiante, perguntei se os trabalhos realizados por Leonardo foram com carteira assinada ou informais, com sua resposta sendo uma espécie de mistura entre as duas categorias empregatícias.

Então, o dos correios foi carteira assinada, eles pagavam seu curso, tudo. Garçom e padaria eu fiquei pouco tempo, porque se não iam assinar a carteira. (...) Agora [último emprego antes da entrevista] eu estava num serviço registrado também, só que num hotel. Eu tava num Hotel trabalhando de ajudante de cozinha, eu estava registrado como faxineiro né. Mas tudo desregulado, pensa num restaurante, mano, podre! (...) Vou falar pra você mano: eu limpava tudo! (..) eu tinha que lavar tudo. Mano, eu falei: Meu deus! Tava tudo muito sujo! Mas lavei tudo, deixei tudo tinindo! (...) E não é que chegou quarta-feira de manhã e o chinês [seu chefe] chegou, pegou uma panela cheia de sopa e virou em cima de tudo? Só virou assim, abriu as torneiras, virou tudo em cima, abriu as torneiras. E eu assim: querendo dar um soco na cara dele e falar “Mano! Limpei tudo ontem”. Mas aí, a fiscalização bateu lá, bateu seis agentes da fiscalização e falaram: “fecha isso aqui!” Mas foi só a fiscalização ir embora que eles começaram a abrir e servir comida de novo, e muita barata, muito bicho, tá ligado?

Para além dos atritos mais uma vez constatados na trajetória de Leonardo, agora envolvendo o chefe que teve quando trabalhou em um restaurante chinês, é interessante notarmos que, embora Leonardo tenha sido contratado com carteira assinada como faxineiro, o mesmo passou por péssimas condições de trabalho realizando funções que não tinham sido combinadas anteriormente, somadas à insalubridade higiênica do local, a ponto de agentes de fiscalização fecharem o restaurante em que trabalhava.

Sendo assim, o depoimento de Leonardo nos informa algo importante: carteira assinada não é sinônimo de um trabalho mais “justo” ou completamente regulado. Ao contrário, muitos empregos sob o regime de CLT ainda podem apresentar elementos extremamente degradantes e penosos para a classe trabalhadora, principalmente tendo em vista os processos históricos e sociais que marcaram o mercado de trabalho brasileiro (Abílio, 2017).

Mais ainda, o fato de as condições de trabalho tanto formais quanto informais não terem se diferenciado tanto na experiência de Leonardo, gerou uma resposta diferente dos demais entrevistados quanto a sua preferência por carteira assinada: embora os outros jovens que entrevistei, em sua grande maioria, afirmem sua preferência por regime de CLT, Leonardo pensa no tema de modo mais estratégico diante de sua realidade particular.

Teria preferência por informal. Porque se eu tiver minha carteira registrada agora, no momento, eu perco esse seguro-desemprego né. (...) Então, por enquanto, pra garantir esse seguro aqui, eu vou arrumar um serviço informal, um freela né.

E quando acabar o seguro-desemprego?

Aí eu procuro um registrado, porque é bem melhor um registrado né! Ou vou trabalhar por mim mesmo!

A partir desse depoimento, fica evidente a forma como muitos jovens aprendem a “se virar” diante de uma realidade submersa no desemprego, precariedade e ausência de seguridade social, elementos constitutivos do mercado brasileiro desde sua formação (Abílio, 2017).

No caso exemplificado, embora prefira trabalhar com carteira assinada, Leonardo estava procurando um trabalho informal, uma vez que tinha acabado de conseguir um seguro-desemprego através do CATE, o que possibilitou uma renda mínima para suprir algumas necessidades existentes. Desse modo, ao invés de colocar essa renda advinda do seguro em cheque, o entrevistado espera encontrar um emprego informal para somar com o recurso social, uma estratégia de sobrevivência face a um mercado de trabalho marcado por empregos de baixa renda.

Caso o cenário fosse outro, Leonardo afirmou que teria preferência por um trabalho com carteira assinada, ou, caso contrário, optaria por “trabalhar por ele mesmo”. Essa segunda opção será algo que trataremos posteriormente, em paralelo à

sua concepção no que diz respeito ao empreendedorismo, e que será fundamental para entendermos o que Leonardo quis dizer com tal afirmação.

Diante de uma realidade marcada por desavenças com patrões, resolvi perguntar a opinião do entrevistado acerca de sindicatos, e como ele concebia organizações coletivas tendo em vista as péssimas relações vividas com empregadores, sua resposta foi dita com extremo entusiasmo.

Eu acho uma boa ideia! É uma boa ideia, muito bom ter isso e fazer isso. Todo mundo junto se reunir pra aumentar os salários! Pra beneficiar a gente em alguma coisa, porque só os patrões se beneficiam, aí não tem como! Porque só quem enriquece é eles! E nós só fica na merda! O dinheiro que nós ganha só sustenta nós e o resto que nós ganha vai pra eles, eles enriquecem, enriquecem os filhos da puta. São tudo patrões safados.

Como demonstra nosso trabalho empírico até aqui, muitos dos jovens entrevistados tinham clara consciência acerca dos atritos entre patrão e trabalhador, de tal forma que, em oposição a narrativa que ressalta um mercado “sem coerção” e de “mútuo interesse” em virtude da “livre competição” (Hayek, 1990; Mises, 1998), o que a experiência desses jovens trabalhadores nos revela é a clara relação de exploração de uma classe sobre outra.

Não por acaso, as experiências negativas com seus antigos patrões geraram uma consciência clara a Leonardo acerca do conflito entre seus interesses e os daqueles que o empregavam, o que o levou a buscar uma nova forma de evitar essa figura incômoda do superior: trabalhar enquanto *bikeboy* por aplicativo na capital paulista, usando uma bicicleta alugada. No entanto, eu fiquei surpreso quando Leonardo apontou para uma grande cicatriz debaixo de seu olho direito, e que eu já havia notado logo no início de nossa entrevista.

Eu já fui [entregador]! Aqui: essa cicatriz aqui foi com isso! Cheguei a tramar com aplicativo também pô, fazer o que mano! (...) De bike, eu aluguei a bike ali na liberdade e fui tramar. Um parceiro meu me mostrou o extrato [dele] e mano, ele fazia 1200 por semana de bike! aqui no centro! Aí eu falei: o que!? (...) Eu recebendo 1700 por mês registrado e o mano tirando 4000 no mês, trabalhando de bike. (...) Aí no primeiro dia eu comprei a bag e assinei o plano. (...) Aí na minha folga eu fui [trabalhar de entregador]. Mano... e não é que eu fui atropelado? O ônibus me bateu... o ônibus atropelou tudo, não sobrou nada da bicicleta, ainda bem que eu voei, como eu sou magrinho né, na hora do baque eu voei longe, dei três cambalhotas, ele [o ônibus] passou por cima da bike, estraçalhou tudo a bike. E sorte minha que tinha um hospital do lado, aí o hospital particular saiu, me socorreu, ainda bem que não cobraram nada também. (...) Foi no primeiro dia que eu fui tramar mano! Só que eu fui tramar na paulista, e a paulista é muito movimento, muito carro mano! Muito carro...

Em virtude de sua delicada condição financeira, Leonardo precisou alugar uma bicicleta para trabalhar como *bikeboy*, durante os períodos de folga de seu outro trabalho sob regime de CLT. Ou seja, o trabalho por plataforma surgiu enquanto uma espécie de segunda renda para Leonardo, que ressaltou os baixos salários de seu primeiro emprego, precisando conciliar duas atividades distintas e elevar sua jornada de trabalho para conseguir um salário minimamente satisfatório.

De início, Leonardo se mostrou claramente empolgado com essa possibilidade de trabalhar em uma plataforma, principalmente ao saber da experiência de seu amigo que estava, segundo ele, ganhando bem mais se comparado a um emprego CLT. Contudo, a empolgação durou pouco: no primeiro dia de trabalho, Leonardo foi atropelado por um ônibus enquanto fazia entregas na avenida paulista, uma das avenidas mais movimentadas da cidade de São Paulo.

Ou seja, fazendo jus aos elevados número de acidentes envolvendo entregadores por aplicativos⁵³, a passagem de Leonardo como trabalhador plataformizado foi breve, estando impossibilitado de ser *bikeboy*, já que a bicicleta alugada foi destruída, resultando em dívidas a pagar para compensar a perda do veículo que também não era seu. Não obstante, quando perguntei se o entrevistado ainda tinha interesse em trabalhar como entregador de aplicativo, sua resposta foi positiva mesmo após o acidente.

Eu acho interessante, eu recomendo, eu recomendo pra alguém que não está trabalhando, e quer trabalhar no horário que quer, quando quiser, folgar quando quer. O aplicativo da bike é da hora. Só que precisa ter um celular né, querendo ou não necessita de um celular.

Aqui, é possível observarmos um dos aspectos centrais promovidos pelas plataformas digitais: a ideia de autonomia—trabalhando quando quiser e tirando folga quando tiver interesse. Diferentemente tanto de Gustavo quanto de Juan (ver tópico anterior), que enfatizaram a necessidade de trabalhar incontáveis horas para sobreviver na plataforma, Leonardo parecia mais convencido da prometida autonomia pela economia digital. No entanto, é importante notar que sua experiência como entregador por aplicativo foi breve, durando menos de um dia, enquanto os outros entrevistados trabalharam como entregadores por um período considerável.

Apesar do posicionamento positivo de Leonardo ter me parecido inesperado inicialmente, na verdade enfatiza uma questão social mais profunda: ele ainda

⁵³ Segundo reportagem, motociclistas são as maiores vítimas de acidente de trabalho no Brasil. Mais informações podem ser acessadas [aqui](#). Acessado em: 25/11/2024

recomenda o trabalho de plataforma àqueles que estão desempregados, enfatizando que o desemprego em si também representa grandes ameaças de sobrevivência, especialmente em um contexto neoliberal, em que assistências sociais estão em constante erosão (Harvey, 2008).

Sendo assim, a proliferação de empregos precários (como os de plataforma) ocorre em um terreno de maior vulnerabilidade, com as taxas de desemprego pressionando os trabalhadores (especialmente jovens e de baixa renda) a aceitarem qualquer trabalho disponível face à ameaça do desemprego. Não por acaso, retrocessos econômicos impulsionam uma participação maior de trabalhadores na economia digital (Huang, Burtch, Hong, Pavlou, 2020).

Contudo, apesar de Leonardo continuar enxergando no trabalho plataformizado uma alternativa interessante à sua condição atual, esse não é mais o seu principal desejo. Conforme destacou, o entrevistado está pensando em uma nova alternativa diante do cenário atual: a possibilidade de se tornar empreendedor.

É isso que eu tô pensando! Estou pensando em empreender (...) Eu conheço uma adega que vende tudo no precinho, só que o carrinho de mão tá muito caro mano! Cê é doído, 1000 reais um carrinho de mão. (...) Usado é 650, 500 reais. (...). Mas eu vou pra Pirituba, vou passar em uns ferros velhos, vou ver se tem uns carrinhos de mão mais em conta. Aí vou pegar dois isopores grandões, vou passar na adega que eu tenho tudo no precinho, vou comprar as bebidas e vou colar na Augusta, ou aqui na 7 de Abril na República, com o carrinho.

Tendo em vista as experiências negativas de Leonardo no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao seus superiores, a narrativa empreendedora parece florescer em um contexto de sua vida onde relações de trabalho precárias e assédio patronal prevalecem. Como resultado, os valores empreendedores surgem como uma espécie de “válvula de escape” desses problemas, oferecendo a possibilidade de evitar o controle despótico do patrão.

No entanto, me chamou a atenção o fato de que as concepções empreendedoras de Leonardo estão ligadas à possibilidade de se tornar vendedor ambulante, tendo como tática comprar produtos mais baratos de uma adega e vendê-los por um preço maior em pontos estratégicos de São Paulo— uma possibilidade muito semelhante a de Juan, que também alinhava o empreendedorismo com a ideia de se tornar vendedor de rua. Para ter sucesso em tal empreitada, Leonardo explicou sua ideia de vender produtos a um preço mais elevado, em paralelo a possibilidade de adquirir um carrinho de mão mais barato no ferro velho.

Situações como essa exemplificam o que Gago (2018) se refere enquanto uma espécie de *empresalidade popular*, enfatizando as diversas práticas e estratégias econômicas que trabalhadores mais vulneráveis podem empregar para sobreviver em uma economia neoliberal, particularmente na América Latina. Essa forma de empresariedade, marcada por uma “auto responsabilização” no que tange às possibilidades sociais, envolve uma certa ideia de liberdade por parte de Leonardo, uma vez que, apesar de não ter qualquer garantia, o entrevistado busca contornar a tradicional forma de subordinação e obediência que marcou suas relações de trabalho anteriores.

Para Leonardo, apesar das dificuldades em se tornar um vendedor ambulante, essa é a estratégia que ele encontrou para se livrar da coerção patronal - uma experiência que moldou sua vida significativamente. Desse modo, o entrevistado também refletiu sobre os possíveis desafios que poderá enfrentar sendo vendedor de rua.

No começo, sem autorização vai ser meio complicado ficar vendendo na rua, mas qualquer fita eu levanto o carrinho e saio correndo! Tô é nem vendo! (...) É uma alternativa bem boa, é só ter disposição né? Pra vender, pra pegar o carrinho, comprar uns bagulhos e sair vendendo.

Em seu depoimento, é possível notar um aspecto que marca qualitativamente o “empreendedorismo de massas” difundido pelo neoliberalismo: a ideia de se virar em condições extremamente adversas, e com total responsabilidade sobre seus atos e consequências (Purser, 2012; Gago, 2018; Dardot e Laval, 2016). No seu caso, Leonardo já supõe que, em virtude do assédio frequentemente enfrentado por vendedores ambulantes pelas autoridades policiais, precisará bolar formas de evitá-los, nem que seja “sair correndo.” Para isso, bastaria ter a disposição necessária.

Além disso, o confronto de trabalhadores informais com autoridades policiais, também evidenciado no caso anterior de Gustavo, elucida uma relação antagonica em relação ao Estado, podendo gerar novas percepções aos trabalhadores acerca do aparato estatal e sua eficácia em constantemente reprimi-los, principalmente aqueles mais economicamente vulneráveis (Agarwala, 2018).

Trabalhadores que atuam em espaços públicos—vendedores ambulantes, trabalhadores do transporte e catadores de lixo—são principalmente constrangidos por relações antagonicas com as autoridades locais de fiscalização, em vez de padrões tradicionais. (...) Ao fazer isso, os trabalhadores informais estão expandindo a definição restrita de 'exploração', de empregador para empregado, arraigada nos contratos sociais do século XX, para incluir eixos adicionais de exploração, como de Estado para trabalhador. (Agarwala, 2018, p.15 - Tradução do autor)

De qualquer forma, é essa a alternativa que Leonardo buscará para seus próximos passos, uma concepção empreendedora que também aparenta surgir das ruínas de um mundo do trabalho precarizado e com a clara relação de exploração, ganhando força na subjetividade popular diante de uma interpretação de mundo específica, calcada a partir de experiências cotidianas daqueles que devem aprender a se virar e sobreviver dentro de um mercado de trabalho coercitivo e sem maiores perspectivas.

b) “Se eu tiver minha própria empresa, eu acho que eu vou conseguir ter uma vida estável (...) uma vida boa”

Mathias é um jovem trabalhador de 24 anos nascido na capital paulista. No momento de nossa entrevista, ele afirmou que estava morando com sua mãe, porém “quase sendo expulso” por não conseguir permanecer em um emprego fixo. Quando adolescente, o entrevistado havia sofrido um acidente de moto, resultando em uma complicação física que o impossibilitou de frequentar o ensino médio por um determinado período de tempo.

Apesar de afirmar que queria ter voltado a estudar se tivesse a oportunidade, as dificuldades financeiras que sua mãe enfrentou após o falecimento de seu pai fez com que Mathias não conseguisse retomar seus estudos, mesmo após ter se recuperado do acidente. Sendo assim, precisou adentrar o mercado de trabalho ainda muito jovem.

Meu primeiro emprego foi trabalhando na ótica Diniz, na Lapa. Não, na verdade foi na Tent Beach, eu passei por um processo seletivo lá, mas não consegui me adaptar direito com o serviço, porque lá foi muita correria. Aí eu fui pra Ótica Diniz. E depois de lá eu fiz um curso de salvamento aquático, como salva vidas. Aí eu trabalhei tipo em uns clubes nesse período. Mas aí veio a pandemia, quando veio a pandemia é que eu perdi meu emprego. Aí desde lá até então eu nunca mais trabalhei com carteira registrada.

Mas depois da pandemia você chegou a trabalhar de alguma outra forma?

Eu vivo de bico onde em dia, vivo de bico e vendo paçoca na rua, faço qualquer coisa para poder estar ganhando dinheiro.

Conforme demonstra o depoimento do entrevistado, o avanço da pandemia da COVID-19 incidiu diretamente sob sua trajetória laboral, na medida em que clubes aquáticos foram fechados enquanto trabalhava como salva-vidas, resultando, assim, no desemprego de Mathias.

Considerando que alguns locais públicos voltaram a funcionar (ainda que com algumas restrições) a partir de meados de 2021, me chamou a atenção o fato de o entrevistado nunca mais ter trabalhado com carteira assinada desde o momento de nossa entrevista (abril de 2024). Pelo contrário, sua renda estava à mercê de eventuais bicos, além de vender doces na rua para arrecadar qualquer forma de renda. Fora isso, Mathias estava há cerca de 2 anos sem um emprego minimamente estável.

Vai fazer 2 anos que eu estou desempregado mesmo, sem arrumar nenhum trampo, só de trampo híbrido sabe? Tô vivendo de “picadinho”. Todos esses dois anos eu estou procurando emprego, mas acho que é a questão do estudo, né? Que complica um pouco. Porque agora o mercado de trabalho está precisando de bastante jovens, mas também com uma qualificação profissional né? É o que a receita procura.

Apesar de ter sofrido um acidente na adolescência e ter enfrentado o desastre social advindo da pandemia da COVID-19 (com todas as implicações que tal cenário resultou para os milhares de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros), Mathias parecia olhar, principalmente, para sua própria pessoa no que tange os motivos de não conseguir um emprego mais estável.

Além de evocar a ausência de ensino médio completo, ele reconhece que o mercado está precisando de jovens, porém de jovens mais “qualificados” profissionalmente. Mais ainda, o fato de Mathias morar em Pirituba (região mais afastada do centro), fez com que o mesmo passasse por dificuldades em chegar até o local de trabalho ou se manter em um emprego ao longo dos anos, resultando inclusive em demissões por parte de seus superiores.

[Já me atrasei] muitas vezes. Aonde eu moro às vezes acontece enchente, aí para tudo cara! Aí o trânsito fica aquele caos. (...) Eu sou de Pirituba, aí já perdi emprego por causa disso, de chegar atrasado e ficar com vergonha de falar para o meu gerente, pro cara que me contratou, e falar o que aconteceu. Aí já acabei perdendo serviço por causa disso...

Para além de questões envolvendo dificuldades de se locomover por São Paulo, Mathias afirma que, o fato de morar em uma região mais carente de Pirituba, fez com que ele enfrentasse preconceitos por parte de patrões que o contrataram na época em que era salva-vidas, e também por parte de clientes do local, já que eles o relacionavam como alguém de uma região menos favorecida de São Paulo.

Já tive questões de preconceito, em questão de onde eu morava. Tipo, questão de preconceito já teve, já teve várias coisas. (...) É que o clube que eu estava [trabalhando] era clube de *boy* né? Aquelas pessoas que tem renda melhor né.

Aí vai lá e fala: ah eu moro na favela. Aí já acham que você vai pegar alguma coisa. É uma sacanagem. E olha que nem sou tão de favela assim!

Mais adiante, considerando as dificuldades de inserção laboral que Gustavo enfrentou após o período pandêmico, perguntei sua opinião acerca de possíveis auxílios sociais que poderiam tê-lo ajudado no momento em que ficou mais de dois anos desempregado. Surpreendentemente, sua resposta foi negativa diante de auxílios proporcionados pelo Estado, mais especificamente aquele que foi concedido durante a pandemia.

Eu acho que depende das medidas. Porque o brasileiro é um pouco acomodado, né? Quando veio o auxílio da pandemia eu acho que foi o que deu uma bolha no nosso sistema! Eu acho que foi o que quebrou um pouco da nossa verba. (...) Seria bem melhor se o governo desse uma qualificação profissional, um auxílio de qualificação profissional e depois o profissional estar ali pagando de volta. Acho que seria bacana.

Apesar de ser contrário a auxílios sociais que, segundo ele, podem deixar o indivíduo “acomodado”, Mathias defende a existência de qualificações ou auxílios que, posteriormente, cobrem os trabalhadores de volta de alguma forma. Desse modo, suas ideias parecem se relacionar com as próprias políticas de cunho mais neoliberal anteriormente analisadas, que buscam a inserção social mediante financeirização ou endividamento daqueles que são beneficiados, como é o caso do FIES.

Diferentemente dos outros entrevistados que enxergavam de modo positivo medidas como o seguro-desemprego, Mathias ressalta o perigo de tais medidas em “acomodar” aqueles que fossem contemplados por tais auxílios, e ressaltando ressaltando que, ao seu ver, recursos dados no momento da pandemia foram o que deram a “bolha” no sistema, no sentido de prejudicar a economia.

Ao longo de nossa entrevista, também perguntei a Mathias se, considerando as dificuldades que encontrou para encontrar um emprego, já considerou os trabalhos por plataformas digitais. Embora nunca tenha trabalhado como motorista ou entregador de aplicativo em virtude da ausência de veículo apropriado, o entrevistado se mostrou entusiasmado com tal possibilidade.

Muito top! Eu gosto, eu super adoro! Dependendo da plataforma, pelo fato de você estar livre, sabe? Você pode fazer seu próprio horário, podendo estar aonde você quer estar. Tipo, beleza que você vai ter que fazer as entregas certinho, mas o fato de não ter aquele patrão te cobrando 24 por 48. Só tem o fato de você precisar entregar a entrega do cliente, ser gentil com ele, e fazer seu papel e ele fazer o papel dele!

O entusiasmo de Mathias diante dos trabalhos em plataformas digitais parece advir, principalmente, de sua concepção acerca de uma possível autonomia de “fazer seu próprio horário” e não ter a figura do patrão “te cobrando 24 por 48”. Além disso, pesquisas anteriores enfatizam que a adesão aos trabalhos digitais também pode advir da própria dificuldade por trás de empregos tradicionais que envolvam se mudar para outras regiões ou realizar trajetos longínquos até o local de trabalho (Huang, Burtch, Hong, Pavlou, 2020), algo que marcou a vivência de Mathias ao se locomover pela capital de São Paulo.

No entanto, é interessante ressaltar que a perspectiva de Mathias, ao dialogar com o discurso promovido pelas plataformas digitais sobre ter mais liberdade e autonomia, se contrasta com as narrativas dos trabalhadores aqui entrevistados e que efetivamente trabalharam com plataformas digitais por tempo considerável. Diferentemente de Gustavo e Juan, mas semelhante a Leonardo, Mathias enxerga as plataformas digitais enquanto um possível subterfúgio às mazelas advindas de empregos tradicionais, tal como a própria figura opressiva do patrão, que também foi ressaltada em seu depoimento, e mais uma vez enfatizando a consciência dos entrevistados acerca da exploração no que tange a relação entre patrão e trabalhador.

Contudo, mesmo sentindo-se empolgado com a possibilidade, Mathias afirmou que seu principal objetivo de vida não está relacionado aos trabalhos por plataforma, mas sim em buscar ter seu próprio negócio através do empreendedorismo, com o sonho de se tornar um músico de sucesso e, assim, abrir sua própria gravadora musical.

Eu tenho a ideia de música, eu quero ser um músico. Eu gosto de cantar, gosto de compor. Em questão disso, queria um dia fazer uma música boa, dar uma estourada por aí. E logo abrir minha própria produtora, realizar o sonho que eu tinha com meu pai. Meu pai era DJ também, além de salva-vidas e bombeiro.

Para além do desejo de ser um músico bem sucedido, as aspirações empreendedoras de Mathias estão entrelaçadas com a memória afetiva de seu falecido pai, que também era músico e, dentre outras coisas, salva-vidas, um caminho que Mathias também buscou em sua própria trajetória individual, como visto anteriormente. Não obstante, de acordo com o entrevistado, seus planos para atingir sua meta empreendedora estão parados em virtude das dificuldades financeiras e ausência de emprego fixo que o possibilitasse poupar alguma renda, somado ainda às brigas com

seus familiares que incidem, direta e indiretamente, sobre sua própria condição emocional.

Estou com um sentimento meio que, sabe, meio de se sentir esquecido. Um sentimento meio ruim, sentimento de: caramba meu, tô querendo fazer tudo certo, mas está dando tudo errado, sabe? E também tá muito tenso, muitas brigas dentro de casa, várias coisas, sabe? Várias coisas, e que às vezes deixa nós triste e até sobrecarregado, né?

As dificuldades de inserção laboral, somadas ainda às questões familiares, acabam por imprimir um claro sentimento pessimista e sem muitas expectativas dentro da narrativa de Mathias, que se sente “esquecido”, como se estivesse fazendo tudo “errado”, o que dialoga com os sentimentos de sentir-se à deriva e sem rumo estabelecido, comum a própria condição de estar sem um emprego garantido (Sennett, 2006; Wickert, 2006). Mais ainda, desde o advento da pandemia, o entrevistado afirma que sua vida nunca mais foi a mesma, já que percebeu episódios mais frequentes de angústia e ansiedade.

Aqui, é possível questionarmos de que maneira o ideal empreendedor poderia, de fato, se manifestar enquanto alternativa efetiva para uma juventude que, muitas vezes, não encontra possibilidades de terminar seus estudos, ou se manter materialmente em um mercado de trabalho completamente saturado, prejudicando qualquer planejamento financeiro a longo prazo que seria essencial para se pensar em abrir um negócio próprio, além das angústias emocionais advindas por questões familiares. Ou seja, apesar de possuir um sonho bem delineado que envolve se tornar um produtor musical, o modo empolgado que Mathias tratou desse assunto logo se esvaiu quando contemplou as dificuldades financeiras que, atualmente, impossibilitam seus planos.

De qualquer modo, o entrevistado deixa claro que continuará lutando para tentar materializar sua alternativa empreendedora, uma vez que uma vida marcada por bicos e desavenças com aqueles que o empregaram não compensaria ser vivida. Mathias também tem claro em sua concepção que uma possível estabilidade financeira futura não será advinda de qualquer auxílio social por parte do Estado, mas dependerá de seu sucesso como empreendedor. Não por acaso, ao questioná-lo sobre a possibilidade de aposentadoria, sua resposta contra o governo foi evidente.

Com esse governo que está aí agora eu acho que não. (...) Aposentadoria não, mas se eu tiver minha própria empresa, eu acho que eu vou conseguir ter uma vida estável e vou poder viver do meu sonho, uma vida boa. Mas aposentadoria eu acho que não vou conseguir aposentar tão cedo não, ainda mais com esse aumento que teve ultimamente...

Novamente, considerando os escassos recursos sociais e a ausência de perspectivas em um mundo do trabalho marcado pela precarização, para Mathias está evidente que a possibilidade de uma vida boa e estável só será possível através da alternativa empreendedora de virar um produtor musical bem sucedido, além de carregar consigo a noção de que não se pode esperar qualquer estabilidade “com esse governo que está aí agora”.

Tal depoimento dialoga com outros momentos da entrevista, em que Mathias se mostrou relutante no que diz respeito às questões governamentais, como auxílios sociais que, segundo ele, chegaram a prejudicar o sistema econômico no momento da pandemia. Embora tal postura pareça contraditória tendo em vista que o entrevistado estava frequentando o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (instituição municipal sustentada pela prefeitura), o mesmo estava lá apenas para participar de uma entrevista de emprego formal.

De qualquer forma, a atual virada neoliberal no CATE que expomos anteriormente em prezar por cursos formativos empreendedores e de formalização do Microempreendedor Individual parece dialogar mais abertamente com a forma como Mathias idealiza os serviços públicos, a partir de cursos formativos que visam preparar os trabalhadores para um mercado de trabalho competitivo, e sem, necessariamente, conceder recursos financeiros em momentos de vulnerabilidade social.

Contudo, nenhum dos entrevistados (incluindo Mathias), chegou a citar o CATE enquanto exemplo de local para ajudar a empreender, resguardando, ao invés disso, uma visão da instituição enquanto um local de serviços mais tradicionais, tal como a própria oferta de auxílios e vagas empregatícias. Não por acaso, quando me referi ao próprio termo “Empreendedorismo” no nome da instituição ao longo de minha entrevista com Mathias, o mesmo não demonstrou qualquer interesse em buscar informações sobre os recursos empreendedores disponíveis na instituição, possivelmente não reconhecendo o lugar como possível ajudante para alcançar seus objetivos.

Pelo contrário, sua narrativa mesclou um pessimismo tanto no que tange a relação entre patrão e empregado quanto às medidas estatais existentes. Para Mathias, seu sucesso via a alternativa empreendedora dependerá unicamente dele, por mais que tenha que lidar com uma condição social marcada por dificuldades financeiras, emocionais e familiares, e que se manifestaram em nossa entrevista através de um evidente sentimento de impotência e desencanto com o mundo. Aqui, o

empreendedorismo parece se tornar uma espécie de último suspiro diante de uma realidade notadamente opressora.

4.6 Discussão final

Devemos esperar por um delicado equilíbrio entre os procedimentos sintetizadores e os empíricos, uma disputa entre o modelo e a realidade. Esta é a tensão criadora no coração do processo cognitivo. Sem essa dialética, o crescimento intelectual não acontece (Thompson, 2012a , p.156-157).

A partir do que foi exposto no último capítulo dessa dissertação, proponho como consideração final relacionar o aporte teórico acerca da ideologia neoliberal (que eu inicialmente trouxe a essa pesquisa) diante dos elementos empíricos que se evidenciaram em campo. Como dito anteriormente, me parecia que o neoliberalismo carregava em si um aspecto ideológico, propondo individualizar problemas estruturais ao capitalismo enquanto problemas que emanam, unicamente, dos próprios indivíduos (Ulbricht, 2024a), estes que agora deveriam desenvolver suas capacidades individuais para triunfar em um mercado de trabalho altamente competitivo e excludente.

Tal hipótese me pareceu ganhar mais força na medida em que, historicamente, presenciamos uma virada neoliberal em uma instituição pública como o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, que passa a ter como ênfase principal a promoção de cursos empreendedores e formalização do microempreendedor individual, além de oferecer, como forma de assistência, dicas e inspirações de pessoas que decidiram empreender e gerar sua “própria renda” (Ulbricht, 2024b). Tal mudança reflete, ainda que em um nível local, a contínua penetração de valores empresariais em instituições públicas no Brasil (Druck, 2021).

No entanto, como demonstrado no início deste capítulo, as 14 entrevistas realizadas com jovens em situação de vulnerabilidade evidenciam que suas expectativas para com a instituição não dialogam com tal virada neoliberal, na medida em que suas aspirações ao visitar o Centro não estavam em se tornar empreendedores, MEI, ou adquirir cursos profissionalizantes. Ao contrário, todos os entrevistados estavam em busca de empregos formais para adentrar o mercado de trabalho, ou visando adquirir o auxílio desemprego. Sendo assim, ainda que alguns dos jovens reconhecem e admiram o potencial da alternativa empreendedora para suas vidas, eles não enxergavam o CATE em si enquanto um possível mediador para começar a empreender.

Mas, então, como entender essa oposição? Quais eram as reais expectativas e concepções dessa juventude em situação de vulnerabilidade? E se suas concepções dialogam ou não com essa virada neoliberal? Como entender a busca predominante por empregos formais? Ou a forma como o empreendedorismo, de fato, se manifestava em suas ambições? Aqui, tornou-se evidente que, se por um lado o neoliberalismo estimula uma ideologia de individualização de problemas estruturais e clamor pelo empreendedorismo, tal ideologia não interpela os indivíduos magicamente, e não se manifesta sem resistências e contradições.

Desse modo, o motivo e o potencial de uma abordagem qualitativa para se investigar a realidade desses jovens me pareceu enfatizar aquilo que Thompson (1978) já ressaltou: a necessidade de considerar as experiências concretas da classe trabalhadora, que podem resultar em várias formas de consciência no contraditório terreno cultural e valorativo. Assim como sua existência, a consciência dos trabalhadores não é algo estático ou mecanicamente engendrada, na realidade, está em um constante movimento de “fazer-se”, mediante a agencia daqueles que, atualmente, navegam em um mundo do trabalho sob ruínas da precarização e do neoliberalismo.

Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência das mais complexas maneiras (sim, “relativamente” autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1978, p.182)

Seguindo o conselho de Thompson, propus expor atentamente às experiências particulares de seis jovens trabalhadores e trabalhadoras aqui entrevistados, e que sintetizaram de maneira pertinente elementos que apareceram nas demais entrevistas. Primeiramente, o motivo de a maioria dos jovens estarem procurando emprego formal através do CATE pode ser entendido ao observarmos trajetórias laborais como a de Isabella e Laura, que desde o início de sua inserção no mercado de trabalho precisaram lidar com empregos informais, inseguros, e com baixos salários, além do desemprego.

Antes de ser uma anomalia indesejável ou transitória, a informalidade torna-se, assim, parte constitutiva da trajetória de grande parte da juventude brasileira. No caso de Isabella, a mesma só conseguiu um emprego formal depois de mais de um ano em trabalhos informais, tornando-se uma grande defensora da carteira assinada

após, principalmente, sua experiência negativa como revendedora da *Yakult*, em que nem um salário mínimo estava previamente garantido.

Laura, por sua vez, mal conseguia permanecer em empregos informais devido às péssimas condições de trabalho e ao assédio patronal constante, a tal ponto que apresentou em sua narrativa sentimentos de angústia, desamparo e ausência de perspectivas quanto ao futuro. Mesmo com apenas 21 anos, Laura não enxergava otimismo para sua vida diante de um mundo do trabalho precário. Não por acaso, a constante alternância entre desemprego e informalidade fez com que a entrevistada prezasse pela existência de auxílios sociais e, até mesmo, organizações sindicais.

Sendo assim, entendo que essas duas trajetórias são emblemáticas para entendermos o porquê de uma busca elevada por trabalhos formais no CATE, e não a recursos que auxiliem no empreendedorismo, uma alternativa que, mesmo quando desejada, não deixa de apresentar incertezas. Não somente Isabella e Laura, mas a grande maioria dos jovens que participaram dessa pesquisa tiveram suas trajetórias laborais marcadas pela informalidade e inconstância, com a busca por uma condição mais estável sendo um dos grandes motivos de suas visitas ao Centro.

De fato, estudos de trajetórias de vida com trabalhadores em situação de vulnerabilidade evidenciam uma identidade profissional marcada por transitoriedade frequente e precariedade laboral (Manzano; Krein; Abílio, 2024). Não por acaso, tanto Laura quanto Isabella se tornaram grandes defensoras da formalidade e, inclusive, de auxílios sociais dados pelo Estado, o que vai de contramão à proposta ideológica neoliberal em tratar recursos estatais como gastos desnecessários, ou condenar a rigidez de postos empregatícios formais. Ao invés de uma ideologia neoliberal que afeta os indivíduos de cima para baixo, a experiência concreta da juventude trabalhadora pode gerar consciências próprias e, inclusive, resistências a discursos dominantes.

No que diz respeito aos casos dos jovens que, em um determinado momento de suas trajetórias, exerceram trabalhos sob a égide da plataforma digital, suas narrativas acrescentaram a questão da busca por maior autonomia em um mundo do trabalho claramente coercitivo. Conforme Marx (2013) enfatizou em sua análise magistral acerca do modo de produção capitalista, um dos seus aspectos constituintes está na constante criação de aparências que obscurecem as reais dinâmicas por trás de suas relações sociais. Sendo assim, num primeiro momento, as plataformas digitais nascem sob o culto de uma aparência altruísta e de maior autonomia, como se pudesse livrar os trabalhadores de coerções patronais.

Não por acaso, Gustavo, Juan e Leonardo aderiram ao trabalho plataformizado diante de uma realidade laboral marcada por longas horas de trabalho, baixos salários e assédio patronal, tendo como intuito a possibilidade de conseguir mais autonomia e liberdade em suas atividades. No entanto, no que diz respeito a Leonardo, sua experiência como entregador foi brutalmente interrompida quando sofreu um acidente enquanto realizava suas entregas, em menos de um dia de trabalho.

Apesar de, mesmo após o acidente, Leonardo continuar relacionando o trabalho plataformizado enquanto uma forma de trabalhar “fazendo seu próprio horário”, tanto Juan quanto Gustavo—que trabalharam por um tempo considerável como entregadores—ênfaticamente enfatizaram em suas trajetórias o caráter ilusório de tal autonomia promovida pelas plataformas digitais. Na verdade, as longas jornadas de trabalho em que se submeteram para receber um salário minimamente satisfatório, somadas ao caráter imprevisível das plataformas, levou Gustavo a concluir que, no aplicativo, “é você por você”.

Além disso, a narrativa de Juan enfatizou o caráter contraditório por trás da condição de *bikeboy*. Para ele, os requisitos nutricionais e disposição física requeridos para pedalar por tantas horas realizando entregas eram impossíveis diante de uma realidade de baixa renda. Para ele, pedalar tantas horas seria “coisa de rico”, de tal forma que qualquer noção de autonomia que ele nutria pelos aplicativos desapareceu, com o entrevistado se encontrando “preso da mesma forma”.

Diversos fatores, dentre eles as experiências negativas com as plataformas e, principalmente, com outros trabalhos informais, levaram Gustavo, Juan e Leonardo a considerar as promessas do empreendedorismo enquanto possível alternativa tanto à exploração quanto ao desemprego. Depois de ter sua moto confiscada por autoridades policiais, Gustavo está considerando abrir um pequeno negócio com sua esposa para superar o desemprego. Apesar de as plataformas digitais promoverem narrativas empreendedoras focadas no “auto emprego” (Dubal, 2017), a noção de empreendedorismo para Gustavo não se alinhava e, ao contrário, se opunha ao seu anterior trabalho como entregador—uma realidade que ele está disposto a abandonar.

A concepção empreendedora de Leonardo também está desconectada das plataformas digitais. Ao invés disso, seu plano consiste em comprar um carrinho de mão no ferro velho e vender produtos baratos em pontos de vendas de São Paulo, inclusive antecipando potenciais confrontos com autoridades policiais. Do mesmo modo, as

ambições empreendedoras de Juan estão ligadas à possibilidade de se tornar vendedor ambulante pelas ruas da capital paulista.

Também demonstrei no caso de Mathias que, apesar de nunca ter trabalhado com as plataformas digitais, o mesmo enxergava essa possibilidade de modo extremamente positivo. Contudo, seus planos para o futuro estavam no empreendedorismo, mais especificamente na possibilidade de ter sua própria gravadora musical. No entanto, a ambição e ânimo em empreender se mesclaram, na narrativa de Mathias, com um pessimismo melancólico diante de uma realidade marcada por bicos, informalidade e desemprego, impossibilitando-o de arrecadar a renda necessária para realizar seu sonho. De qualquer forma, sua ambição de empreender continua existindo enquanto um último suspiro para mudar sua realidade.

Desse modo, é inegável que a alternativa empreendedora atualmente perpassa as percepções e concepções de muitos trabalhadores que, contemplando um mundo do trabalho precário e com elevados índices de desemprego, colocam suas ambições na possibilidade de ter um negócio próprio. Contudo, ao nos debruçarmos atentamente sobre a maneira como tal alternativa surge e ganha contorno nessas narrativas laborais, fica evidente que, apesar de ideológico e funcional ao neoliberalismo, o empreendedorismo não surge apenas de cima para baixo, mas também é concebido a partir da contínua experiência dos trabalhadores.

Essas experiências são capazes de influenciar o modo como eles entendem e mobilizam a alternativa empreendedora, muitas vezes de formas distintas e contraditórias. Conforme ressaltou Thompson: “os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (Thompson 1978, p.194).

Além disso, se de um lado a ideologia neoliberal desenha o empreendedorismo enquanto uma “predisposição natural” aos indivíduos (lembramos das formulações sobre a praxeologia de Mises) ou a partir de exemplos relacionados a grandes empresários de sucesso (a figura do *self-made man*), as narrativas desses trabalhadores nos mostram que o empreendedorismo surge como um último recurso, um último suspiro diante de uma situação extremamente precária, e não como uma oportunidade genuína ou inspirada em “empresários de sucesso”.

Não por acaso, a ideia de “ter um próprio negócio”, antes de ocorrer em um mercado de múltiplas possibilidades, é na realidade vivida diante da ausência de outras perspectivas, além das dificuldades encontradas para conseguir e se manter em um

emprego (Pignoli, 2006). Mais ainda, as alternativas empreendedoras aqui concebidas também já florescem com traços de precarização, na medida que envolvem desde pequenos negócios caseiros até a venda de comércio na rua como vendedor ambulante, com riscos de ilegalidade.

Esse é o tipo de “empreendedorismo” possível para aqueles que buscam sobreviver nas ruínas de um mundo do trabalho precário e incerto, principalmente quando consideramos países do Sul Global como o Brasil. Em meio ao barroco latino-americano entrelaçado por formas de fazer, pensar, resistir e trabalhar (Gago, 2018), a ambição empreendedora é marcada pela *viração constante* daqueles que lutam para sobreviver diante de um capitalismo altamente exploratório, refletindo um modo de vida em permanente ausência de garantias e proteções sociais, com alta rotatividade empregatícia e escassa assistência estatal, além de “atividades que se exercem entre a informalidade e a ilegalidade” (Manzano; Krein e Abílio, 2024, p.247).

Mais ainda, o fato que um considerável número de trabalhadores estão continuamente olhando o empreendedorismo enquanto única alternativa para seu futuro, implica na normalização de relações de trabalho instáveis, caracterizadas pela inexistência de seguridade social, na medida em que o neoliberalismo se espalha e se intensifica, afirmando que os mais vulneráveis tomem total responsabilidade pelas mazelas estruturais que os afligem (Purser, 2012), nem que seja arriscando a pouca renda que tem em uma alternativa “empreendedora”.

Mas, tendo em vista o caráter ideológico que não se sustenta apenas de cima para baixo, como entender o traço ideológico do neoliberalismo nos dias atuais? Para isso, e diante do que a pesquisa empírica aqui demonstrou, a conclusão dessa dissertação trará, dentre outros elementos, a necessidade de compreendermos o neoliberalismo enquanto hegemonia, mas uma hegemonia em crise, apresentando frestas e rachaduras em sua constituição.

Conclusões

Inicialmente, minha pesquisa tinha como objetivo principal procurar entender se as percepções de jovens em situação de desemprego na capital paulista dialogavam, ou não, com uma possível ideologia neoliberal existente. Conforme ressaltou Burawoy (2014), todos nós carregamos formulações teóricas antes mesmo de adentrar a pesquisa empírica. No entanto, diante da realidade que nos é apresentada, tais formulações são continuamente tensionadas pelos resultados empíricos, que carregam elementos impossíveis de serem previstos.

Não por acaso, um novo aspecto passou a constituir e a inquietar minhas análises conforme o trabalho empírico avançava: além de entender as percepções e experiências de jovens trabalhadores, a etnografia que conduzi ao longo de seis meses propôs compreender a questão do avanço de discursos e práticas empreendedoras em uma instituição pública de São Paulo, o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE). A partir dessa etnografia, concluo que houve uma virada neoliberal no CATE, que significou uma redução nos auxílios sociais tradicionais em prol de uma abordagem mais individualizante, com a promoção de treinos profissionalizantes, dicas e inspirações, auxílio ao MEI e cursos voltados para o empreendedorismo.

Aqui, foi possível compreender como o campo empírico local pode carregar um reflexo do mundo em que está situado (Burawoy, 2014), de tal forma que microprocessos (como as mudanças ocorridas em um centro local da capital paulista) foram, na realidade, expressão do próprio cenário político-econômico neoliberal que continua a influenciar a sociedade brasileira (Druck, 2021), mesmo com a existência de governos ditos progressistas. Basta pensarmos que tal virada neoliberal no CATE ocorreu sob a prefeitura de Fernando Haddad (PT). Além disso, por mais que o atual governo federal condene o neoliberalismo em alguns de seus discursos, isso não significa que os avanços neoliberais cessarão, uma vez que vão além de uma mera forma de governo (Gago, 2018).

Desse modo, embora comumente tratamos do neoliberalismo a partir de uma ótica macroeconômica, a etnografia que conduzi no CATE parece evidenciar que o neoliberalismo pode moldar espaços locais do cotidiano, para além de cenários macroeconômicos. Mais ainda, o *modus operandi* neoliberal incide, cada vez mais, sobre a forma de pensar e formular políticas destinadas a setores mais vulneráveis da

população (Purser e Hennigan, 2018), e que se encontram abandonados em um mercado de trabalho saturado e sem maiores oportunidades.

No entanto, se por um lado observamos uma clara virada neoliberal no CATE, por outro lado também foi possível notar, mediante entrevistas realizadas com 14 jovens que frequentaram a instituição, uma forte predominância dos sujeitos em relacionar o CATE com aqueles serviços mais tradicionais, como a inserção formal no mercado de trabalho ou o auxílio desemprego. Além disso, a própria entrevista nos possibilitou entender, através das trajetórias e narrativas desses trabalhadores, o motivo de tal discrepância entre o que o Centro se propõe a ser e as expectativas de seus frequentadores. Na verdade, uma realidade marcada por informalidade, desemprego, precarização e exploração patronal, fez com que os jovens prezassem por uma maior estabilidade empregatícia, a partir, principalmente, de empregos formais.

Ao meu ver, isso evidencia que, se há uma ideologia neoliberal em curso, ela não se consolida mecanicamente na subjetividade social dos sujeitos. Por isso a necessidade de se considerar as experiências da classe trabalhadora, estas que são capazes de gerar consciências específicas a partir de situações concretas (Thompson, 1978). Não por acaso, se de um lado a virada neoliberal tende a condenar formações sindicais, gastos com auxílios estatais e clamar por uma individualização social (Harvey, 2008), as experiências de trabalhadores que vivenciam a informalidade e a ausência de direitos básicos podem *pressionar contra as amarras* de uma ideologia que se propõe universal e inquestionável.

Vale ressaltar que isso não significa que não houveram narrativas e discursos mais adeptos ao discurso neoliberal e ao empreendedorismo generalizado, contudo, os entrevistados que mobilizam ambições empreendedoras fizeram isso de formas variadas e contraditórias, com o empreendedorismo sendo uma espécie de último suspiro, na medida em que, aqueles que sonhavam em empreender estavam, constantemente, lutando para sobreviver em um mundo do trabalho marcado por precariedade, desemprego e informalidade. Desse modo, a persistência do neoliberalismo nas concepções dos trabalhadores mais diz respeito a forma específica que a narrativa neoliberal se expropria de tramas vitais, que precisam inventar recursos onde não há (Gago, 2018).

Conforme afirmou Gago (2018, p.08), “O neoliberalismo vai-se metamorfoseando, e daí sua astúcia: consegue redefinir-se a partir de suas aterrissagens e ensamblagens com situações concretas.” Isso também parece ser evidente nos

resultados de minha pesquisa, posto que a alternativa empreendedora aterrissa e floresce nas ruínas de um mundo do trabalho precarizado, entrelaçando-se a vivências marcadas por exploração, desemprego e informalidade, vivências essas comuns a grande parte da juventude trabalhadora brasileira.

Sendo assim, diante de um cenário à mercê dos imperativos categóricos do mercado e do retrocesso assistencial imposto pelo projeto político-econômico neoliberal, essa juventude “desinstitucionalizada” precisa “se virar” isoladamente, contando com recursos e alternativas historicamente escassos, o que faz com que o empreendedorismo apareça, muitas vezes, como último recurso diante de uma realidade incerta. Não por acaso, os discursos que mobilizam o empreendedorismo são os mesmos que reconhecem, em suas vivências, o assédio patronal e a exploração do trabalho.

Mas como entendermos, então, o neoliberalismo e sua ideologia em um emaranhado caótico e contraditório de experiências e vivências, em que nada é mecanicamente consolidado? Um emaranhado que, ao mesmo tempo que consolida uma virada neoliberal em termos institucionais, também conta com percepções contrárias daqueles trabalhadores que reivindicam direitos sociais, organização sindical, e outros que, de modo mais favorável à proposta do neoliberalismo, apostam na solução do empreendedorismo, ainda que de modo complexo e com sentimentos classistas quanto à exploração do trabalho?

Se, inicialmente, eu propus entender o neoliberalismo unicamente como ideologia, tal terminologia acabou por ser desafiada e tensionada ao longo do resultado empírico, mostrando-se insuficiente para captar a complexidade social. Desse modo, as conclusões dessa pesquisa parecem evidenciar que o neoliberalismo deve ser entendido enquanto hegemonia, que carrega em si aspectos ideológicos em constante tensão e recriação.

Em seus escritos acerca do que seria hegemonia, Gramsci discorre sobre a articulação entre sociedade civil e Estado, ressaltando que a esfera estatal (intimamente relacionada à esfera econômica) também produz um movimento ativo de cultura, no sentido de criar um novo tipo de cidadão que articule a sociedade política com a sociedade civil, de tal forma que os indivíduos sejam capazes de se auto governarem enquanto um complemento orgânico da esfera política.

A afirmação de que o Estado pode ser identificado com os indivíduos (os indivíduos de um grupo social), como um elemento da cultura ativa (isto é, como um movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de

homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir dentro da casca da sociedade política uma sociedade civil complexa e bem articulada, na qual o indivíduo possa governar a si mesmo sem que seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política—mas, ao contrário, tornando-se sua continuidade normal, seu complemento orgânico (Gramsci, 1999, p.543 - Tradução do autor).

Ao meu ver, esse movimento ativo de instituições estatais em promover aspectos culturais dialoga com o que pude captar no próprio Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, que reflete mudanças econômicas que tomaram o Brasil e o mundo nas últimas décadas, sob a roupagem do neoliberalismo. Aqui, a função do Estado continua em “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (Gramsci, 2022, p.23), e que atualmente se encontra sob a roupagem do neoliberalismo.

Nesse caso, o avanço de assistências sociais sob a égide empreendedora em detrimento de auxílios mais tradicionais enfatizam a tendência do Estado em fazer desaparecer certos costumes e atitudes (empregos formais, organizações sindicais, auxílio-desemprego) e a difundir outros (empreendedorismo, auto emprego, microempreendedor individual). Ou seja, é evidente que instituições sociais possuem uma capacidade prática e ideológica enorme em moldar crenças e ações de sua população, de tal forma que é crucial que novos estudos sejam feitos com o intuito de examinar como o neoliberalismo persiste e influencia políticas não somente macroeconômicas, mas também à nível local e regional.

No entanto, como as próprias entrevistas aqui evidenciaram, nada está predeterminado, não podemos subestimar a agência daqueles que fazem a história, ainda que dentro de condições sociais determinadas (Marx, 2011b). As experiências e percepções da juventude trabalhadora que participou dessa pesquisa nos demonstram resistência diante da informalidade, além da defesa por organizações coletivas e direitos sociais, na medida em que enfrentam uma realidade precária dentro do mercado de trabalho brasileiro, há muito marcado por avanços neoliberais.

Desse modo, não existe uma relação mecanicamente posta entre a ideologia hegemônica neoliberal e as concepções dos jovens trabalhadores, já que suas experiências são o elo formador de diversas consciências passíveis de se concretizarem em sua subjetividade (Thompson, 1978). Mais ainda, mesmo quando alternativas empreendedoras apareceram nas ambições cotidianas de alguns trabalhadores, tais ambições revelam-se, simultaneamente, enquanto um campo de ambivalência, de contradição, e não de uma ideologia hegemônica plenamente consolidada.

Sendo assim, além de entendermos o neoliberalismo enquanto hegemonia, é preciso ressaltar que essa hegemonia não é plenamente realizada nem intocável. Pelo contrário, através de entrevistas que buscaram olhar “de baixo” a realidade de trabalhadoras e trabalhadores que navegam nas consequências do neoliberalismo, pude encontrar aquilo que, segundo Gago (2018), antagoniza, frustra ou confronta qualquer pretendida hegemonia⁵⁴.

Apesar de não serem perpassadas por concepções abertamente anticapitalistas, as narrativas dos trabalhadores mesclaram discursos classistas contra o assédio patronal e em defesa de direitos sociais, enquanto outros encontraram no empreendedorismo uma suposta possibilidade de suspiro diante da névoa densa do capital, ainda que com as limitações que tal alternativa evidentemente demonstrou, uma vez que ainda estava marcada por trabalhos precários como o de vendedor ambulante, ou era irrealizável diante das dificuldades sociais existentes.

Sendo assim, embora o neoliberalismo se apresenta, hoje, enquanto hegemonia capitalista, tal hegemonia contém rachaduras, fissuras, que podem ter suas frestas tanto costuradas pelo consenso ideológico (que constantemente se esforça para se impor) ou podem ser efetivamente rasgadas pelas múltiplas consciências da classe trabalhadora advinda da experiência. Conforme ressaltou Gramsci (2022, p.35), a realidade não é algo estático e imóvel, mas uma “relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio”.

Em suma, futuras pesquisas e novas investigações são necessárias visando promover etnografias críticas, que examinem o neoliberalismo em um nível local, conforme a crescente influência da hegemonia neoliberal molda a realidade de trabalhadores que lutam para sobreviver. Ao mesmo tempo, tal hegemonia não está imune à agência daqueles que rejeitam relações de trabalho precárias e, até mesmo, desenvolvem consciências claras acerca da exploração patronal, ainda que de modos contraditórios. Entender essas contradições é essencial não apenas para captar o impacto neoliberal, mas também para desvendar as diversas formas que os trabalhadores resistem, se adaptam ou contestam qualquer imposição ideológica vinda de cima, pressionando contra suas amarras.

⁵⁴ “Aqui situo claramente uma perspectiva que olha para ‘baixo’ para encontrar aquilo que antagoniza, e que arruína, frustra ou confronta essa pretendida hegemonia, sem por isso ter um programa ‘anticapitalista’ em termos puros ou preciosos, mas que não abandona a luta ‘contra’ os modos de expropriação do capital” (Gago, 2018, p.09).

Bibliografia

ABÍLIO, Ludmila Costhek. 2020. *Uberização e Juventude Periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho*. Novos estud. CEBRAP. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set.– dez. 2020;

_____. 2017. *Uberização: subsunção real da viração*. passapalavra/Blog da Boitempo, fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/>>

AGARWALA, Rina. 2018. *Incorporating informal workers into twenty-first century social contracts*. UNRISD Working Paper, No. 2018-13, United Nations Research; Institute for Social Development (UNRISD), Geneva;

ANTUNES, Ricardo. 2006. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11ª ed. São Paulo: Cortez;

_____. 2022. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo;

_____. 2018 *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo;

_____. 2009. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo;

_____. 2023. *Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho*. In: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. Org: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo;

BASSO, Pietro. 2018. *Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI*. Campinas, SP: Editora da Unicamp;

BATISTA, Paulo Nogueira. 2004. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf> acessado em: 17/06/2024

BHATTACHARYA, Tithi. 2023. *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. Organizado por Tithi Bhattacharya; tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante;

BENANAV, Aaron. 2019. *Automation and the future of work – 2*. New left review nº120;

BENJAMIN, Walter. 1978. *A Berlin chronicle*. In: Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings. Translated by Edmund Jephcott. New York: Schocken Books;

_____. 2018. *Passagens (1892-1840)*; edição alemã de Rolf Tiedemann – Volume I. Belo Horizonte: Editora UFMG;

BRAGA, Ruy. 2023. *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. Prefácio Sean Purdy. – 1ªed. – São Paulo: boitempo;

BRANDÃO, Sandra; WATANABE, Margareth; FERREIRA, Sinésio; MONTAGNER, Paula. 2006. *Mobilidade ocupacional: a experiência da região metropolitana de São Paulo*. In: Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações. Org: Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. São Paulo: editora Senac;

BURAWOY, Michael. 2005. *For public sociology*. AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW, 2005, VOL. 70 (February:4–28);

_____. 2014. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda;

_____. 1998. *The extended case method*. Sociological Theory, Vol. 16, No. 1 (Mar., 1998): 4-33;

CACAU, Carolina; PARKS, Letícia; ASSIS, Odete Cristina. 2021. *Mulheres negras e marxismo*. São Paulo: Edições Iskra;

CARMO, Luana; ASSIS, Lilian; JÚNIOR, Admardo; TEIXEIRA, Marcella. 2021. *O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal*. Cad. EBAPE.BR, v. 19, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2021;

CASTRO, Bárbara. 2019. *Quando gênero revela classe: mulheres e flexibilidade no setor da tecnologia da informação*. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. Org: Ricardo Antunes: p.145-163. São Paulo: Boitempo, 2019;

_____. 2016. *Trabalho perpétuo: o viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível*. Lua Nova, São Paulo, 99: 169-199;

CHESNAIS, François. 2000. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Tradução: Ruy Braga. Les Temps Modernes, 607;

CIFUENTES, Ricardo; ANSILIERO, Graziela. 2024. *O MEI na literatura: resultados-chave no mercado de trabalho e questões para o debate*. In Futuros do Trabalho: Reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil, por Patricia V. Trópia, Renata Q. Dutra e Thaís S. Lapa (Eds.). Belo Horizonte: Fino Traço editora;

CORIAT, B. 1993. *Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção*. In: Hirata, H. Sobre o modelo japonês. São Paulo, Edusp;

CORSEUIL, C.H. L; FRANCA, Maíra P; POLOPONSKY, Katcha. 2020. *A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão*. Novos estud. I I CEBRAP I I SÃO PAULO I I V39n03 I I 501-520 I I SET.–DEZ;

CORSEUIL, C. H. L; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. 2014. *Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais*. Texto para Discussão n. 1939. Rio de Janeiro: IPEA;

DAMASKE, Sarah. 2020. *Job loss and attempts to return to work: complicating inequalities across gender and class*. GENDER & SOCIETY, Vol 34 No. 1, February, 2020 7–30;

_____. 2021. *The tolls of uncertainty: how privilege and the guilt gap shape unemployment in America*. New Jersey: Princeton University Press;

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo;

DRUCK, Graça. 2021. *O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos*. Contemporanea_vol11n3_2021.indd;

DUBAL, V.B. 2017. “Wage Slave or Entrepreneur?: Contesting the Dualism of Legal Worker Identities.” 105 Cal. L. Rev. 101;

EAGLETON, Terry. 1997. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: editora da universidade estadual paulista: editora boitempo;

ENGELS, Friedrich. 2008. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. São Paulo: Boitempo;

FERNANDES, Florestan. 1976. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores;

FERRAZ, Janaynna; FERRAZ, Deise. 2022. *Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista*. Cad. EBAPE.BR, v. 20, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Fev. 2022;

GAGO, Verónica. 2018. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante;

GAGO, Verónica, Sandro Mezzadra, Sebastián Scolnik y Diego Sztulwark. 2014. *¿Hay una nueva forma-Estado? Apuntes latinoamericanos*. Utopía y praxis latinoamericana. Revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social: 177-183;

GOFFMAN, Erving. 1963. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. New York: Simon & Schuster, Inc;

GONSALES, Marco. 2023. *De mochila nas costas: uma experiência etnográfica como entregador por aplicativo*. In: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. Org: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo;

GONZALEZ, Lélia. 2020. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organizado por Flávia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar;

GRAMSCI, Antonio. 2022. *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

_____. 2007. *Cadernos de Cárcere, Volume 4: Temas de cultura*. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

_____. 1982. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad: Carlos Nelson Coutinho. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

_____. 1999. *Selections from the Prison Notebooks*; edited and translated by Q. Hoare and G. Nowell Smith. London: ElecBook;

GUIMARÃES, Nadya Araujo. 2002. *Por uma sociologia do desemprego*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, núm. 50. São Paulo;

HARVEY, David. 2008. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola;

_____. 1990. *The condition of postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change*. Massachusetts: Blackwell publishers;

HAYEK, Friedrich August Von. 1990. *O caminho da servidão* — 5. ed. — Rio de Janeiro: Instituto Liberal;

HIRATA, Helena. 2018. *Gênero, patriarcado, trabalho e classe*. Trabalho Necessário (2018) – <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552> Acessado em: 20/06/2023;

HUANG, N; BURTCH, G; HONG, Y & PAVLOU, P. 2020. *Unemployment and Worker Participation in the Gig Economy: Evidence from An Online Labor Market*. Information Systems Research. DOI: <https://doi.org/10.1287/isre.2019.0896>;

HUNT, E.K; LAUTZENHEISER, Mark. 2013. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora;

LADEGUARD, Isak; RAVENELLE, A. J.; SCHOR, Juliet. 2022. ‘*God is protecting me... and I have a mace*’: *defensive labour in precarious workplaces*. The British Journal of Criminology, 2022, 62, 773–789;

LÖWY, Michael. 2010. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 19.ed. São Paulo;

MANDELBAUM, Belinda; RIBEIRO, Marcelo. 2017. *Desemprego: uma abordagem psicossocial*. São Paulo: Blucher;

MANZANO, Marcelo; KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila C. 2023. *A dinâmica da informalidade laboral no Brasil nas primeiras duas décadas do século XXI*. In: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. Org: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo;

MARX, Karl. 2023. *Capítulo VI (inédito): Manuscritos de 1863-1867*, O Capital, Livro I. São Paulo: Boitempo;

_____. 2011a. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1848*. São Paulo: Boitempo;

_____. 2010. *Manuscritos econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo;

_____. 2011b. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo;

_____. 2013. *O capital: crítica da Economia Política*, Livro I – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo;

- _____. 2017. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo;
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2007. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo;
- _____. 2010. *Manifesto comunista*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo;
- MATTOS, Marcelo Badaró. 2019. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo;
- _____. 2007. *Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual*. In: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 20;
- MÉSZÁROS, István. 2006. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*. In: Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil/Ricardo Antunes (organizador) – São Paulo: Boitempo;
- _____. 2012. *O poder da ideologia*. 1.ed. São Paulo: boitempo;
- MISES, Ludwig Von. 1996. *Human action: a treatise on economics*. 4th rev. ed. San Francisco, CA: Fox & Wilkes;
- OLIVEIRA F, Francisco. 2003. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: boitempo;
- OLIVEIRA, J. M. 2013. *Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego?* Radar, Rio de Janeiro, n.25, IPEA;
- Organización Internacional del Trabajo. 2021. *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2021*. Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT;
- PAIS, José M. 1990. *A construção sociológica da juventude – alguns contributos*. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º): p.139-165;
- _____. 2006. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Ambar;
- PIGNOLI, Maria-Teresa. 2006a. *As trajetórias dos demandantes de emprego e o mercado local de trabalho: a experiência de um painel longitudinal na França*. In: Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações. Org: Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. São Paulo: editora Senac;
- PURSER, G. 2012. “Still Doin’ Time:” *Clamoring for Work in the Day Labor Industry*. Working USA: The Journal of Labor and Society · 1089-7011 · Volume 15 · September 2012 · pp. 397–415.
- PURSER, G.; HENNIGAN, B. 2018. *Disciples and dreamers: job readiness and the making of the US working class*. Dialect Anthropol (2018) 42:149–161 <https://doi.org/10.1007/s10624-017-9477-2>
- RAVENELLE, A.J. 2019. *Hustle and gig: struggling and surviving in the sharing economy*. Oakland, CA: University of California Press;

- RAVENELLE, A.J; KOWALSKI, K.C; JANKO, E. 2021. *The Side Hustle Safety Net: Precarious Workers and Gig Work during COVID-19*. Sociological Perspectives 2021, Vol. 64(5) 898–919;
- RUPPERT, Evelyn S. 2007. *Producing population*. CRESC, Open University. ISBN No. 978-1-905405-09-1;
- SALLUM JR., Brasílio. 2000. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000);
- SANTOS, Wanderley Guilherme. 1979. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: editora campus ltda;
- SAVAGE, Mike. 2013. *The ‘social life of methods’: A critical introduction*. Theory, Culture & Society 30(4) 3–21 DOI: 10.1177/0263276413486160
- SCHUMPETER, Joseph Alois. 1997. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda;
- SENNETT, Richard. 2006. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record;
- SIMMEL, Georg. 2005. *As grandes cidades e a vida do espírito*. MANA 11(2):577-591;
- SLEE, Tom. 2019. *Uberização: a Nova Onda do Trabalho Precarizado*. 1ªed. São Paulo: Elefante;
- SOARES, Laura T. Ribeiro. 2001. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. São Paulo: Vozes;
- STEINBERG, Marc. 2019. *The Platform Economy: How Japan Transformed the Consumer Internet*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press;
- THATCHER, Margaret. 1987. *‘Interview for “Woman’s Own” (“No Such Thing as Society”).’* in Margaret Thatcher Foundation: Speeches, Interviews and Other Statements. London;
- THOMPSON, Edward P. 2020. *A formação da classe operária inglesa, vol 1: A árvore da liberdade*. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra;
- _____. 1978. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar;
- _____. 2012b. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. E.P. Thompson. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp;
- _____. 2012a. *As peculiaridades dos ingleses*. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. E.P. Thompson. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp;

_____. 1998. *Costumes em comum*; revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Maneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras;

ULBRICHT, Gabriel. 2024b. *Da solidariedade aos valores empreendedores: a virada neoliberal no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo*. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9658>

_____. 2022. *Juventude e desemprego: percepções a partir do contexto neoliberal*. Revista Contraponto v. 9, n. 2 (2022);

_____. 2024a. *Para além de um projeto político-econômico: a ideologia neoliberal e a individualização de problemas estruturais*. In *Futuros do Trabalho: Reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil*, by Patrícia V. Trópia, Renata Q. Dutra and Thaís S. Lapa (Eds.). Belo Horizonte: Fino Traço editora;

VAN OORT, M. 2015. *Making the neoliberal precariat: two faces of job searching in Minneapolis*. *Ethnography* 16 (1): 74–94.

WICKERT, Luciana. 2006. *Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego*. *Psicologia, Ciência e Profissão*, vol. 26, núm. 2, 2006, pp. 258-269. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Brasil;

WOOD, Ellen Meiksins. 2003. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira – São Paulo: Boitempo;

WOODCOCK, Jamie. 2021. *The fight against platform capitalism: an inquiry into the global struggles of the gig economy*. London: University of Westminster Press;

ZANON, Breilla Valentina Barbosa. 2019. *Não era amor, era cilada: startups, coworkings e a mobilização do desejo pelo mundo do trabalho*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12266>

Anexos:**I. Roteiro de Entrevista****Data:****Entrevistado(a):****A) Perfil**

1. Gênero
2. Raça
3. Idade
4. Estado civil
5. Tem filhos? Quantos
6. Local de nascimento?
7. Há quanto tempo reside em São Paulo?
8. Qual seu tipo de moradia? Alugada, casa própria?
10. Quantas pessoas moram em sua casa?
11. Qual a sua renda familiar aproximada?
12. Possui alguma religião?

B) Grau de escolaridade/Qualificação

1. Chegou a terminar os estudos? Até que ano estudou?
2. Sempre estudou em escola pública, ou particular?
3. Chegou a cursar universidade? Qual Curso?
4. Fez algum curso técnico, especialização?
5. Se não terminou os estudos, como foi o momento que não conseguiu terminar? Se terminou, precisou parar em algum momento?
6. Precisou trabalhar e estudar ao mesmo tempo? Como foi?

C) Trajetória de trabalho

1. Como foi sua trajetória profissional, seu primeiro trabalho até chegar nos dias de hoje?
2. Ao longo de seus trabalhos, como costumava ser a contratação? Carteira assinada? Formal, informal?
3. Normalmente, você trabalha quantas horas e quantos dias por semana?
4. Quanto tempo você perdia diariamente se deslocando de sua casa ao trabalho?
5. Como era a relação com o patrão? Teve algum problema?
6. No tempo de sua experiência, muitos trabalhadores foram demitidos?
7. Existiam sindicatos nos ramos da sua atividade? Como foi sua experiência, o que acha dos sindicatos?
8. O que acha dos trabalhos por aplicativos (Uber, Ifood, etc.)?
9. Como você enxerga essa ideia que aparece nos jornais de empreender e abrir o próprio negócio?

D) Desemprego e perspectivas

1. Como foi que você ficou desempregado? Faz quanto tempo?
2. Já ficou desempregado em outros momentos?
3. Como se sente nesse momento em que está desempregado?
4. Já buscou novas formas de mudar essa situação do desemprego?
5. O que acha de medidas estatais para ajudar financeiramente pessoas no desemprego?
6. O que você acha que precisaria mudar para ter um emprego, qual a primeira coisa que vem à cabeça?
7. Como está sua rotina agora? O que costuma fazer nos dias de semana?
8. Sentiu alguma mudança na relação com parceiros, amigos e familiares por estar desempregado? (questão do marido)
9. Sente que desenvolveu algum problema físico ou psicológico devido ao desemprego?
10. Você acha que o futuro será melhor?
11. Acha que terá uma maior estabilidade (aposentadoria por exemplo)?
12. Se pudesse escolher com o que trabalhar, o que seria?

II. Aprovação do Comitê de Ética

Essa pesquisa foi analisada e aprovada pelo comitê do CEP da Universidade Estadual de Campinas CHS - UNICAMP, com o número de aprovação 6.561.637; – CAAE: 71160723.0.0000.8142